



EDICC3

CIÊNCIA | TECNOLOGIA | CULTURA

REVISTA DO EDICC

**3º ENCONTRO DE
DIVULGAÇÃO
DE CIÊNCIA
E CULTURA**

Volume 3, ano 3, abril de 2017

ISSN: 2317-3815

Publicação do Programa de Mestrado em Divulgação Científica e Cultural
do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo
Instituto de Estudos da Linguagem - Universidade Estadual de Campinas



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO

Revista do 3º Encontro de Divulgação de Ciência e Cultura
ISSN 2317-3815

EDITORES

Rafael de Almeida Evangelista e Simone Pallone de Figueiredo

CONSELHO EDITORIAL

Celso Bodstein, Graça Caldas, Márcia Tait Lima, Rafael de A. Evangelista,
Rodrigo Cunha, Silvio Seno Chibeni e Simone P. de Figueiredo

ORGANIZAÇÃO

Maria Luiza de Oliveira

REVISÃO

Elaine Canisela Ferreira

DIAGRAMAÇÃO

Gill Pereira

COMISSÃO ORGANIZADORA DO 3º EDICC

Amanda Cotrim, Braulino Nunes, Carolina Medeiros, Cleyton Torres,
Edvan Lessa, Romulo Osthues, Tatiana Plens, Thais Marin

IDENTIDADE VISUAL

Braulino Nunes

PUBLICAÇÕES IEL/UNICAMP

Coordenadora: Orna Messer Levin
Supervisor do Setor de Publicações: João Alexandre Duek

INFORMÁTICA IEL/ UNICAMP

Analista de Sistemas: Sueli Ap. Rizzoli Sarmento

CONTATO

Universidade Estadual de Campinas
Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo Labjor
Prédio da Reitoria V (3º piso)
CEP 13083-970
Campinas, SP – BRASIL
Telefone: (19) 3521-2584
Fax: (19) 3521-2599
Email: terceiroedicc@gmail.com

Revista do EDICC (Encontro de Divulgação de Ciência e Cultura), v. 3, abril/2017.

Apresentação

É com prazer que apresentamos o terceiro volume da Revista do EDICC – Encontro de Divulgação de Ciência e Cultura, que traz artigos e relatos de experiências que figuraram os dias de realização do 3º. Encontro de Divulgação de Ciência e Cultura, realizado entre os dias 29 e 31 de março de 2016, nas instalações do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Essa foi a terceira edição do encontro, que é organizado pelos alunos do Programa de Pós-Graduação em Divulgação Científica e Cultural (DCC), do IEL, e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), e contou com o apoio dos alunos da Especialização em Jornalismo Científico, curso oferecido pelo Labjor em parceria com o Departamento de Política Científica e Tecnológica, do Instituto de Geociências e do Departamento de Multimeios, do Instituto de Artes.

O tema desta terceira edição do evento, “Rumos e perspectivas para a divulgação científica e cultural”, reflete a preocupação dos alunos com relação ao mercado de trabalho para os profissionais que estão se formando, e às oportunidades e desafios que surgem com as novas mídias e pesquisas no campo da comunicação, seja ela sobre ciência, cultura, artes ou outros.

O 3º. EDICC trouxe um diferencial em relação aos primeiros encontros, ao estabelecer parceria com a Associação Mundial das Rádios Comunitárias (AMARC-Brasil) e com a Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (LAVITS), que fizeram no terceiro dia o Seminário Internacional “Espectro e Redes Digitais”. A proposta foi discutir a democratização do espectro e aumentar a participação da sociedade nesse contexto.

Como resultado da parceria, houve uma ampliação do público, além de diversificação de temas de interesse apresentados no Encontro, que agora são registrados nesta publicação.

Gostaríamos de agradecer à Comissão Organizadora do 3º. EDICC, que não poupou esforços para se ter um evento de grande qualidade, aos convidados, a todos os participantes, aos docentes que apoiaram e participaram na avaliação dos trabalhos, na moderação das mesas e na divulgação do Encontro. Não poderíamos deixar de ressaltar todo o apoio oferecido pela Secretaria da Pós-Graduação do Labjor para a realização do 3º. EDICC, e também pelo IEL, que nos cedeu a infraestrutura necessária.

Agradecemos, ao final, aos autores aqui reunidos, pela participação no evento e também pela disposição em preparar o trabalho para compor a revista.

EQUIPE EDITORIAL REVISTA DO EDICC.

Acessibilidade nos museus e centros de ciências da cidade de São Paulo

ALINE OLIVEIRA MOLENZANI ¹

JESSICA NORBERTO ROCHA ²

RESUMO

O trabalho apresenta resultados da pesquisa que teve como objetivo principal identificar quais museus de ciências da cidade de São Paulo oferecem recursos para que as pessoas com deficiência (PcD) possam visitar e participar de suas exposições. Tratou-se de pesquisa bibliográfica e documental, cujo corpus principal foi composto pelos museus e centros de ciências da cidade de São Paulo e a acessibilidade deles. Foram realizados estudos bibliográficos de publicações em revistas, periódicos e banco de teses e dissertações e da legislação sobre a temática, além de uma visita técnica ao museu de ciências mais visitado da cidade. Para a realização da pesquisa, foi feito um levantamento no *Guia de centros e museus de ciências do Brasil* (ABCMC, 2015), da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciências, para que os museus de ciências da cidade de São Paulo fossem elencados. Em seguida, foi realizada uma pesquisa na página eletrônica do *Guia de acessibilidade cultural da cidade de São Paulo* (GUIA DE ACESSIBILIDADE CULTURAL, 2014), 2ª edição, para que os recursos de acessibilidade de cada um dos museus fossem localizados. É importante ressaltar que os dados fornecidos por esse guia foram informados pelos próprios museus. Analisando-se os dados obtidos por meio da pesquisa, foi possível perceber que, dos 22 museus de ciências da cidade de São Paulo, apenas 9 declararam ter algum tipo de acessibilidade para as pessoas com deficiência. Além disso, todos aqueles que fizeram essa afirmação declaram ter a acessibilidade física. Após a análise dos dados, concluiu-se que as ações de acessibilidade nos museus de ciências, embora existam, ainda são pontuais. É preciso que a legislação seja colocada em prática e que as adaptações para a superação das barreiras físicas, atitudinais e sensoriais ocorram para que seja realizado um trabalho de divulgação da ciência e da cultura para todos.

Palavras-chave: *museus de ciência; acessibilidade; pessoa com deficiência (PcD).*

ABSTRACT

This paper presents results of a research aimed to identify which science museums in São Paulo offer resources for people with disabilities. Bibliographical and documentary research, whose main corpus consists of museums and science centers in São Paulo and their accessibility resources, was developed. Bibliographical studies were performed in journals, theses and dissertations and in legislation on the subject, as well as a visit to the city's most visited science museum. In order to list science museums in São Paulo, a research was developed in the book *Guia de centros e museus de ciências do Brasil* (ABCMC, 2015). After that, the data collected were crossed with the web database of *Guia de acessibilidade cultural da cidade de São Paulo* (GUIA DE ACESSIBILIDADE CULTURAL, 2014), 2nd. edition, aiming to identify the accessibility resources offered by each science museum listed before. It is important to

¹ Mestranda em Educação Especial da Faculdade de Educação da USP. E-mail: aline-27@usp.br.

² Doutoranda em Ensino de Ciências e Matemática da Faculdade de Educação da USP. E-mail: jessicanorberto@yahoo.com.br.

highlight that the data at Guia de Acessibilidade was provided voluntarily by each museum. Analyzing the data collected through this research it was revealed that from the twenty-two science museums in São Paulo city, only nine was reported having some kind of accessibility for people with disabilities. In addition, all those who made this statement claim to have physical accessibility. After analyzing the data, we could conclude that there are accessibility actions in science museums, although they are still sporadic. It is necessary to put Brazilian legislation into practice and to adjust to overcome the physical, attitudinal and sensory barriers aiming to reach good quality science and cultural communication for all.

Keywords: *Science museums; accessibility; disabled person.*

1. Introdução

Ao pensarmos em uma educação não formal de ciência e tecnologia, não podemos deixar de elencar os museus e centros de ciências como grandes colaboradores nesse processo. Nesse sentido, muitos educadores utilizam as visitas a esses espaços como forma de ampliar o conhecimento dos estudantes sobre a temática que está sendo trabalhada em sala de aula e alargar a sua cultura científica.

Atualmente, uma das metas da divulgação científica no País é possibilitar a inclusão social por meio do acesso a esses espaços científico-culturais e à informação científica de qualidade. Assim sendo, investigar como se dá a acessibilidade nesses locais é fundamental para garantir a promoção da participação de todos.

Segundo Meletti e Ribeiro (2014), as estimativas do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que cerca de 23,9% da população geral da nossa sociedade brasileira é considerada pessoa com deficiência, ou seja, pessoa

[...] que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Entende-se por acessibilidade a

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015).

Dessa maneira, a presente pesquisa visa analisar a questão da acessibilidade dos museus de ciências da cidade de São Paulo de uma maneira abrangente, ultrapassando as questões das barreiras físicas, e buscando recursos de acessibilidade física, visual e intelectual.

2. Objetivos

Pesquisar quais museus e centros de ciências da cidade de São Paulo oferecem recursos para que as pessoas com deficiência possam visitar e participar de suas exposições, identificando quais são os recursos oferecidos, é o objetivo central deste trabalho. Buscamos, também, fazer uma análise sobre como a acessibilidade tem sido abordada nesses espaços, destacando a sua importância para o atendimento do público em geral.

3. Justificativa

A maneira pela qual as pessoas com deficiência foram tratadas no decorrer dos séculos sofreu alterações importantes até chegarmos ao paradigma da inclusão, no qual as limitações deixam de estar na pessoa e passam a ser um aspecto a ser superado pela sociedade. Sendo assim, as barreiras físicas, de equipamentos e atitudinais devem ser superadas para que todos consigam exercer os mesmos direitos e participar das atividades e espaços existentes na sociedade.

O Artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) versa sobre o direito de todas as pessoas de se integrarem livremente à vida cultural da comunidade, apreciarem as artes e participarem de programas científicos e dos benefícios que deles resultem. Pensando especificamente nos museus de ciências, o Instituto dos Museus e da Conservação, de Portugal, salienta:

[...] o museu não tem razão de ser se não se abrir à comunidade, se não desenvolver acções direccionadas para diferentes públicos através de mediação que reelabore a informação, tornando-a acessível mesmo na forma de actividades lúdicas e oficinais. (SANTOS, 2011, p. 308).

Corroborando tal afirmação, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, chamada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, defende que é necessária a acessibilidade nesses espaços, principalmente, ao destacar que

Art. 42. § 1º É vedada a recusa de oferta da obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento. [...];

Art. 77. O poder público deve fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a inovação e a capacitação tecnológicas, voltados à melhoria da qualidade de vida e ao trabalho da pessoa com deficiência e sua inclusão social. [...];

Art. 78. Devem ser estimulados a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação e a difusão de tecnologias voltadas para ampliar o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias da informação e comunicação e às tecnologias sociais. (BRASIL, 2015).

Ainda nesse sentido, a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus e dá providências, “[...] considera como um dos princípios fundamentais dos museus ‘a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural’ (inciso V do artigo 2º)” (COHEN et al., 2012, p. XI). A mesma lei versa sobre a acessibilidade universal dos diferentes públicos no Artigo 35.

Destaca-se, também, o Plano Nacional Setorial de Museus (2010), documento brasileiro

que conta com uma recomendação no eixo temático “Cultura, Cidade e Cidadania”, recomendando “incrementar ações voltadas à garantia do direito à acessibilidade cognitiva, sensorial e motora para toda a população, sendo esta uma prioridade que reflete a dignidade humana frente ao patrimônio”.

Partindo-se dessa breve revisão de literatura, e concordando com Cohen et al. (2012, p. 22),

assumir o compromisso com a democratização da cultura significa também pensar em uma multidisciplinaridade na qual a questão da acessibilidade deve estar necessariamente inserida. Trata-se de garantir um direito e, no caso das PcDs [Pessoas com Deficiências], uma percepção ambiental que envolve o TER ACESSO, o PERCORRER, o VER, o OUVIR, o TOCAR e o SENTIR os bens culturais produzidos pela sociedade através dos tempos e disponibilizados para toda a comunidade.

Sendo assim, “é, cada vez mais, da responsabilidade dos museus acolher os seus visitantes, independentemente das suas necessidades” (SANTOS, 2011, p. 308). Conhecer como esse processo ocorre nos museus de ciências da cidade de São Paulo nos ajudará a compreender o panorama atual e, até mesmo, a reivindicar os direitos desse público.

4. Metodologia

O *corpus* principal da pesquisa foi composto pelos museus de ciências da cidade de São Paulo e a acessibilidade deles. Foram realizados estudos bibliográficos de periódicos, legislações e das informações disponíveis em sites sobre a temática, e uma visita técnica a um dos museus analisados, o museu Catavento Cultural e Educacional. A escolha do museu a ser visitado ocorreu após a combinação das seguintes informações: localização (região central da cidade); deficiências atendidas; e diversidade das temáticas abordadas. Ademais, a entidade foi o museu de ciências mais visitado da cidade, e o segundo, dentre todos os museus paulistanos, mais visitado em 2015, com 509.177 visitantes, segundo a São Paulo Turismo (SPTuris).

A pesquisa bibliográfica se deu por meio de pesquisa nas bases eletrônicas e revistas, e nos periódicos indexados à base eletrônica *Scielo* (Scientific Electronic Library On-line). Posteriormente, o *Guia de centros e museus de ciências do Brasil* (ABCMC, 2015), da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciências, foi estudado para que os museus de ciências da cidade de São Paulo fossem elencados.

Em seguida, foi realizada uma pesquisa na página eletrônica do *Guia de acessibilidade cultural da cidade de São Paulo* (GUIA DE ACESSIBILIDADE CULTURAL, 2014),

2ª edição, para que os recursos de acessibilidade de cada um dos museus fossem localizados. É importante ressaltar que os dados fornecidos por esse guia foram informados pelos próprios museus, e que o modo como as deficiências atendidas são descritas não ocorre de maneira padronizada, conforme podemos verificar nos quadros com as Imagens 1 e 2.

Após a reunião dos dados a serem estudados, foi construído um instrumento de pesquisa para organização e posterior seleção dos dados, explicitando os aspectos de cada museu segundo os seguintes elementos: nome do museu, se está no Guia de acessibilidade, deficiências atendidas, observações, conforme o Quadro 1.

5. Resultados

Após a coleta de dados iniciais, foi possível verificar que, dos 22 museus de ciências da cidade de São Paulo elencados pelo *Guia de centros e museus de ciências do Brasil*, apenas 9 declararam ter algum tipo de acessibilidade para as pessoas com deficiência e eles constam no *Guia de acessibilidade cultural da cidade de São Paulo*.

Durante a realização da visita técnica da pesquisadora ao Museu Catavento Cultural e Educacional, museu de ciências mais visitado no ano de 2014 e um dos 10 museus mais visitados do Brasil (IBRAM, 2015), foi possível identificar e observar os recursos de acessibilidade de que esse museu dispõe.

IMAGEM 1

Informações sobre o Museu de Geociências – USP

Museu de Geociências - USP

Localizado no Instituto de Geociências, o museu apresenta minerais e cristais, amostras de rochas, gemas, meteoritos e fósseis. Com acervo atual de 45.000 peças, das quais cerca de 5.000 estão em exposição permanente. A maior parte do material é nacional e provém de várias regiões brasileiras.

INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS POR TIPO DE DEFICIÊNCIA

- Físico:** Estrada acessível. Possui elevador com botões táteis e corrimão.
- Visual:** Material informativo, áudio tátil e áudio, percurso tátil e guia-relatório.

INFORMAÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE

- Possui 2 elevadores.
- Possui rampa de acesso.
- Possui estacionamento.
- Possui um espaço reservado para cadeirantes.

Fonte: GUIA DE ACESSIBILIDADE CULTURAL, 2014.
Disponível em: <<http://acessibilidadecultural.com.br/>>.
Acesso em: 22 maio 2015.

IMAGEM 2

Informações sobre o Museu de Zoologia da USP

Museu de Zoologia da USP

O Museu de Zoologia faz estudos sobre animais, especialmente sobre a fauna da Região Neotropical, que abrange a América do Sul e a América Central e hoje conta com cerca de 8 milhões de exemplares conservados. Além disso, o local mantém uma biblioteca especializada (onde oferece publicações, exposições e atendimento educativo).

INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS POR TIPO DE DEFICIÊNCIA

- Físico:** Estrada para cadeirantes (desce da entrada principal). O local conta com um banheiro adaptado e rotas de acesso às salas, além de elevador com botões táteis. Não dispomos 2 espaços para cadeirantes com acompanhante ao lado. As vagas estão disponíveis em alguns pontos.
- Visual:** Oferece acervo e material informativo em Braille e ampliado. O local ainda disponibiliza audiodescrição, publicações de catálogo em Braille, orientação para visitantes cegos, amblíopes, cegos, surdocegos e imagens táteis, além de profissionais qualificados.
- Auditiva:** Disponibiliza profissionais para interpretação e apoio.

INFORMAÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE

- Possui 2 elevadores.
- Possui rampa de acesso.
- Possui estacionamento.
- Possui um espaço reservado para cadeirantes.

Fonte: GUIA DE ACESSIBILIDADE CULTURAL, 2014.
Disponível em: <<http://acessibilidadecultural.com.br/>>.
Acesso em: 22 maio 2015.

Quadro 1

Museus e centros de ciências da cidade de São Paulo, e a presença ou não de acessibilidade

Museu	Está no Guia de acessibilidade?	Deficiências atendidas	Observação
1. Aquário de São Paulo	Não	–	–
2. Catavento Cultural e Educacional	Sim	Física, visual e intelectual	–
3. Centro Histórico Cultural da Enfermagem Ibero-Americana	Não	–	–
4. Estação Ciência (Museu de Ciências da USP)	Não		Fechado
5. Herbário da USP	Não	–	–
6. Jardim Botânico de São Paulo	Não	–	–
7. Museu Botânico “Dr. João Barbosa Rodrigues”	Não	–	–
8. Museu das Invenções - Inventolândia	Não	–	–
9. Museu da Lâmpada	Sim	Auditiva, física, visual e intelectual	–
10. Museu de Anatomia Humana	Não	–	–
11. Museu de Anatomia Veterinária	Sim	Física e visual	–
12. Museu de Arqueologia e Etnologia	Não	–	–
13. Museu de Energia de São Paulo	Sim	Física, visual e intelectual	–
14. Museu de Geociências	Sim	Física e visual	–
15. Museu de Microbiologia	Sim	Física e visual	–
16. Museu de Zoologia	Sim	Física, visual e intelectual	–
17. Museu Geológico Valdemar Lefère	Não	–	–
18. Museu Oceanográfico	Não	–	–
19. Parque de Ciência e Tecnologia da USP	Não	–	–
20. Planetário Aristóteles Orsini	Não	–	–
21. Museu Biológico do Instituto Butantan	Sim	Física, visual e intelectual	–
22. Museu do Instituto Adolfo Lutz	Sim	Física, visual e intelectual	–

Segundo o *Guia de acessibilidade cultural*, o museu conta com acessibilidade física, visual e intelectual, especificadas da seguinte forma:

Física: Entrada acessível. O local conta com 5 banheiros adaptados (2 masculinos, 2 femininos, e 1 para ambos os sexos). Dois banheiros possuem trocadores para adultos, e todos os demais possuem trocadores infantis. Há rotas de acesso às salas, além de elevador com botoeiras internas e externas. As obras estão dispostas em altura acessível.

Visual: Elevador com aviso sonoro e indicação braile dos andares. Ocasionalmente, são oferecidas ambientações e mediação para visitantes cegos. Há placas em braile e em inglês, as quais descrevem as seções e seus principais experimentos.

Intelectual: Disponibiliza profissionais para atendimento a esse público.

Informações gerais de acessibilidade: Há estacionamento (pago), e conta com 4 vagas reservadas para pessoas com deficiência e 6 vagas para idosos. Disponibiliza 6 cadeiras de rodas para uso. Podem ser agendadas visitas inclusivas, mas também há recursos para visitas sem marcação. (GUIA DE ACESSIBILIDADE CULTURAL, 2014)

Dessa forma, observamos a existência de banheiros adaptados, elevadores e um dispositivo nas escadas para permitir o acesso à cadeira de rodas.

Entretanto, notamos que, apesar desses recursos listados, o museu ainda apresenta algumas deficiências para atender as PcDs. Ele conta, por exemplo, com piso tátil apenas no início e no final de escadas ou rampas. Além disso, as placas de identificação dos

IMAGEM 3
Elevador



IMAGEM 4
Banheiro adaptado



IMAGEM 5
Dispositivo que permite o acesso por meio de cadeira de rodas



IMAGEM 6
Piso tátil no início e final da rampa



IMAGEM 7
Rampa de acesso ao museu



IMAGEM 8
Placa explicativa em braile

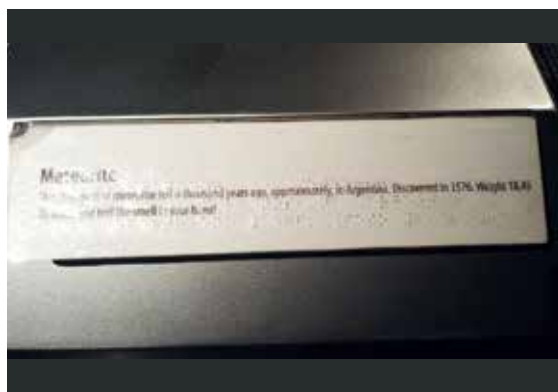


IMAGEM 9
Panfletos explicativos



IMAGEM 10
Maquete com aviso para não ser tocada



IMAGEM 11
Réplica do intestino que só pode ser acessada por escadas



materiais, assim como os panfletos distribuídos, **não estão em braile** e grande parte do acervo não pode ser tocada.

Em entrevista com a mediadora da área de astronomia, foi relatado que não existem pessoas aptas a explicar os experimentos na língua brasileira de sinais (Libras), por exemplo. Ela enfatizou que, quando escolas ou grupos de pessoas com deficiência auditiva ou visual desejam visitar o museu, eles agendam com antecedência para que os intérpretes ou audio-descritores sejam contratados. A mediadora ressaltou ainda que os monitores são estudantes de cursos de licenciatura, e que, por isso, não estão aptos a atender às pessoas com deficiência. No entanto, ela disse que o museu conta com o Catavento Acessível, grupo especializado em atender às pessoas com deficiência que visitam o museu, mas é necessário agendamento prévio para que haja tal serviço. Além disso, esse grupo está preparado para apresentar apenas o conteúdo do andar térreo, ou seja, os conteúdos referentes às temáticas “universo”, “vida” e “engenho” (exposição da área de Física).

Observando-se o número restrito de placas explicativas em braile, de maquetes que podem ser tocadas, a ausência de piso tátil durante todo o trajeto, a falta de preparo dos

funcionários para lidar com as pessoas com deficiência e o impedimento da visita monitorada no andar superior, concluímos que as ações, apesar de existirem, ainda são pontuais.

Alguns museus já estão realizando pequenas intervenções físicas ou de implementação de medidas que tornem seus acervos acessíveis por meio de outros sentidos ou sentimentos. O que acontece no Catavento pode ser usado como um retrato da realidade da acessibilidade nos museus de ciências da cidade de São Paulo e, em geral, no País. Segundo pudemos verificar, e corroborando as ideias de Cohen (2012, p.161), que realizou um estudo no estado do Rio de Janeiro, no âmbito dos museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM),

apesar desses muitos esforços, as ações ainda são muito tímidas para efetivamente permitir a criação de uma relação afetiva entre o visitante com deficiência e o museu ou o patrimônio. Dentre os principais problemas encontrados podemos mencionar: banheiros mal adaptados, quando adaptados; acessibilidade isolada sem a previsão de rotas acessíveis pelo museu; rampas muito inclinadas acima da recomendação da Norma de Acessibilidade da ABNT²; inexistência de réplicas, maquetes ou outros recursos táteis para pessoas com deficiência visual; ausência de legendas ou sinalizações em braile; falta de funcionários treinados para a comunicação na língua brasileira de sinais (Libras) com pessoas com deficiência auditiva; inexistência de equipamentos de audiodescrição para pessoas cegas ou de visitas guiadas para grupos de pessoas com deficiência; barreiras físicas como mobiliário inadequado ou não sinalizado etc.

Dessa forma, concordamos com Santos (2011, p. 309), quando ele afirma que

[...] para que essa inclusão se materialize é necessário equipar fisicamente os museus para receber os novos visitantes e preparar as suas equipas para um acolhimento e seguimento adequado. É, igualmente, necessário transmitir a informação, com o formato adequado, cumprir normas, disponibilizar conteúdos, preparar actividades... em suma, é necessário respeitar a diferença e aceitá-la!

6. Considerações finais

Analisando-se os dados obtidos por meio do cruzamento dos dados do *Guia de museus de ciências* (ABCMC, 2015) e do *Guia de acessibilidade da cidade de São Paulo* (GUIA DE ACESSIBILIDADE CULTURAL, 2014), podemos perceber que menos da metade dos museus de ciências na cidade de São Paulo conta com algum tipo de acessibilidade.

Além disso, assim como Cohen et al. (2012) ressaltam, nota-se que todos os museus que declaram ter acessibilidade apresentam acessibilidade física, mas nem sempre contemplam as

outras deficiências. Vale ressaltar que, em muitos museus que declaram ter acessibilidade física, ela é limitada a apenas alguns recursos, não havendo, por exemplo, estacionamento ou vagas reservadas. Entretanto, não basta a existência de ações pontuais de acessibilidade em museus, é preciso que a legislação seja colocada em prática por meio de incentivos vindos de políticas públicas e financiamentos governamentais e que as adaptações para a superação das barreiras físicas, atitudinais e sensoriais ocorram.

É importante lembrarmos que a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que “institui o Estatuto de Museus e dá providências”, tem menos de dez anos e pode ser considerada recente, assim como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que tem apenas um ano.

Por fim, acreditamos que este seja um estudo inicial e seja necessário desenvolver mais estudos na área para que os profissionais de museus saibam como trabalhar com as pessoas com deficiência, e para que se possa fazer uma divulgação de ciência e cultura de qualidade e para todos.

7. Referências

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 11.904*, de 14 de jan. de 2009. Brasília: Diário Oficial da União, 15 jan. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 13.146*, de 6 de jul. de 2015. Brasília: Diário Oficial da União, 6 jul. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 23 mar. 2016.

BRASIL. *Plano Nacional Setorial de Museus – 2010/2020* (2010: Brasília – DF). Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: MinC/ Ibram, 2010.

CENTROS E MUSEUS DE CIÊNCIA DO BRASIL 2015. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência: UFRJ.FCC. Casa da Ciência: Fiocruz. Museu da Vida, 2015. Disponível em: <<http://www.mcti.gov.br/documents/10179/472850/Centros+e+Museus+de+Ci%C3%Aancia+do+Brasil+2015+-+pdf/667a12b2-b8c0-4a37-98f5-1cbf51575e63>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

COHEN, R.; DUARTE, C. R.; BRASILEIRO, A. *O acesso para todos à cultura e aos museus do Rio de Janeiro*. Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, v. 2, 2012, p. 236-255.

COHEN, R.; DUARTE, C. R.; BRASILEIRO, A. *Acessibilidade a Museus*. Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2012. 190 p. (Cadernos Museológicos v. 2). Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/acessibilidade_a_museu_miolo.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2015.

GUIA DE ACESSIBILIDADE CULTURAL. Disponível em: <<http://acessibiliddecultural.com.br/>>. Acesso em: 22 maio 2015.

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. **Formulário de Visitação Anual - Resultados Fva 2014**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2015. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/RESULTADOSFVA2014.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

MELETTI, S. M. F; RIBEIRO, K. Indicadores educacionais sobre a educação especial no Brasil. Cad. Cedes, Campinas, v. 34, n. 93, p. 175-189, maio-ago. 2014. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 11 mar. 2015.

SANTOS, S. Museus inclusivos: realidade ou utopia. In: *Ensaio e práticas em museologia*. Ed. Alice Semedo e Patricia Costa. Porto: Universidade do Porto, 2011, p. 306-325. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8945.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2015.

As cidades com dengue nas páginas da Agência Brasil e do Estadão

ANA BEATRIZ CAMARGO TUMA ¹

MARIA CONCEIÇÃO DA COSTA ²

RESUMO

Este artigo tem a finalidade de apresentar pesquisa na área de Comunicação e Saúde com foco na dengue, estudo que está sendo desenvolvido no Mestrado em Divulgação Científica e Cultural do Labjor – Unicamp. Tem-se como problema de pesquisa: “Quais os retratos das cidades brasileiras veiculados pelo portal Estadão e pela Agência Brasil em anos de enormes notificações de casos da doença e mortes por dengue?”. O objetivo geral é comparar as representações dos municípios brasileiros no que diz respeito à dengue, que foram produzidas e veiculadas pelos referidos portais nos anos de 2010 e 2013. Os objetivos específicos são: apresentar as cidades brasileiras sobre as quais se veicularam mais matérias, averiguar se elas integravam as regiões que mais apresentavam transmissão do vírus da dengue, saber como são seus indicadores de habitação e quais os escores no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal; investigar o que e como é discorrido (ou não) sobre casos e mortes, causa(s) da dengue, rede de serviços de saúde, fontes de informação, além de prevenção e controle; identificar se há medidas educativas nos textos; e quantificar as matérias em período epidêmico (de janeiro a maio) ou não epidêmico (os outros meses do ano) e conhecer se elas atendem à divulgação de informações preconizadas pelo Ministério da Saúde para cada período. Nesta pesquisa, é utilizada a metodologia da análise de conteúdo, além de revisão teórica sobre o tema estudado. Como instrumento de análise dos 69 textos selecionados, foi feita uma tabela de codificação (não mostrada neste texto). Assim, pretende-se revelar como essas mídias têm retratado as cidades brasileiras, palcos onde se dissemina a doença.

Palavras-chave: Agência Brasil; cidades; Comunicação e Saúde; dengue; Estadão.

ABSTRACT

This article aims to present research in the field of Health and Communication focused on dengue, which is being developed in the Master of Scientific and Cultural Dissemination Labjor / Unicamp. It has as research problem: “What are the portraits of Brazilian cities served by the websites Estadão and Agência Brasil in years of huge notifications of cases and deaths from dengue?”. The overall objective is to compare the representations of Brazilian cities, with regard to dengue, produced and disseminated by these websites in 2010 and 2013. The specific objectives are: to present the Brazilian cities which more news items were conveyed about, if they were included in the regions that most had transmission of the dengue virus and what are their indicators of housing and their Indexes of Municipal Human Development; to investigate what and how are discoursed (or not) the cases, deaths and cause(s) of dengue,

¹ Mestranda em Divulgação Científica e Cultural no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas (Labjor/Unicamp). Jornalista formada pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

² Professora titular em Estudos Sociais da Ciência, professora do Labjor e do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp.

the healthcare system, the sources of information, prevention and control; to identify whether there are educational measures in the texts; and to quantify the reportings during an epidemic (January-May) or an non-epidemic period (the other months of the year) and check if they meet the disclosure recommended by the Health Ministry for each period. In this research the methodology of content analysis is used, in addition to literature review on the studied subject. As an instrument of analysis of the 69 selected texts, there is an encoding table (not presented here). Thus, it is intended to reveal how these media have portrayed Brazilian cities which are the stages where the disease is spread.

Keywords: *“Agência Brasil”*; *cities*; *Health and Communication*; *dengue*; *Estadão*.

1. Introdução

A dengue é considerada a mais importante arbovirose³ do mundo. Cerca de 2,5 bilhões⁴ de pessoas estão expostas ao risco de se infectarem, especialmente em países tropicais e subtropicais, regiões onde as condições climáticas, econômicas e sociais favorecem a proliferação dos mosquitos vetores⁵. É o caso do Brasil, onde a enfermidade tem caráter endêmico⁶/epidêmico⁷ desde 1986 e está disseminada por todas as unidades federativas (TAUIL, 2015).

Por ser uma doença que ocorre essencialmente nas cidades, lugares que concentram 85,1% da população do País (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015), a dengue está muito presente na vida dos brasileiros.

Os primeiros registros dessa enfermidade em território nacional datam do século XIX. Contudo, o atual grande número de casos (há anos em que são notificados mais de um milhão de doentes) originou-se nas diversas modificações ocorridas nas cidades brasileiras na segunda metade do século XX, como crescimento rápido e desordenado. Tais modificações acarretaram, por exemplo, falta de saneamento básico para parte da população e falta de vigilância sanitária, propiciando proliferação, manutenção e disseminação do mosquito *Aedes aegypti*, seu principal vetor.

Como todos os outros agravos da saúde, a dengue é um fenômeno multidimensional e precisa ser considerada de modo multidisciplinar e multissetorial. Entre as dimensões importantes está a da comunicação (ARAÚJO, 2012). A área denominada Comunicação e Saúde (C&S) é “[...] uma modalidade singular da divulgação científica, certamente a mais importante, se levarmos em conta o espaço e tempo a ela dedicados pelos meios de comunicação de massa” (BUENO, 2000, p. 190).

³ Infecção causada por um arbovírus, vírus transmitido a vertebrados por um artrópode, como o mosquito ou o carrapato (GLOSSÁRIO, 2015).

⁴ Contudo, segundo afirmam Brady e colaboradores (2012), esse número de pessoas pode ser de mais de 3, 97 bilhões (BRADY et al., 2012).

⁵ Os vetores do vírus dengue (DENV) são as fêmeas dos mosquitos pertencentes ao gênero *Aedes* e subgênero *Stegomyia* (OLIVEIRA, 2015). No Brasil, a transmissão do DENV é feita por *Aedes aegypti* (SILVA; MARIANO; SCOPEL, 2008), que está amplamente presente em 4.318 municípios (BRASIL, 2015), e é o mesmo vetor que transmite ao menos três outros vírus: o da febre amarela urbana, o da chikungunya e o da zika.

⁶ Relativo a endemia (DICIONÁRIO, 2015), que é a constante presença de uma doença ou de um agente infeccioso em um determinado grupo populacional ou em uma dada área geográfica (GLOSSÁRIO, 2015).

⁷ Da epidemia ou relativo a ela (DICIONÁRIO, 2015). Epidemia é o surto de uma enfermidade que afeta, simultaneamente, um grande número de pessoas de uma região (GLOSSÁRIO, 2015). Verifica-se uma situação de epidemia ou risco de epidemia quando existe um aumento constante no número de casos notificados no município, e essa situação pode ser vista por meio de curva endêmica, diagrama de controle e outras medidas estatísticas (BRASIL, 2009). Em nível nacional, as epidemias de dengue representam a soma de múltiplas epidemias localizadas, com menores ou maiores dimensões, determinadas pelo sorotipo circulante, pela proporção de suscetíveis na população, pelo grau de densidade vetorial, pela efetividade das intervenções de controle, entre outros fatores (LUNA; SILVA JR., 2013).

A pesquisa de mestrado aqui apresentada faz parte dessa área de estudo. Ela analisa, no que se refere à dengue, as representações das cidades brasileiras por meio dos portais de notícias Agência Brasil e Estadão em 2010 e 2013.

Assim, neste artigo, faz-se uma breve revisão teórica da área de interface Comunicação e Saúde e a divulgação da temática “dengue”, descreve-se e justifica-se o que se pretende produzir na pesquisa e, em seguida, tecem-se algumas considerações iniciais sobre ela.

2. Comunicação & Saúde e a veiculação do tema dengue

Há divergências no que se refere à data em que começou a parceria entre a comunicação e a saúde, não sendo poucos os estudiosos que apontam os seus primórdios (PESSONI, 2005). Araújo, Cardoso e Lerner (2007) são alguns deles, afirmando que o marco dessa relação, no Brasil, tem início no século XX com a institucionalização das atividades de educação e propaganda sanitárias no Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP).

A C&S é formada, de acordo com Araújo e Cardoso (2007), separadamente, pelos elementos de cada campo, o da saúde e o da comunicação, em sua interface. Pode-se assegurar que essa interface é formada pela junção dos dois campos por meio de práticas e propostas comunicacionais, informacionais e instrumentais para viabilizar a saúde (ARAÚJO et al., 2008).

Essa área de interface pode contribuir para todos os aspectos de promoção da saúde e prevenção de doenças. Ela é relevante em inúmeros contextos, como: exposição individual para buscar e utilizar informações em saúde; relações de pacientes e profissionais de saúde; construção de campanhas e mensagens de saúde pública; adesão individual aos regimes e recomendações clínicas; imagens de saúde em meios de comunicação de massa; difusão de informações sobre riscos à saúde da população e de indivíduos, isto é, comunicação de riscos; desenvolvimento de aplicações em telessaúde; e educação de consumidores sobre como obter acesso aos sistemas de saúde e à saúde pública (PESSONI, 2007).

No caso da dengue, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2009), a comunicação é uma ferramenta essencial na disseminação de informações, abarcando as estratégias de ocupação dos espaços de mídia alternativa (como rádios comunitárias), estatal e comercial, e a produção de material de acordo com a linguagem, o conhecimento e as realidades regionais.

Além disso, sucessivas epidemias de dengue no Brasil ressaltam a importância da divulgação de informações pela mídia. Como esfera de mediação das sociedades contemporâneas, ela produz, amplifica e faz circular informações e significados que afetam as decisões dos indivíduos. Assim, os meios de comunicação social, em particular o jornalismo, podem assumir função relevante para o setor da saúde no enfrentamento de epidemias, veiculando informações de caráter técnico e científico de modo ágil e abrangente (FRANÇA; ABREU; SIQUEIRA, 2004).

3. Sobre a pesquisa

A dissertação tem como norte saber de que maneira a persistência da dengue no espaço urbano brasileiro tem sido representada por dois dos portais de notícias mais importantes do País, um público e outro comercial: a Agência Brasil e o Estadão.

A Agência Brasil foi escolhida por ser um portal público que permite a livre reprodução de todo o seu conteúdo. Com isso, suas matérias são muito utilizadas por outros meios de comunicação, sendo, portanto, largamente disseminadas. De outra parte, o Estadão foi selecionado por ser um portal comercial que gera grande engajamento entre os internautas, o que faz com que seu conteúdo seja também muito difundido.

Dessa maneira, o problema de pesquisa é: “Quais os retratos das cidades brasileiras veiculados pelo portal Estadão e pela Agência Brasil em anos de enormes notificações de casos da doença e mortes por dengue?”.

O objetivo geral deste estudo é comparar as representações das cidades brasileiras fundamentais na disseminação da doença, construídas pelas notícias produzidas e veiculadas por essas mídias em 2010 e 2013. Elegeram-se esses anos para a análise por terem sido dois dos anos em que os casos da doença alcançaram mais de um milhão de notificações, e também por eles terem tido os maiores números de mortes em todo o território nacional. É importante destacar que é utilizada apenas a parte textual das matérias. São estes os objetivos específicos:

- Apresentar as cidades do Brasil sobre as quais se veiculam mais notícias, verificar se elas integram as regiões com mais transmissão do vírus da dengue, e como são seus indicadores de habitação⁸ e seus escores no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal⁹.
- Investigar o que e como é discorrido (ou não) sobre: casos e mortes; rede de serviços de saúde; causa(s) da dengue; prevenção e controle; e fontes de informação.
- Identificar se há medidas educativas divulgadas nos textos.
- Quantificar as matérias em período epidêmico (de janeiro a maio) ou não epidêmico (os outros meses do ano), e saber se elas atendem à divulgação de informações preconizadas pelo Ministério da Saúde para cada período.

⁸ Nesta pesquisa, os indicadores de habitação se referem à porcentagem da população em domicílios com água encanada e à porcentagem da população em domicílios com coleta de lixo.

⁹ O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano Global, isto é, a longevidade, a renda e a educação. No entanto, aquele vai além deste, porque adequa a metodologia global ao contexto do Brasil e à disponibilidade de indicadores nacionais (ATLAS, 2016).

Para a realização da pesquisa, são utilizadas a metodologia da análise de conteúdo (AC) proposta por Bardin (1977) e uma revisão teórica sobre o tema em questão. Sobre a AC, a autora define-a como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, constituindo-se em um método empírico, que depende da fala a que se dedica e da interpretação que se almeja. Esse conjunto faz uso de procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, além de indicadores (quantitativos ou não) que possibilitem a inferência de conhecimentos sobre as condições de produção e recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

Tem-se como *corpus* de análise – conjunto de documentos submetidos aos procedimentos analíticos (BARDIN, 1977) – as notícias que focalizam uma cidade específica, para uma melhor visualização de sua representação individual. Trata-se de notícias produzidas e veiculadas pelos dois portais nos anos mencionados. No caso do Estadão, considerou-se o conteúdo produzido pelas outras empresas noticiosas do Grupo Estado, desde que atendessem ao referido critério.

Para a seleção do *corpus*, foram feitas leituras integrais de todas as notícias que traziam em seus títulos termos como cidade, governo e estado, cujo conteúdo poderia dizer respeito a uma cidade específica. Na constituição de tal *corpus*, levou-se em conta a regra da exaustividade proposta por Bardin (1977). De acordo com essa regra, uma vez definido o campo do *corpus*, é preciso considerar todos os elementos – neste estudo, ponderou-se todas as notícias de 2010 e 2013 relativas à dengue que focalizam uma cidade em particular, independentemente da editoria a que elas pertenciam. Foram obtidos 69 textos. Ressalta-se que matérias com títulos iguais veiculados no mesmo dia em editorias diferentes ou na mesma editoria foram consideradas duas vezes: uma vez em cada editoria, de acordo com a regra da exaustividade.

Por fim, para servir como instrumento de análise dos referidos textos, criou-se uma tabela de codificação. Nessa tabela, para identificação do texto, há as seguintes informações: mídia; data de publicação; título; repórter; editoria; cidade, estado e região a que pertence a matéria. Além dessas informações, estão presentes seis códigos, que aqui são chamados de *indicadores de análise*, os quais, geralmente, apresentam alternativas. Esses códigos dizem respeito a analisar os textos quanto a: período epidêmico e não epidêmico; casos e mortes; rede de serviços de saúde; causa(s) da dengue; prevenção e controle; e fontes de informação.

4. Considerações preliminares

A situação da dengue é preocupante, principalmente por não ser benigna, como se acreditava no século passado e como algumas pessoas ainda pensam até hoje. Os casos sintomáticos exigem tratamento adequado a fim de que não evoluam para complicações ou mesmo morte.

A comunicação é uma área importante para a resolução desse grave problema. Com a

pesquisa, pretende-se pintar os retratos das cidades brasileiras com dengue divulgados em cada veículo de comunicação nos anos analisados, para mapear como eles abordam o problema e, se for o caso, mostrar pontos que devem ser corrigidos.

Como resultados iniciais do estudo, constata-se o fato de o Estadão deter-se, majoritariamente, em informar a população sobre o que ocorre no Sudeste, com especial atenção para o estado de São Paulo. A Agência Brasil, constata-se também, é mais eclética e divulga textos sobre variadas regiões do País. Contudo, nenhum deles veicula notícias sobre o Nordeste, que, em 2010 e 2013, foi a terceira região mais afetada pela dengue.

Por meio da análise, pode-se saber se os veículos de comunicação estão no caminho certo para a divulgação da temática “dengue”. A análise é também uma oportunidade para a discussão de semelhanças e diferenças no que tange ao assunto.

5. Referências

ARAÚJO, I. S. de; CARDOSO, J. M. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

_____; _____; LERNER, K. Comunicação e Saúde: um olhar e uma prática de pesquisa. **Revista ECO-PÓS**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2007. Disponível em: <[http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php?journal=revista&page=article&op=view&path:\[\]=67&path:\[\]=46](http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php?journal=revista&page=article&op=view&path:[]=67&path:[]=46)>. Acesso em: 3 jan. 2016.

_____ et al. Comunicação e Saúde: trajetória, panoramas e desafios atuais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXXI, 2008, Natal. **Anais...** Natal: Intercom, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1391-1.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

_____. As mídias, as instituições de saúde e a população: convergências e divergências na comunicação sobre a prevenção da dengue. **Organicom**: revista brasileira de comunicação organizacional e relações públicas, São Paulo, v. 9, n. 16/17, p. 50-66, 2012. Disponível em: <<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/507/423>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

ATLAS do Desenvolvimento Humano do Brasil. 2016. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em: 9 out. 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70, 1977.

BRADY, O. J. et al. *Refining the Global Spatial Limits of Dengue Virus Transmission by Evidence-Based Consensus*. **Plos Negl Trop Dis**, [S. l.], v. 06, n. 08, 7 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3413714/>>. Acesso em 10 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle da Dengue**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 160 p. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_prevencao_controle_dengue.pdf>. Acesso em: 22 set. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Plano de Contingência Nacional para Epidemias de Dengue**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 42 p. Disponível em: <http://www.cve.saude.sp.gov.br/htm/zoo/pdf/ms15_plano-contingencia-dengue-19jan15.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2015.

BUENO, W. da C. A cobertura de saúde na mídia: os sintomas de uma doença anunciada. In: **COMUNICAÇÃO & Sociedade / Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social**, Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo: Umesp, 2000. p. 187-210. BUENO.

DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. 2015. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/Default.aspx>>. Acesso em: 1º dez. 2015.

FRANÇA, E.; ABREU, D.; SIQUEIRA, M. Epidemias de dengue e divulgação de informações pela imprensa. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 20, n. 5, p.1334-1341, out. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2004000500028&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 nov. 2015.

GLOSSÁRIO. In: VALLE, D.; PIMENTA, D. N.; CUNHA, R. V. da (Org.). **Dengue: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. Cap. 2. p. 449-458.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 137 p.

LUNA, E. J. A.; SILVA JR, J. B. da S. Doenças transmissíveis, endemias, epidemias e pandemias. In: NORONHA, J. C. de; PEREIRA, T. R (Org.). **A saúde no Brasil em 2030: população e perfil sanitário**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. 2013. p. 122-176.

OLIVEIRA, R. L. de. Biologia e comportamento do vetor. In: VALLE, D.; PIMENTA, D. N.; CUNHA, R. V. da (Org.). **Dengue: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. Cap. 3. p. 75-92.

PESSONI, A. **Contribuições da COMSAÚDE na construção do conhecimento em Comunicação para a Saúde: resgate histórico e tendências dessa linha de pesquisa**. 2005. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2005. Disponível em: <[http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/processaPesquisa.php?listaDetalhes\[\]=75&processar=Processar](http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/processaPesquisa.php?listaDetalhes[]=75&processar=Processar)>. Acesso em: 5 jan. 2016.

_____. Comunicação para a saúde: estado da arte da produção norte-americana. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 8, n. 14, p.61-64, 2007. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/675/521>. Acesso em: 12 ago. 2016.

SILVA, J. S.; MARIANO, Z. de F.; SCOPEL, I. A dengue no Brasil e as políticas de combate ao *Aedes aegypti*: da tentativa de erradicação às políticas de controle. **Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, v. 3, n. 6, p.163-175, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/viewFile/16906/9317>>. Acesso em: 5 set. 2015.

TAUIL, P. L. Prefácio. In: VALLE, D.; PIMENTA, D. N.; CUNHA, R. V. da (Org.). **Dengue: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. p. 11-13.

O *Jornal Rascunho* e a questão dos suplementos literários no Brasil contemporâneo

BIANCA FERRAZ BITENCOURT ¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo indicar perspectivas para se pensar como a crítica literária se apresenta no Brasil contemporâneo. Essa discussão perpassa, obrigatoriamente, a trajetória percorrida pela imprensa e pela literatura no País, levando em consideração o papel dos periódicos para o desenvolvimento da crítica literária. Tenciona-se também refletir sobre a maneira como a literatura se manifesta na imprensa atual, considerando que grande parte dos suplementos literários não mais existe. Para isso, o corpus escolhido como objeto de estudo foi o *Jornal Rascunho*, de Curitiba. A partir dele, pretende-se pensar como se constrói o discurso da crítica literária contemporânea dentro de um jornal especializado que tem, portanto, um público-alvo específico e formas de circulação diferentes das existentes nos suplementos literários das décadas anteriores. Não há o intuito de responder a todas as problematizações colocadas, mas se espera que as questões indicadas neste artigo possam servir de base para estudos que se dediquem à crítica literária brasileira, criando possibilidades de análise e caminhos para uma reflexão sobre essa prática na atualidade.

Palavras-chave: *Jornal Rascunho; crítica literária; suplementos literários; imprensa.*

ABSTRACT

This work aims to propose perspectives of thinking about how literature criticism is presented in contemporaneous Brazil. This discussion mandatorily runs through the trajectory traveled by press and by literature in this country, considering the periodics' role for literary criticism developing. It is also tended to reflect about the way literature manifests in current press, considering that most of the literary supplements does not exist anymore. Therefore, the corpus chosen as object of study was the *Jornal Rascunho*, from Curitiba. From this object, it is intended to think about how the speech of contemporaneous criticism literary is constructed within this specialized newspaper, that has, so, a specified target audience and different forms of movement from those found in literary supplements in earlier decades. There is no intention to answer all the problematizations placed here, but it is expected that the questions indicated in this article serve as a basis for engaged studies about Brazilian literary criticism, creating analysis possibilities and paths for reflection on this practice in the current days.

Keywords: *Jornal Rascunho; literary criticism; literary supplements; press.*

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/Unicamp).

1. *Imprensa e literatura: caminhos intrincados*

Jornalismo e literatura podem ser facilmente relacionados, pois ambos têm, em seu cerne, o trabalho com as palavras. No entanto, limitar a relação entre eles a apenas esse aspecto é ignorar uma série de elementos essenciais para a compreensão do desenvolvimento da imprensa e da própria evolução da literatura. Se, por um lado, a linguagem une essas duas áreas, por outro, a maneira como é utilizada pode definir se estamos frente a um texto literário ou a um texto jornalístico.

De modo mais geral, um texto jornalístico costuma ser associado a “uma espécie de testemunho do ‘real’, fixando-o e ao mesmo tempo buscando compreendê-lo” (BULHÕES, 2007, p. 11). Para isso, tende-se a utilizar uma linguagem considerada mais objetiva, um discurso em que haja pouco envolvimento do repórter, isto é, busca-se um foco mais impessoal, o que, na maioria dos casos, se reflete na falta de espaço para experimentações de estilos de escrita próprios. Responder às questões básicas (O quê? Quem? Onde? Quando?) torna-se o núcleo da unidade de escrita jornalística, ou seja, a reportagem em detrimento de interações com o cenário e os personagens da história relatada.

Em contrapartida, tem-se a literatura. Esta, segundo Bulhões (2007, p. 12), diferentemente do jornalismo, não utiliza a linguagem como meio, mas como fim, o que significa dizer que a linguagem ocupa o papel central do discurso e, portanto, “se há algo para se comunicar na literatura, esse algo só existe pelo poder conferido à conduta da própria linguagem”. Assim, a literatura seria um espaço em que a linguagem pode ser subjetiva e no qual a voz do autor se expressa de maneira livre.

Confrontando-se essas duas definições, seria possível pensar, então, que os caminhos tomados pelo jornalismo e pela literatura, apesar de terem um ponto importante em comum, são totalmente diferentes. O fato, no entanto, é que por muitas vezes na história essas duas áreas têm se encontrado e até mesmo se confundido, tornando assim a relação entre elas mais complexa e intrincada do que pareceria à primeira vista.

A relação que se estabelece entre jornalismo e literatura, permeada por dicotomias como dinheiro *versus* arte, e realidade *versus* ficção, precisa ser analisada com outros olhos. Nos meios acadêmicos, há um discurso fundador da literatura internalizado que separa a arte literária da produção textual remunerada, considerando aquela menos artística por isso. Nas palavras de Lajolo & Zilberman (2001, p. 71): “Na tradição dos Estudos Literários, não é de bom tom misturar questões de dinheiro com literatura, apagando-se o caráter econômico das atividades culturais”.

O apagamento desse caráter econômico, entretanto, resulta em perdas significativas para uma pesquisa dedicada ao estudo da relação entre esses tipos de escrito, pois se deve levar em

consideração que, por muito tempo, o jornalismo foi um refúgio para os escritores que não conseguiam se sustentar com a literatura. Dessa forma, cair no simples maniqueísmo do que é bom ou ruim, do que é arte pura ou comprada, é ignorar uma parcela significativa de autores que se utilizaram do jornal e do jornalismo como ferramentas remuneradas para não se afastarem do trabalho com a linguagem.

Além disso, é importante lembrar a questão do folhetim. Muitos textos literários foram publicados primeiramente nas páginas dos jornais. Sendo assim, a literatura se fez manifesta no ambiente jornalístico ou pela presença de seus autores atuando como jornalistas, ou através das publicações de caráter literário que eram veiculadas pela imprensa escrita.

Com a chegada do século XX, cada vez mais a separação entre literatura e jornalismo começou a se delinear e, ainda que não seja definitiva, foi alimentada pelas dicotomias anteriormente citadas e por outras mais.

2. O espaço da crítica literária na imprensa

Até o século XIX, ou mesmo até meados do século XX, literatura e imprensa se confundiam. Isso se dava porque o objeto livro ainda não era popular; eram os jornais que conferiam notoriedade e proporcionavam o sustento dos escritores. Como em uma relação simbiótica, a imprensa vivia da literatura, na medida em que esta era publicada em larga escala, e a literatura era sustentada pela imprensa, considerando que o periodismo empregava os literatos e escritores.

No século XX, entretanto, a imprensa passou por mudanças e, desde então, as colaborações literárias dentro dos jornais passaram a ser consideradas matérias à parte, pois o jornal não tinha mais interesse em ser – todo ele – literário. Essa revolução, por assim dizer, se iniciou nas primeiras décadas do século XX, com o período de modernização das grandes cidades brasileiras, coincidindo, por exemplo, com a chamada *Belle Époque* carioca, em que as obras de Pereira Passos visavam à construção de uma metrópole nacional que poderia se equiparar às europeias. As reformas promovidas pelo prefeito mudaram as relações capitalistas e sociais presentes no Rio de Janeiro da época, local em que grande parte dos literatos se encontrava. Com isso, a imprensa também sentiu necessidade de mudanças, e, assim, a literatura passou a aparecer em seções de crítica em rodapé, esboçando o que, mais tarde, seria chamado de suplemento literário.

Nas décadas seguintes, consolidou-se o que a Teoria Crítica chamou de “cultura de massas”, e, em paralelo a isso, ocorre uma mudança no perfil da crítica literária no Brasil. De acordo com Sússekind (2003), entre os anos 1940 e 1950, havia a chamada “crítica de rodapé”, feita por bacharéis não especializados. Aos poucos, outro modelo de crítica ganha espaço: a universitária, ocasionando uma substituição do rodapé pela cátedra, ou seja, passando a palavra (e o poder) para aqueles com aprendizado técnico, os críticos-professores.

Dessa forma, os anos 1960 a 1970 foram anos academicistas, o que fez a crítica manter-se autoconfinada ao *campus* universitário, pois houve redução do espaço jornalístico destinado a ela, culminando assim na dificuldade de circulação dessa produção acadêmica. Mais tarde, nos anos 1980, com o crescimento do mercado editorial, estimulou-se uma nova ampliação do espaço para a literatura na imprensa, o que foi concomitante, entretanto, com o desestímulo à crítica literária mais atenta, justificado pela impulsão do livro (e da obra literária, conseqüentemente) como objeto mercadológico, o que significa que o interesse da imprensa estava mais no sentido de divulgar livros para vendê-los do que para fazer uma análise deles. Com isso, o espaço destinado para a literatura passou a ser ocupado por resenhas e notícias, geralmente rasas, que propunham um tratamento comercial do livro.

Assim, segundo a esquematização proposta por Sússekind (2003), pode-se perceber que a crítica literária, ao longo do século XX, passou por mudanças em sua estrutura e mesmo em sua relação com a grande imprensa. Diante disso, entende-se a importância de verificar de que forma a crítica aparece nos cadernos da imprensa atual, bem como quais as relações que a literatura estabelece com os novos sentidos e perspectivas propostos pela dinâmica social contemporânea. Isso significa investigar o modo de o jornalismo cultural se apropriar da obra literária e transformá-la em objeto de trabalho, pautando-se pelas seguintes questões: há um tratamento uniforme do mercado editorial? As obras divulgadas são de gêneros literários diversos ou há a predominância de um deles? Os livros são analisados ou apenas apresentados e resumidos? Pretende-se, desse modo, olhar o *Jornal Rascunho* para além de sua forma física e de sua existência material, ou seja, levando em conta, sobretudo, as tensões que se fazem presentes em cada escolha editorial sobre o que publicar em cada edição, como tratar os temas escolhidos e como chegar a um determinado tipo de leitor que constitui o público-alvo do periódico.

Portanto, este trabalho inicial tem o objetivo de refletir sobre a permanência do *Rascunho* no Brasil contemporâneo a partir da análise de suas edições e publicações. Nesse sentido, considera-se que o trabalho potencialmente pode servir de base a outros estudos que se dediquem à área, questionando e refletindo sobre o lugar da crítica literária na imprensa atual, a partir de um *corpus* específico.

3. O Jornal Rascunho

Criado em Curitiba, no dia 8 de abril de 2000, pelo jornalista e escritor Rogério Pereira, o *Jornal Rascunho* é um dos remanescentes do ramo dos chamados suplementos literários. Atualmente, o jornal conta com duas versões: a impressa, de 32 páginas (eram 48 até a edição de maio de 2016), em formato berliner (denominação do formato de jornal com páginas que medem normalmente 470 por 315 milímetros), que depois de sua publicação é disponibilizado no formato PDF no site do jornal (www.rascunho.com.br) desde maio de 2008.

As publicações do jornal são de gêneros variados, contando com ensaios, resenhas, entrevistas, textos de ficção (contos, poesias, crônicas e trechos de romances) e ilustrações. Segundo dados disponíveis no site do jornal (acesso em 10/2/2016), a edição impressa teve tiragem de cinco mil exemplares em dezembro de 2015. No mesmo mês, a quantidade de acessos únicos ao site foi de 94.886, sendo que 391.338 páginas foram lidas.

A periodicidade do suplemento é mensal e a assinatura custa 90 reais no plano anual, e 50 reais no plano semestral. No site do jornal, há uma aba em que se pode fazer a assinatura, e nela consta o seguinte dizer: “O único jornal impresso independente de literatura continua a existir”. Essa frase, em conjunto com o *slogan* do jornal (“O jornal de literatura do Brasil”), traz um panorama da produção do jornalismo cultural no Brasil contemporâneo. Os antigos suplementos literários tornaram-se mais abrangentes, abrindo espaço para outras artes e outros assuntos, como moda, gastronomia, teatro, cinema, o que alguns estudiosos chamam de cadernos culturais ou cadernos de variedades. Nesse sentido, ao ele afirmar-se como o jornal de literatura do Brasil, já há uma tentativa de preencher uma lacuna, a qual teria se formado no processo de abertura para outras áreas que foram ocupando espaços antes mais restritos à literatura.

Outras palavras de ordem que aparecem na publicidade do jornal em sua própria *webpage* são: inédito, independente e implacável. A escolha desses termos confirma a preocupação em assumir um posto que estava, de certa forma, desfalcado. Além disso, a implacabilidade do jornal remete, em alguma medida, à retomada do espaço da crítica literária de fôlego, ou seja, aquela que fugiria das resenhas superficiais muitas vezes encontradas na mídia. Esse espaço marcaria uma continuidade dos suplementos literários de excelência, por assim dizer, como foi em O Suplemento Literário, d’*O Estado de S. Paulo*.

A retomada de elementos característicos dos suplementos tradicionais da imprensa brasileira é uma possibilidade de novos caminhos para os estudos concentrados na crítica literária contemporânea brasileira, que pode procurar respostas (ou, ao menos, indícios delas) para questões como: (1) É possível falar de suplemento literário no Brasil contemporâneo tal como os moldes da segunda metade do século XX?; (2) Qual é a literatura que tem espaço no jornal especializado da atualidade? Há poesia? Isto é, qual é o perfil das obras exploradas pelo jornal?; (3) A crítica feita é rasa, com caráter mais panfletário, ou apresenta mais aprofundamento?; (4) As obras que são tema de resenhas ou ensaios são consagradas? Ou há espaço para a novidade?; e (5) Os autores apresentados são os clássicos? Há incentivo a autores nacionais e ainda pouco conhecidos dentro do mercado literário?

O *Rascunho* é constituído por diversas seções, que privilegiam diferentes abordagens de temas relacionados à literatura, apresentando resenhas, por exemplo, ao mesmo tempo em que tratam de assuntos teóricos da crítica literária, como em “A literatura na poltrona”, coluna assi-

nada por José Castello. Outro fator importante é a presença da seção “Eu, o leitor” que publica comentários e sugestões feitos pelos leitores ao jornal. Além disso, há também a publicação de textos literários, como crônicas e poesias, bem como de ilustrações, charges e outras produções criativas. Nesse sentido, é possível perceber que o jornal aposta na diversidade de gêneros textuais para a composição da unidade: uma única edição é composta por resenhas, ensaios, colunas de crítica, textos de ficção e entrevistas, além de ilustrações.

Outro ponto interessante é que existem colunas exclusivas ao site, o que remete à questão da apropriação dos novos meios de comunicação: as estratégias aplicadas à versão impressa não podem ser inteiramente transpostas para a versão digital, pois a rede, isto é, o mundo *on-line*, oferece recursos diferentes que caracterizam uma interação e uma experiência com o conteúdo diversa daquela realizada pelo leitor que possui a versão impressa do jornal. Isso pode ser visto, por exemplo, na seção “Notícias”, que, ao trazer manchetes relacionadas ao mundo literário, se aproxima mais de um padrão de jornalismo que privilegia o *lead* (esquema que conta com as informações principais de um acontecimento, muitas vezes norteado pelas questões: o quê?; quem?; quando?; como?; onde?; por quê?). Esse modelo de jornalismo é o que predomina nos jornais cotidianos e, nele, o texto está preocupado com características como a objetividade, a clareza e a transmissão de informações. Esse tipo de texto é também bastante comum na internet, visto que esse esquema de responder perguntas básicas e essenciais sobre um acontecimento economiza o tempo do leitor, que é bombardeado com muitas possibilidades e caminhos de leitura, sobretudo na navegação digital.

A perspectiva desta breve apresentação do *Jornal Rascunho* e das possibilidades de questionamento e direções de pesquisa é, então, configurar o jornal como um objeto de estudo uno e suficiente em si para refletir sobre questões concernentes ao domínio da imprensa, do mercado editorial e da crítica literária no Brasil contemporâneo.

Assim, em consonância com estudos como *O Suplemento Literário d’O Estado de São Paulo 1956-67 (Subsídios para a história da crítica literária no Brasil)*, de Marilene Weinhardt, e *Sabático: um novo tempo para a leitura?(A retomada do Suplemento Literário no Estado de S. Paulo)*, de Juliana Meres Costa, pretende-se refletir sobre a prática da leitura de literatura e sobre como a maneira de tratar a obra literária se constitui dentro de um periódico, considerando suas concepções formais, ideológicas, históricas, sociais e mercadológicas. Com esse estudo, seria revelada, então, a complexidade de construir e estabilizar um espaço em que os jogos de força presentes dentro do âmbito cultural se enfrentariam em busca de representação, legitimação e prestígio. Além disso, constituir-se-ia também como um importante subsídio para a história da leitura, ao pensar em como se constrói a figura do leitor que o jornal se propõe a atingir e a instigar.

4. Considerações finais

A breve apresentação feita neste trabalho aponta, por fim, uma face mínima, a partir de uma análise bastante simplificada do *Jornal Rascunho*, que ajuda a vislumbrar, ainda que de forma superficial, como se dá a sua configuração atual. Esta, entretanto, deve ser contraposta ao percurso traçado pelo jornal desde seu surgimento, e deve também ser entendida como parte de um processo de renovação (ou reinvenção) de modelos do jornalismo cultural dentro da imprensa brasileira no início do século XXI. Não se trata, entretanto, de analisar modelos apenas a partir de um olhar jornalístico, mas tentar compreender, de fato, como esses modelos constituem-se com relação aos seus leitores, aos seus próprios parâmetros de edição e de seleção, e, sobretudo, em sua relação com a literatura (e com as representações dela).

Assim, conclui-se que o estudo aqui proposto visa tecer e refletir sobre as relações contínuas entre literatura e imprensa, com enfoque especialmente em um caderno especializado que circula no Brasil contemporâneo, buscando, então, em consonância com os estudos da história da leitura e da crítica literária, definir (ou, ao menos, mapear) qual é o lugar da crítica na imprensa atual e como se consolidam as relações entre o discurso e o público leitor. Considera-se importante também pensar sobre qual é o tipo de discurso construído a partir da literatura e em qual direção ele caminha: a tendência de um jornal especializado, que se intitula “o jornal de literatura do Brasil” é aproximar a literatura de um público geral, ou é constituí-la segundo os moldes já preconizados pelo cânone, restringindo-a a um público mais seletivo e menos variável? Com isso, espera-se discutir o próprio *status* da produção literária dentro da sociedade e a maneira como essa produção é apropriada (ou não) para legitimação de ideologias dentro de um meio de comunicação preferencialmente endereçado a um público específico, o que possivelmente contribuirá para os estudos da área, proporcionando reflexões mais aprofundadas sobre as diversas questões pontuadas até aqui.

5. Referências

BULHÕES, Marcelo Magalhães. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

COSTA, Juliana Meres. *Sabático: um novo tempo para a leitura? (A retomada do Suplemento Literário no Estado de S. Paulo)*. 2012. 448 [50] p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000846211>>. Acesso em: 6 set. 2016.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. **O Preço da leitura: leis e números por detrás das letras**. São Paulo: Ática, 2001.

SÜSSEKIND, Flora. Rodapés, tratados e ensaios: a formação da crítica brasileira moderna. In: **Papéis colados**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, pp. 15-36.

WEINHARDT, Marilene. **O suplemento literário d'O Estado de São Paulo, 1956-67**: (Subsídios para a história da crítica literária no Brasil). 1982. 2 v. Dissertação (mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, SP.

Quem #SomosTodos? Reflexões sobre memória e identidade em uma hashtag

DEBORAH PEREIRA ¹

RESUMO

Este artigo propõe pensar como opera a hashtag #SomosTodos (exemplos: Somos Todos Amarildo, Somos Todos Maju, Somos Todos Brasil etc.) a partir da noção de memória metálica (ORLANDI, 1996) e noções de identidade propostas pelos sociólogos Bauman (2005) e Hall (2001). A proposta é refletir sobre o modo como os processos identitários – concebidos aqui como cada vez mais cambiantes e móveis – atuam dentro da discursividade digital e produzem efeitos no funcionamento das hashtags que, por sua inscrição na memória metálica, estão na ordem da quantidade, do reproduzível. O modo de (se) significar na história e as filiações dos sujeitos neste espaço digital marcado pelo metálico também é discutido neste trabalho.

Palavras-chave: hashtags; memória metálica; identidade; análise do discurso digital.

ABSTRACT

This article intends to study the hashtag #SomosTodos (or “we are all” – for example: Somos Todos Amarildo, Somos Todos Maju etc.) based on the concept of metallic memory (ORLANDI, 1996) and concepts of identity proposed by the sociologists Bauman (2005) and Hall (2001). The purpose is to reflect about how the identitarian processes act on digital discursivity and produce effects over the operation of hashtags which, by their inscription in metallic memory, are inserted in a reproductibility logic. This article also discusses the ways of making sense in history and the subjects filiations in digital space marked by the metallic.

Keywords: hashtags; metallic; memory; identity; digital discourse.

¹ Mestranda em Divulgação Científica e Cultural pelo Laboratório de Estudos Urbanos da UNICAMP (Labeurb/Unicamp).

1. Introdução

O digital já é constitutivo de nosso cotidiano, de nossas práticas enquanto sujeitos. Ele permeia nossos modos de ser no mundo e nossas relações com o(s) outro(s), permitindo, de acordo com Chiaretti (2016, p. 34), que os mais diversos pesquisadores o vejam como desencadeador de novas formas de subjetivação.

Dias (2011, p. 23) aponta que estamos, em todos os lugares,

afetados pela discursividade do eletrônico. Ela não está nos objetos, na relação entre eles, ou no acesso a eles, nem mesmo no acesso à internet. Está no processo histórico e ideológico de significação da nossa sociedade contemporânea, do modo como estamos nela, como significamos os espaços e somos por eles significados, do modo como somos individuados pelo Estado na forma do discurso da tecnologia. (DIAS, 2011, p. 23)

A discursividade digital, portanto, já é estruturante do nosso modo de significar. Mesmo sujeitos que não se utilizam de aparelhos eletrônicos, ou não têm acesso, são atravessados pelo mundo significado digitalmente.

Se pensarmos nas grandes manifestações de rua que marcaram o início dos anos 2010, como a Primavera Árabe (2011) ou as Manifestações de Junho no Brasil (2013), rapidamente somos levados às redes sociais, que foram o grande meio de organização desses movimentos. Elas funcionavam como lugar de divulgação do que acontecia nas ruas e como espaço de mobilização e promoção de palavras de ordem, *posts* ou *hashtags* relacionados às manifestações. Houve um batimento entre rede e rua, urbano e digital nessas manifestações.

E, justamente, tomando o espaço urbano como “espaço simbólico trabalhado em/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes” (ORLANDI, 2001, p. 186), podemos concebê-lo ressignificado pelos instrumentos tecnológicos (DIAS, 2011, p. 14), sendo agora marcado pelas relações dos sujeitos atravessadas pelo digital. O eletrônico, segundo Dias (*idem*), “significa o social na ordem do discurso urbano”.

Considerando o modo como a discursividade digital nos afeta e já é decisiva para as nossas formas de significar, este artigo propõe refletir sobre os usos da *hashtag* #SomosTodos. Em seus primeiros usos, eram criadas apenas para promoção de manifestações em relação a algo ou alguém que sofreu uma injustiça social (temos #SomosTodosAmarildo, #SomosTodosMaju, #SomosTodos-Professores etc.). Embora tenham um teor completamente diferente das Manifestações de Junho de 2013, por exemplo, já que não havia nem o convite ‘hashtageado’ (como em #vempruarua) para ida às ruas e nem o estímulo para a ocupação em massa das principais vias da cidade, é possível dizer que essa manifestação, utilizando-se das palavras “Somos Todos”, saiu do espaço do “clicável”, surgindo também na TV, em shows, em estampas de camisetas, em pequenos protestos nas ruas etc.

Em um segundo momento, seu uso estendeu-se para campanhas de torcidas a candidatos de *Reality Shows* ou campanhas publicitárias (como nas Olimpíadas de 2016 com o “Somos Todos Brasil” e “Somos Todos Olímpicos”). O sentido anteriormente atribuído apenas a algo que gerasse comoção por alguma situação injusta abre-se e funciona em outros lugares.

Ainda assim, nos dois momentos o verbo ser é determinante da formulação, acredita-se ser algo ou alguém, mais que apoiar ou torcer, também *somos*. Ademais, por constituírem-se como *hashtags* já que são acompanhadas pelo símbolo cerquilha (#), tais formulações (em sua esmagadora maioria) podem inscrever-se em uma memória metálica (ORLANDI, 1996) – a memória da máquina, da quantidade e não da historicidade. Deste modo, a partir da #Somos-Todos, este trabalho tenta (1) refletir sobre o funcionamento dessa *hashtag* na relação como a noção de memória metálica e (2) entender como se dão as relações de identidade nas redes sociais, como os sujeitos se (des)identificam ao compartilhar *hashtags*.

2. Inscrição de #SomosTodos na memória metálica

Eni Orlandi (2006) distingue três noções de memória: a memória discursiva, a de arquivo e a metálica. Reportando-se a Pêcheux e Courtine, Orlandi (2006) afirma que a memória discursiva ou interdiscurso (M. PÊCHEUX, 1975, J-J. COURTINE, 1981) é a que se dá pelo esquecimento, na qual “fala uma voz sem nome” que dá possibilidade ao dizer. O sujeito, portanto, não é origem do que diz, tudo é um já-dito em outros lugares uma vez que, para que as palavras tenham sentido, há a necessidade de que elas já façam sentido (efeito do interdiscurso). Já a memória de arquivo (ou institucional) é justamente a que não esquece, ou seja, a das instituições, que a praticam normatizando o processo de significação, “sustentando-o em uma textualidade documental, contribuindo na individualização dos sujeitos pelo Estado” (Orlandi, 2006, p.5).

Por fim, a memória metálica é a produzida pela mídia, pelas novas tecnologias. É a memória da máquina, da circulação e

não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador etc.). Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai-se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma. Quantidade e não historicidade (ORLANDI, 2006, p. 5).

Pensaremos, portanto, a *hashtag* aqui colocada à luz da noção de memória metálica (não descartando, também, sua inscrição na memória discursiva) buscando compreender melhor seu funcionamento no meio digital.

#SomosTodos(...), por ter um uso notável, por seu “recompartilhamento” em torno da mesma fórmula que convida cada vez mais à colaboração, ao uso, ao clique, vai crescendo, juntando-se em torno de muitos que se almeja ser (Amarildo, Maju, Brasil...), formando, justamente, essa “rede de filiação” por meio da possibilidade de circulação e acesso pela máquina, na qual o mesmo é atualizado no intradiscurso. A *hashtag*, portanto, é uma

(...) repetição horizontal, uma re-atualização constante do sentido, presentificando a história no imediatismo da circulação, do “tempo real”. A *hashtag* tem o sentido da quantidade, sendo, portanto, inscrita na memória metálica, para significar (DIAS, C. et. al, 2014, p. 204 apud DIAS; COELHO, 2014, p. 236).

Desse modo, cabe trazer os três momentos de produção de sentido formulados por Orlandi (2001) – constituição, formulação e circulação:

- 1) sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo;
- 2) sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e;
- 3) sua circulação, que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições (ORLANDI, 2001 p. 09).

Dias (s.d.) insere a memória metálica na instância da circulação já que, nas redes, quanto mais atualizações um sujeito disponibilizar em seu perfil, maior a visibilidade, uma vez que a circulação aumentará. Mais que a filiação do sujeito em uma rede de constituição de sentidos, neste caso, “o ponto de partida para a construção dos sentidos” se envolve pela e na atualização e circulação. O nível da constituição fica em quase segundo plano pela memória metálica – o que não quer dizer, como salienta Dias (*idem*), que o sentido não está, também, afetado e atravessado por já-ditos e pela ideologia.

Por estar inscrita neste funcionamento no qual prevalece a produção pela quantidade, o esvaziamento do dizer e a “submissão a uma existência técnica, replicável no próprio eixo da formulação” (DIAS, *idem*), #somostodos, em seus mais variados usos, pode cair no esvaziamento do sentido engajado por conta do excesso, da saturação (ao mesmo tempo em que se significa por este lugar do replicável). Dias (2015), ao parafrasear Pêcheux (1999), coloca a memória metálica como “memória sem profundidade” e é possível, assim, tomar os efeitos do enunciado em análise como presos à sua superfície, já que retorna sempre ao intradiscurso, em si. Talvez, por conta desse funcionamento oco, #somostodos – ou seja, o dizer, no plural, de que se é algo/alguém - seja tão disseminado, clicado e utilizado em campanhas de diversos tipos, justamente pelo conforto de seu retorno estruturante ao mesmo.

3. Reflexões sobre identidade

Como já dito na sessão anterior, a *hashtag* SomosTodos(...) nos traz uma relação forte com o que se é, compreendendo em sua estrutura o próprio verbo *ser* conjugado no plural. Este plural e o uso de “todos” sugere, também a quem está lendo, que se identifique, que seja e se reconheça na causa. Aliada ao funcionamento das *hashtags*, essa identificação se cristaliza e se re-atualiza na memória metálica pelo gesto de convidar ao clique e ao compartilhamento, ao próprio dizer do mesmo. Diante disto, é oportuno pensar as relações de identidade em relação ao enunciado e ao seu funcionamento enquanto *hashtag* dentro de uma rede social.

Hall (2001) coloca a identidade como uma “celebração móvel”, ou seja, formada e transformada de maneira contínua em relação “às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2001, p. 13). Para o autor, o processo de construção de identidades é complexo, múltiplo e móvel, efetivado por meio de uma dinâmica intersubjetiva de constituição de sentidos que é marcada por contradições, identificação e alteridade. Assim, Hall (2001) salienta que fundamentalmente esse processo rompe com a concepção de identidade única ou fixa, mas se apresenta trazendo a oportunidade de se falar em identidades (no plural), em “pontos de identificação que proporcionam aos homens sentimentos de pertencimento dentro da rede simbólica em que estão inseridos” (HALL, 2001, p. 12) ou seja, as identidades são cambiantes, estão em movimento, sendo a construção identitária, como afirma Bauman (2005, p. 91), uma “experimentação infundável”.

Ainda de acordo com Bauman (ibidem, p. 30), somos consumidores de identidades e a “descartabilidade”, colocada pelo autor como um dos frutos da globalização, permite que surjam, a todo momento, novas identidades através de grupos virtuais que criam um “sentimento de nós”, um pertencimento. Neste sentido, as *hashtags* não se caracterizam como grupos, mas, como reúnem postagens atribuídas a um mesmo assunto (ou assunto semelhante) e, principalmente a aqui analisada, apresentam um modo de fazer campanha em apoio a algo/alguém mediante evidente identificação materializada pela presença do verbo *ser* em sua estrutura, pode-se dizer que as *hashtags* despertam o “sentimento de nós”. A partir do momento em que se utiliza uma *hashtag* nas redes sociais, o que foi dito a seu respeito e o perfil de quem a compartilhou ficam disponíveis e organizados em conjunto com suas outras utilizações, formando o “pertencimento” e um agrupamento de sujeitos unidos por compartilharem (d)aquela opinião ou *hashtag*.

Dias e Couto (2011), ao pensar nas redes sociais na relação com o sujeito de conhecimento, colocam a identidade sempre no movimento com a alteridade, atrelada ao outro, já que “ não é possível pensar o eu sem pensar o outro que o constitui, não é possível pensar o mesmo sem

pensar a diferença que o habita” (DIAS E COUTO, 2011, p. 640) e isso faz com que o sujeito se volte para ele mesmo, para aquilo que o constitui. A identidade, conforme as autoras, também não se define como fixa, mas como um “movimento na história”:

São as identificações do sujeito que vão constituindo-o na relação de alteridade e que vão dando pistas de sua posição no mundo. O falar de si constitui um movimento de alteridade, uma alteridade de diferença e uma alteridade de relação, conforme propõe Labarrière (1983). Uma vez que a alteridade de diferença vem a ser vivida como alteridade de relação, dá-se o movimento de liberdade, pois o sujeito formula, mediante a produção do sentido, o discurso que o constitui. (DIAS; COUTO, 2011, p. 640).

Ou seja, mesmo nesse lugar atravessado pela memória metálica (redes sociais), no qual as relações de identidade estão marcadas pelo caráter móvel, múltiplo e descartável, há história. Ao compartilhar um #SomosTodos, ou qualquer outra *hashtag*, o sujeito se significa e por essa identificação com o grupo que compartilha o mesmo, ou com algo ou alguém que se deseja ser, marca sua filiação e o discurso que o constitui. Não importando quantos se será ou quantos já se é, o fio da história atravessa e afeta o sujeito já que, como coloca Dias (2015, p. 290) ao retomar Pêcheux (1981), “as circulações discursivas não são nunca aleatórias”.

4. Conclusão

Este breve estudo possibilitou perceber, principalmente, que a *hashtag* que se encontra no lugar do reprodutível (memória metálica) e que sustenta a produção de identidades cambiantes e descartáveis está, também, inscrita em uma memória discursiva, na história. Justamente por isso, ela significa e funciona como um meio para observar identificações e filiações de sujeitos a determinados discursos.

Por se tratar de um trabalho amplo ainda em andamento, muitas lacunas precisam ser preenchidas e pensadas, como, por exemplo, o uso ou deslocamento da *hashtag* para o espaço fora das telas (fora do ambiente clicável) e os efeitos do funcionamento metálico das *hashtags* no modo como os sujeitos filiam-se aos discursos.

5. Referências

BAUMAN, Zigmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

CHIARETI, P. **Discurso, subjetividade e novas tecnologias**. In: RUA [online]. no. 22. Volume 2, p. 33 – 44.

DIAS, C. **A Tecnologia Como Condição de Produção do Conhecimento na Sociedade Contemporânea: Redes, Memória e Circulação.** In: FLORES, G.; NECKEL, N.; GALLO, S. (Orgs.). *Análise do Discurso em Rede: Cultura e Mídia.* São Paulo: Pontes Editores, 2015. p. 279 – 290.

_____. **e-Urbano: a forma material do eletrônico no urbano.** In. DIAS, Cristiane. *E-urbano: Sentidos do espaço urbano/digital* [online], 2011. Consultada no Portal Labeurb – <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/> Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

_____. **Memória Metálica.** ENDICI – Enciclopédia Discursiva da Cidade. [s.d.] DIAS, C; COUTO, O. **As redes sociais na divulgação e formação do sujeito do conhecimento: compartilhamento e produção através da circulação de ideias.** *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 11, n. 3, p. 631-648, set./dez. 2011

DIAS, C.; BARBAI, M. A.; COSTA, G. C. **Movimentos da contemporaneidade: a rua, as redes e seus desencontros.** In: RUA [online]. 2014, Edição Especial – ISSN 1413-2109. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001

ORLANDI, E. **Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi:** Entrevista. In TEIAS: Rio de Janeiro, ano 7, nº 13-14, jan/dez 2006. Entrevista Concedida à Raquel Goulart Barreto.

_____. **Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos.** Campinas, SP: Pontes, 2001

“Palavras-chave” e a afirmação do docente como produtor de conteúdos

FELIPE ELOY TEIXEIRA ALBUQUERQUE ¹

RESUMO

Após recente recomendação da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo de se incluir na terceira série do ensino médio a disciplina de arte, várias sugestões de atividades foram propostas aos professores. Uma dessas recomendações é o ensino das profissões contemporâneas, em decorrência da qual surge a necessidade de os estudantes criarem sítios eletrônicos para divulgar seus trabalhos. O professor Felipe Eloy viu nessa proposta uma oportunidade de adaptação curricular e um ótimo momento para se posicionar no ambiente profissional. Este trabalho analisa como a criação da plataforma “Palavras-chave” ajudou na sua afirmação como docente.

Palavras-chave: docente; conteúdos; escola; “Palavras-chave”.

ABSTRACT

After recent recommendation of the São Paulo Secretary Education to include the discipline Art in the third year of high school, several suggestions were proposed for teachers. One of these recommendations is the teaching of contemporary professions, thus bringing the need for students to create electronic sites to publicize their work. Professor Felipe Eloy saw in this proposal an opportunity for curriculum adaptation and a great occasion to set himself a position in professional environment. This paper examines how the creation platform “Palavras-chave” (Keywords) helped him in his positioning as a teacher.

Keywords: teacher; contents; school; “Palavras-chave”.

¹ Unifesp – Mestrando em História da Arte.

1. Introdução

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo até recentemente contemplava o ensino de arte apenas para os anos finais do ensino fundamental e as primeiras e segundas séries do ensino médio. Tal recomendação foi alterada com a Resolução SE nº 81, de 16/12/2011. Desde então, a terceira série está inserida no quadro curricular do ensino de arte, sendo sugerido que a prática docente se relacione ao ensino das profissões contemporâneas.

Alguns professores resistem a trabalhar plenamente com tal proposta. As justificativas costumam incluir: formação incompatível com a função, rendimentos não condizentes, condições estruturais inviáveis e falta de interesse dos estudantes. Tentando sanar esses obstáculos, o professor Fellipe Eloy desenvolveu um sítio eletrônico para divulgar seu trabalho como pesquisador e professor.

A plataforma foi desenhada para funcionar como ferramenta de recuperação, reforço escolar e divulgação dos trabalhos dos estudantes. Com isso, o professor conseguiu dar volume de acesso ao seu sítio eletrônico e desenvolver, a partir de um recurso da tecnologia digital, meios de os professores cumprirem suas obrigações relativas à nova demanda: (1) tornar públicas suas propostas de aula, possibilitando aos pais acompanharem o conteúdo trabalhado bimestralmente pelos seus filhos na escola; (2) garantir oferta de recuperação continuada e reforço escolar, dando acesso aos estudantes a videoaulas explicativas, projeções e textos; (3) fazer uso das tecnologias contemporâneas.

Resumindo, este trabalho analisa a pertinência desses três itens no sítio eletrônico “Palavras-chave: arte, tecnologia e natureza”, e mostra como tal estratégia serviu para a afirmação identitária e instrumental da participação política do professor. A criação da plataforma deve ser encarada como ato de questionamento das propostas curriculares desatualizadas e como forma de reforçar a discussão sobre a importância da criação de mídias alternativas em um país em que a profissão de docente é pouco valorizada.

Para pensarmos nessas questões políticas que o processo de afirmação do professor desencadeia, recorreremos a teorias e textos filosóficos que confirmam a ideia de que tal ação é necessária. Com inspiração em alguns textos de autores como Michel Foucault, Hal Foster e Walter Benjamin (FOSTER, 2014, p. 159), tentaremos desvendar o quanto os aparatos conceituais oriundos do “cuidado de si”, da “escrita de si” ou do “artista como etnógrafo” são capazes de amenizar as mazelas de um sistema opressivo para o profissional da educação e seu público. O fator de legitimação não está no número de acessos e na adesão pelos estudantes, mas na possibilidade de existir um meio alternativo diante daquilo que foi imposto.

2. A proposta escolar ²

Uma dentre tantas propostas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo é que os estudantes criem, a partir de uma plataforma pré-estabelecida, sítios eletrônicos ou blogs para difundirem seus trabalhos escolares aos demais. Essas recomendações da Secretaria dizem respeito exclusivamente às terceiras séries do ensino médio. Até pouco tempo, a Secretaria não se responsabilizava pelo ensino de arte nessa série e, só depois que tal incumbência foi alterada com a Resolução SE nº 81, de 16/12/2011, a terceira série foi inserida no quadro curricular do ensino de arte, obrigando a “Equipe Curricular de Arte da Coordenadoria da Gestão da Educação Básica (CGEB) engendrar Situações de Aprendizagem para a referida série” (SÃO PAULO, s/d, p. 01).

Enquanto não se estabelecia um documento oficial do porte do Caderno do Aluno e do Caderno do Professor para as outras séries, a situação de aprendizagem “As profissões contemporâneas do campo da arte com interfaces em tecnologias digitais”, pensada para o primeiro bimestre da terceira série do ensino médio, era exigida de forma não convencional a partir de publicações em sites ou blogs de membros fiscalizadores da Secretaria, como, por exemplo, os PCNP (ver em CORDEIRO [a]). Sob o pressuposto de articular a educação com o mundo do trabalho e o cotidiano dos alunos, e atendendo à necessidade de se pensar a era digital e “o universo interativo virtual, carregado de informações e com enormes possibilidades de conhecimento” (SÃO PAULO, s/d, p. 01-02), foi proposta a criação de um *website* pelos estudantes e também de um grupo no *Facebook* ³ (CORDEIRO [b]) para troca de experiências destes com os seus respectivos professores. O *website* deve funcionar como ferramenta de publicidade das aulas dadas; e o Grupo no *Facebook*, como alternativa de apoio à prática docente.

Antoni Zabala ressalta que a prática docente pode ser otimizada com o uso adequado de tal plataforma, e ele acrescenta que diante do “controle por parte do educador, os meios são simplesmente isto, apenas meios, e, portanto, a função que os professores atribuem a eles determinará seu valor” (ZABALA, 1998, p. 179). A grande dificuldade enfrentada pelos professores talvez esteja na determinação do valor que os estudantes atribuem às plataformas. Afinal, educar pressupõe a participação dos estudantes como membros protagonistas da situação didática (ZABALA, 1998, p. 90). O receio pelo uso inadequado poderia simplesmente dificultar a execução das recomendações da Secretaria.

De acordo com algumas teorias da comunicação, sobretudo as *mediações* propostas nos Estudos Culturais Latino-Americanos (MARTÍN-BARBERO, 2014), a sociedade em rede alcançaria esses jovens estudantes mais cedo ou mais tarde, não necessitando de iniciativas

² Nesta e na próxima seção há trechos de textos adaptados da monografia de especialização do autor.

³ Foi proposta também a criação de um grupo no Facebook para os próprios alunos, mas essa ideia não se mostrou tão viável graças ao receio deles de serem controlados por adultos, no caso, pelos professores.

públicas para isso. Porém, é preciso considerar, antes de acatar qualquer recomendação, o contexto em que essas mediações ocorrem.

Para sua monografia ⁴, Fellipe Eloy, antes da criação do sítio eletrônico “Palavras-chave”, fez uma pesquisa empírica sobre a rede social mais usada pelos estudantes – o Facebook. O estudo revelou práticas supérfluas e práticas construtivas, tanto para a produção do conhecimento quanto para a formação de grupos engajados na mudança social e política.

A pesquisa empírica ⁵ contou com a colaboração de 119 estudantes das cinco escolas estaduais presentes no município de Porto Feliz (SP) ⁶. Dos jovens estudantes questionados sobre a sexualidade, 53% se declararam do gênero feminino e 47% do masculino, sem a manifestação de outro tipo de orientação sexual. Dos consultados, 45% declararam ter sido influenciados ao criar seu perfil na plataforma, uma média significativa em vista dos acordos comerciais da plataforma com outras empresas, sendo que os restantes tiveram motivação no interesse em procurar pessoas para relacionamentos afetivos ou outros motivos.

Essa pesquisa evidenciou a necessidade do estabelecimento de vínculos externos ao ambiente virtual para serem consolidadas as interações na plataforma estudada. Consequentemente, se isso acontece na mais influente dentre as redes sociais, supomos que o mesmo se daria com *websites* e *blogs*.

3. A proposta alternativa

Segundo Antonio Spadaro, a cautela por trás do uso das tecnologias é constante, principalmente porque

antigamente “tecnologia” era somente sinônimo de progresso, automação, desenvolvimento industrial, e não tinha nada a ver com os conceitos e as experiências de amizade e relações. Todavia, atualmente, seu reflexo imediato e decisivo nas relações humanas em geral é simplesmente um fato, uma obviedade. Se outrora os dois termos “tecnologia” e “relação” pareciam não combinar se usados juntos, hoje, ao contrário, surgiu em nosso tecido social uma importante mediação tecnológica: trata-se de uma verdade com a qual é necessário se confrontar. (SPADARO, 2013, p. 05).

⁴ Monografia apresentada com o título Intersecções das identidades culturais entre o Facebook, os jovens e a escola – um estudo de caso nas escolas estaduais de porto Feliz-SP (2015) para obtenção de título de especialista em comunicação social, pela PUCSP em parceria com o SEPAC.

⁵ Todos os gráficos, enquete e questionário referentes aos resultados da pesquisa empírica foram publicados junto à monografia de especialização do autor.

⁶ Escola 1: Profª. Maria Apª. F. Leite; Escola 2: Monsenhor Seckler; Escola 3: Cel. Eugênio E. P da Motta, Escola 4: Prof. Pedro F. de Camargo e Escola 5: E.E Profa. Esther Maurino.

Muitas áreas do conhecimento já perceberam essa necessidade e se adaptaram a ela, a começar pela educação, que tanto nos importa nesse contexto. O aclamado teórico Jesús Martín-Barbero, publicou recentemente (em português, no Brasil) um livro que aborda essa questão. Em *A comunicação na educação* (2014) Martín-Barbero reúne algumas das mais importantes reflexões sobre o uso da tecnologia comunicacional na educação formal. Ele defende a ocupação da tecnologia na cultura e na sociedade como sendo a fonte das principais mudanças em produção e circulação do conhecimento atualmente. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 80).

O autor trabalha com mudanças que deslocam a escola. O fundamento dessa discussão diz respeito “a um modelo de comunicação escolar que se encontra ultrapassado tanto espacial como temporalmente por processos de formação correspondentes a uma era informacional na qual ‘a idade para aprender são todas’”. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 121). O lugar para estudar pode ser qualquer um, inclusive o ambiente de relacionamento virtual.

O francês Pierre Lévy mostra-se bastante preocupado com esse tipo de circulação do saber. Segundo ele, toda instituição é uma tecnologia intelectual, e os processos sociais são atividades cognitivas. A definição de instituição para ele, porém, vai além das tradicionais, como, por exemplo, família, igreja e escola. Uma instituição intelectual corresponde precisamente a cada etapa de nossa trajetória social; tem algo a ver com “a coletividade que nos fornece línguas, sistemas de classificação, conceitos, analogias, metáforas, imagens, evitando que tenhamos que inventá-las por conta própria”, ou seja, é tudo aquilo que economize a atividade intelectual do indivíduo. Nesse sentido, portanto, fica claro que as tecnologias intelectuais (a escrita, a informática) são instituições – “embora se aceite que toda instituição seja uma tecnologia intelectual” (LÉVY, 2010, pp. 144-145).

Os processos sociais definidos por ele como atividades cognitivas, por vezes, não se definem sob as metáforas de que o governo simbolize a cabeça do organismo social, o casamento signifique a junção de duas partes do corpo e o indivíduo seja o último termo da explicação. Os indivíduos se preocupam com o sentido dos conceitos, ou seja,

os sujeitos individuais não se contentam apenas em transmitir palavras de ordem ou em dar continuidade passivamente às analogias de suas culturas, ou aos raciocínios de suas instituições. De acordo com seus interesses e projetos, eles deformam ou reinterpretam os conceitos herdados. Eles inventam no contexto procedimentos de decisão ou novas participações do real. Certamente, o social pensa nas atividades cognitivas dos sujeitos. Mas, inversamente, os indivíduos contribuem para a construção e a reconstrução permanentes das máquinas pensantes que são as instituições. (LÉVY, 2010, p. 146).

Deste modo, o posicionamento político do professor Fellipe Eloy foi adaptar propostas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e, ao invés de trabalhar exclusivamente com uma única série e com pequenos grupos, ele criou um sítio eletrônico geral para compartilhar conteúdos e funcionar como ferramenta de publicidade das aulas dadas.

4. A plataforma

Na descrição presente na *Home Page* do sítio eletrônico “Palavras-chave”, o seu idealizador menciona, de forma genérica, que não se trata apenas de uma plataforma voltada para seus estudantes:

Palavras-chave: ARTE, TECNOLOGIA E NATUREZA é uma plataforma on-line de divulgação e circulação de conhecimentos, textos, obras de arte e conteúdo multimídia desenvolvidos em torno principalmente dessas três palavras-chave. Foi idealizado por Fellipe Eloy Teixeira Albuquerque, professor e pesquisador de Arte (Contemporânea). (PALAVRAS-CHAVE, s/d).

De qualquer modo, há um grande espaço destinado para o público estudantil. Na seção Artistas, área em que o professor Fellipe Eloy divulga conteúdos sobre artistas e grupos envolvidos com sua prática docente e acadêmica, há um atalho direto denominado Meus Estudantes.

Nessa subseção, alguns dos trabalhos feitos pelos estudantes como parte das avaliações

semestrais são arquivados digitalmente para que posteriormente sirvam de modelo para outros estudantes. Há também um espaço reservado para vídeos e imagens seguidos de uma breve descrição.

Os vídeos, por sua vez, são exportados para um canal no YouTube. Em média, cada vídeo não ultrapassa cinco minutos de duração, mas são esclarecedores das propostas aplicadas. A maioria desses vídeos são oriundos de trabalhos aplicados



aos estudantes da terceira série do ensino médio, visto que a criação de vídeos se adéqua ao currículo dessas turmas. No total, estão disponíveis no site 21 vídeos, sendo que apenas 10 foram feitos pelos estudantes da primeira e segunda séries.

Assim como em Artistas, também há outros pequenos espaços dentro das páginas do sítio eletrônico que fazem menção aos estudantes, mas nenhuma se equipara à página Conteúdos. Nela, há diversos documentos que serão usados em sala de aula e que funcionam como apoio à formação dos estudantes. Planos de aula, indicação de filmes, projeções e fichamentos são alguns dos materiais disponíveis nesse espaço. O estudante pode não só acompanhar o conteúdo que estará sendo trabalho em sala de aula, mas também mostrar para seus pais e responsáveis como anda o cumprimento de suas tarefas.

Em suma, a plataforma busca não só inteirar como os estudantes serão avaliados, mas também compensar parte da lacuna deixada pela distância entre escola e comunidade. A possibilidade de transparência dos processos é o seu maior objetivo.

Em suma, a plataforma busca não só inteirar como os estudantes serão avaliados, mas também compensar parte da lacuna deixada pela distância entre escola e comunidade. A possibilidade de transparência dos processos é o seu maior objetivo.

5. Posicionamento político e afirmação do docente

A tese de Jacques Rancière (2002) sobre o mestre ignorante traz em si a ideia de emancipação intelectual dos sujeitos, induzindo no leitor a crença de que é possível, mesmo a alguém que não saiba nada sobre um assunto, ensiná-lo. Rancière é motivado pelo exemplo de Joseph Jacotot, “que causara escândalo no início do século XIX ao afirmar que um ignorante pode ensinar a outro ignorante aquilo que ele mesmo não sabe, ao proclamar a igualdade das inteligências e opor a emancipação intelectual à instrução pública” (RANCIÈRE, 2012, p. 7). Ao experimentar ministrar aulas de francês sem ter o mínimo de conhecimento do idioma, Jacotot formou turmas inteiras na escola onde trabalhava. Em suma, ao reavivar tais teorias Rancière trouxe à tona o debate sobre as finalidades da escola pública.

ILUSTRAÇÃO 2
Página de atalho para os Conteúdos



Foi graças a esses levantamentos que o autor francês conseguiu discutir outras questões estéticas e políticas, presentes no seu trabalho mais influente *O espectador emancipado* (2012). Partindo da ideia de que é um mal ser espectador, Rancière desenvolve toda uma discussão pautada na importância do posicionamento político causado pela participação do espectador para a efetivação da obra de arte.

Sendo assim, há duas possibilidades para encarar “um espetáculo estranho, inabitual, um enigma cujo sentido ele precise buscar” (RANCIÈRE, 2012, p. 9): o observador precisa “trocar de posição de espectador passivo pela de inquiridor ou experimentador científico que observa os fenômenos e busca suas causas” (RANCIÈRE, 2012, p. 9), ou, na premissa de que a distância deve ser indiscutivelmente abolida, “o espectador deve ser retirado da posição de observador que examina calmamente o espetáculo que lhe é oferecido” (RANCIÈRE, 2012, p. 9). Sabendo disso, como agiria o professor de arte diante das propostas do Estado? Agiria como espectador emancipado? Agiria como reprodutor de informações?

Se considerarmos a contribuição de Rancière em *A partilha do sensível* (2009), que descreve a ação política como a ocupação “do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo” (RANCIÈRE, 2009, p. 17), deduzimos que, ao adaptar sua prática docente diante das recomendações da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, o professor teve um posicionamento político: não só viu na proposta que lhe foi imposta a possibilidade de adaptação, como também agiu, adaptando uma contraproposta e, por essa razão, tornou-se um agente ativo no jogo de poderes presentes na escola pública.

As referências de Rancière servem neste caso como demonstração de possibilidades alternativas a qualquer imposição institucional. Se qualquer pessoa pode ensinar aquilo que ela mesma não sabe, vale dizer que qualquer um pode ser professor. Em síntese, essa afirmação amplia as possibilidades de novas pedagogias, mas na prática institucional é mais um discurso para sucatear a educação.

Seria preciso estabelecer um filtro que limitasse e classificasse quem são os professores. Por conta disso, ressalte-se a segunda contribuição deste autor. Mesmo que qualquer pessoa possa atuar como professor, é preciso que o faça não como mero espectador, mas ciente de seu papel como um espectador emancipado, que participa da conclusão da obra.

Consequentemente, a participação requer posicionamento, autocrítica, e demanda saber a hora adequada para se adaptar e quem sabe até para transgredir. O mesmo partilhamento no campo do sensível se espera dos estudantes.

Podemos concluir que a proposta curricular, ao exigir uma postura política do professor

e ao subordiná-lo, o estimula a se emancipar como membro atuante da comunidade, não mais como um mero espectador da sociedade, mas como um espectador emancipado, participante de um todo que compartilha dos mesmos objetivos de seus estudantes, com um campo de atuação mais amplo e para além dos muros físicos da escola.

Infelizmente, não conseguimos calcular efetivamente quantos foram os estudantes beneficiados pela plataforma, mas podemos assegurar que a iniciativa tem grande potencial de transformação social e participação política.

6. Referências

ALBUQUERQUE, Fellipe Eloy. Palavras-chave: arte, tecnologia, natureza (site). Disponível em: <<http://www.palavraschavearte.com/>>. Acesso em: 6 jul. 2016.

_____. *Intersecções das identidades culturais entre o Facebook, os jovens e a escola – um estudo de caso nas escolas estaduais de porto Feliz-SP*. 2015. Monografia (Especialização em Comunicação Social). São Paulo: SEPAC/PUCSP, 2015.

ARTE - 3ª série EM Educação (Grupo do Facebook). Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Arte/528266437232623?ref=hl>>. Acesso em: 29 dez. 2014.

CORDEIRO, Jucimara Corazza. Arte - 3ª série do Ensino Médio Propostas 2013/2014. In: CORDEIRO, Jucimara Corazza. *Blog do PCNP ARTE/ Diretoria de Ensino de Itu*. Disponível em: <<http://www.pcopjucimara.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 29 dez. 2014. [a]

_____. Facebook - Páginas – Propostas. In: CORDEIRO, Jucimara Corazza. *Blog do PCNP ARTE/ Diretoria de Ensino de Itu*. Disponível em: <<http://www.pcopjucimara.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 29 dez. 2014.[b]

FOSTER, Hal. *O retorno do real*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

_____. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1996.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *A comunicação na educação*. São Paulo: Contexto, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. *Currículo do Estado de São Paulo: linguagens, códigos e suas tecnologias / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Alice Vieira*. São Paulo: SEE, 2010.

SPADARO, Antonio. *Web 2.0: redes sociais*. São Paulo: Paulinas, 2013.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Museus e centros de ciências itinerantes: possibilidades e desafios da divulgação científica

JESSICA NORBERTO ROCHA ¹

MARTHA MARANDINO ²

RESUMO

Os museus e centros de ciências são fontes importantes de conhecimento, e eles vêm contribuindo para o aprimoramento da cultura científica, para a educação em ciências e, consequentemente, para a percepção pública do papel da CT&I no desenvolvimento científico e tecnológico do País. Entretanto, no Brasil, o número de visitas a essas instituições ainda é muito reduzido. Então, se as pessoas não vão aos museus, os museus vão a elas. Esse é o papel dos museus e centros de ciências itinerantes, que surgiram como alternativa para enfrentar o desafio da divulgação científica descentralizada dos núcleos urbanos, atendendo, assim, a um grande número de pessoas. No presente trabalho, que é a reflexão inicial de uma pesquisa de doutorado em ensino de ciências, faremos uma retomada histórica desses projetos no País, e discutiremos alguns desafios da divulgação científica itinerante.

Palavras-chave: *museus itinerantes; centros de ciências itinerantes; divulgação científica; inclusão social.*

ABSTRACT

Museums and science centers are important knowledge sources and contribute to the improvement of scientific culture and science education, thus enhancing public understanding of ST&I's role in scientific and technological development of the country. However, in Brazil the number of visits to science museum is still very low. So, if people do not go to museums, museums can go them. This is the role of travelling science museums and centers, which emerged as an alternative to meet the challenge of making science communication decentralized from urban centers. In the present essay, which is an initial reflection of a doctoral research in Science Education, we produce a historic review of these projects in the country and discuss some traveling science communication challenges.

Keywords: *travelling science museum, science communication, social inclusion.*

¹ Doutoranda em Ensino de Ciência e Matemática na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Divulgação Científica e Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Técnica em Divulgação Científica da Fundação Cecierj, onde coordena a Caravana da Ciência e a Praça da Ciência Itinerante.

² Professora Doutora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Não Formal e Divulgação em Ciência – GEENF.

1. Introdução

Os museus e centros de ciências são fontes importantes de conhecimento, e eles vêm contribuindo para a cultura científica, para a educação formal e não formal em ciências e, conseqüentemente, para a percepção pública do papel da CT&I no desenvolvimento científico e tecnológico do País. Entretanto, ao contrário do que ocorre em outros países, no Brasil o número de visitas a essas instituições ainda é muito reduzido. Assim, se as pessoas não vão aos museus, os museus podem ir a elas. Esse é o papel dos museus e centros de ciências itinerantes, que tiveram um grande crescimento no País nos últimos 15 anos.

Caracterizam-se, no presente trabalho, “museus e centros de ciências itinerantes” como aqueles projetos de divulgação científica que têm exposições e atividades implementadas, ou os que têm, na infraestrutura principal, veículos como carretas, caminhões, ônibus, micro-ônibus e vans, sendo eles usados para transporte ou espaço de exposição.

No Brasil, o movimento de criação de museus de ciências móveis é relativamente novo. Sabemos que houve uma iniciativa privada em meados da década de 1960, com o naturalista José Hidasi, mas essa ideia só se fortaleceu e se institucionalizou nos anos 2000, com a inauguração do Projeto de Museu Itinerante (Promusit) do Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (MCT-PUCRS) e com o lançamento do edital Projeto Ciência Móvel, da Academia Brasileira de Ciências (ABC) em 2004.

Depois disso, a proposta foi disseminada, e algumas instituições investiram na adaptação de veículos para a itinerância de exposições em diferentes formatos. O diferencial dos museus e centros de ciências itinerantes no Brasil é a possibilidade de promover a inclusão social por meio da oferta de exposições e ações de popularização da ciência em lugares onde as pessoas, geralmente, não têm acesso a esse tipo de atividade e equipamento cultural. As iniciativas atuais saem da sua zona de conforto e vão às periferias de suas cidades, ou alcançam pequenas e médias cidades e zonas rurais, com a finalidade de estimular crianças, jovens e adultos a conhecerem e se interessarem pelo universo científico.

No presente trabalho, que é parte de uma pesquisa de doutorado em Educação - Ensino de Ciências e Matemática, fazemos uma retomada da história do movimento de museus e centros de ciências itinerantes no País, bem como abordamos alguns desafios contemporâneos.

2. Visitação a museus e centros de ciências

Em 2003, ano em que se iniciou um contexto político pautado pela inclusão social e redução das desigualdades sociais no Brasil, acentuaram-se as iniciativas do governo brasileiro na busca por estabelecer uma política de difusão e popularização da ciência (FERREIRA, 2014). Esse objetivo foi institucionalizado como política pública, principalmente por meio da criação

da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inclusão Social e do Departamento de Popularização e Difusão de Ciência e Tecnologia, no Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), e do lançamento contínuo de editais de popularização da ciência por agências e fundações nacionais e estaduais de amparo à pesquisa.

O crescimento do número de museus de ciências já vinha acontecendo progressivamente, e essa política foi responsável por impulsionar a implantação de vários centros e museus de ciência e tecnologia pelo País – em especial aqueles interativos, que tinham como base o ideal de *hands-on* dos *science centers* (os centros de ciência estadunidenses) para fortalecer e expandir as ações desses locais. Antes dos anos 2000, existiram iniciativas em prol da construção e implantação de museus e centros de ciências nessa perspectiva, principalmente a partir da década de 1970, como aponta o estudo de Valente (2008). Em 1979, por exemplo, foi inaugurado o Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia com uma proposta interativa baseada nos museus de ciência e tecnologia norte-americanos (VALENTE, 2008; SOUZA, 2008).

Nos anos 1980, foram implantados 31 centros e museus de ciências no País (63% a mais do que na década anterior), como o Centro de Divulgação Científica e Cultural/CDCC (São Carlos/SP, 1982), o Espaço Ciência Viva/ ECV (Rio de Janeiro/RJ, 1983), o Museu de Astronomia e Ciências Afins/Mast (Rio de Janeiro/RJ, 1985) e a Estação Ciência (São Paulo/SP, 1987). Nos anos 1990, a implantação de centros e museus foi maior do que na década anterior, com 45 novos museus inaugurados, dentre eles: o Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica (Porto Alegre/RS, 1993), o Espaço Ciência (Recife/PE, 1995), a Casa da Ciência da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/RJ, 1995) e o Museu da Vida / Fundação Oswaldo Cruz (Rio de Janeiro/RJ, 1999). Entre 2000 e 2009, 51 novas instituições foram inauguradas (FERREIRA, 2014), e, de 2009 a 2015, o número de museus de ciências e espaços científico-culturais no Brasil passou de 190 para 268 (ABC MC, 2009; 2015).

Esse crescimento da oferta de museus e centros de ciências resultou no aumento da presença da população brasileira nesses espaços. A série de pesquisas de percepção pública da ciência, realizada pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), mostra que, em 2006, apenas 4% dos brasileiros com mais de 16 anos visitaram museus ou centros de ciência e tecnologia nos 12 meses anteriores ao levantamento. Em 2010, a porcentagem aumentou para 8,3%, e, em 2015, para 12,3% (MCTI, 2006, 2010, 2015).

A política de incentivos favoreceu a criação de mais espaços e o fortalecimento e expansão das suas ações. Vale destacar, entretanto, que o percentual de visitação ainda continuou baixo quando comparado aos padrões europeus e norte-americanos, em que as taxas anuais chegam a 20% da população, e também não eliminou as desigualdades regionais. A região Sudeste do País ainda concentra grande parte dos museus e centros de ciências, com um número de

155 deles, mais que a metade de um total de 268 no Brasil. Bastante díspares são as realidades das regiões Centro-Oeste e Norte, que têm, respectivamente, 15 e 11 espaços, sendo 6% e 4% do total nacional.

Além da diferença entre as regiões brasileiras, no contexto estadual, as capitais e os grandes centros urbanos continuam sendo os locais de concentração desses espaços. Assim, fica prejudicada a população de cidades de menor porte, de zonas rurais e de áreas de subúrbios. Conforme a publicação *Museus em números* (IBRAM, 2011), o estado do Rio de Janeiro abriga 254 museus em geral (de arte, história, ciências etc.), dentre os quais 124 estão concentrados na capital e região metropolitana. Quanto mais longe da capital estiver o local, menores são a oferta e a concentração. Quanto a espaços científico-culturais, o estado conta com 44, sendo que apenas 14 dos 92 municípios do estado contam com pelo menos um deles. Novamente, a grande maioria, 28, está concentrada na capital, e quatro estão em Niterói, região metropolitana.

Mesmo tendo grande oferta na capital fluminense, a população ainda enfrenta grandes dificuldades no acesso a esses espaços, principalmente porque eles também estão concentrados nas regiões Centro e Sul da cidade. Os dados do Observatório de Museus e Centros Culturais, que realizou, em 2005, uma pesquisa quantitativa com 3.407 visitantes não escolares em 11 museus de diferentes perfis (aeroespacial, arte, ciência, histórico etc.) da cidade do Rio de Janeiro, mostram que 53,3% desse público aponta a violência urbana como um dos fatores que dificultam a visita a tais espaços. Cerca de 40% dos entrevistados disseram que os custos de visita (transporte e alimentação) e a dificuldade de transporte também são fatores desestimulantes. A pesquisa também concluiu que os visitantes tendem a frequentar museus mais próximos de seu local de residência (OMCC, 2006).

A problemática, portanto, incide em como atender à população que não tem acesso ou tem acesso dificultado a atividades de popularização da ciência, a informação científica qualificada e a museus e centros de ciência. Diante dessa realidade, a itinerância de exposições científicas e os museus e centros de ciências itinerantes surgiram como alternativa para enfrentar o desafio da divulgação científica descentralizada dos núcleos urbanos.

3. Museus e centros de ciências itinerantes no Brasil

No Brasil, conforme o levantamento histórico feito por Xavier (2012), o primeiro exemplo de um museu científico itinerante foi o já extinto Museu Itinerante José Hidasi, criado em 1965, em Goiânia. O museu era uma realização pessoal de seu idealizador, o professor, naturalista, ornitólogo e taxidermista José Hidasi, e, também, a popularização das ciências biológicas, com a exposição *Curiosidades da Natureza*, composta por diferentes espécies de animais (PEROTTI, 2005).

O naturalista criou sua coleção e decidiu realizar exposições ao ar livre e divulgar seu museu montado em um carro do tipo Rural W65. A primeira exposição foi realizada em uma festa religiosa no ano de 1965, na cidade de Trindade, Goiás. Em meados de 1969, com a estrutura melhorada para um caminhão de transportar bois, ele viajou para outras cidades de Goiás e chegou a Minas Gerais. Depois, ele melhorou a aparência do museu colocando janelas para arejar o veículo e reforçando sua segurança. Com ele, viajou para o interior de Mato Grosso e (atual) Mato Grosso do Sul.

Com um novo projeto de Museu Itinerante, José Hidasí vendeu o caminhão, comprou um ônibus e continuou em seu pioneirismo na divulgação da fauna do cerrado, com apelo contra sua devastação e para a educação ambiental. Após anos de estrada, infelizmente, um acidente destruiu o ônibus. O naturalista comprou outro, dando-lhe o nome “Curiosidades da Natureza”. O veículo ficou guardado no Memorial do Cerrado da Universidade Católica de Goiás depois do encerramento das viagens (PEROTTI, 2005).

Após essa iniciativa, sabe-se que outras ações itinerantes de divulgação científica foram criadas por museus e instituições científicas, como é o caso das atividades do Espaço Ciência Viva, no Rio de Janeiro, em 1983; do Museu Emílio Goeldi, no Pará, em 1987; do projeto O Museu vai à Praia, do Museu de Astronomia e Ciências Afins, e da Praça da Ciência Itinerante, da Fundação Cecierj, ambos em 1994 (GASPAR, 1993; MINGUES, 2014).

Posteriormente, o primeiro projeto que adquiriu uma carreta com as funções de transportar a mostra e se transformar em espaço de exposição dos equipamentos científicos foi o Projeto de Museu Itinerante (Promusit). Esse projeto foi implementado no Rio Grande do Sul, em 2001, pelo Museu de Ciência e Tecnologia da PUCRS e foi o primeiro museu de ciências itinerante no Brasil na perspectiva do movimento dos *science centers*.

Essa iniciativa bem-sucedida estimulou a criação de projetos semelhantes no País. Em 2004, o edital Projeto Ciência Móvel, lançado pela ABC e pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, marcou a institucionalização da ideia. O edital apoiou a implantação de projetos que visassem à utilização de veículos adequadamente equipados para incursões nas grandes cidades ou pelo interior em atividades de divulgação científica de caráter itinerante.

Segundo Ferreira, Soares e Oliveira (2007), esse edital foi disputado por 48 projetos, dos quais apenas 9 foram contemplados. Desses, 8 adquiriram veículos e 1 recebeu apoio para compra de equipamentos. Os projetos aprovados foram: 1) Micro-ônibus – Novos Curupiras (PA); 2) Micro-ônibus – Espaço Ciência (PE); 3) Caminhão baú – Ilhéus (Santa Cruz, BA); 4) Van – Ciência para Poetas - Casa da Ciência (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ); 5) Caminhão do Ciência Móvel – Vida e Saúde para Todos, da Fundação Oswaldo Cruz (RJ); 6) Micro-ônibus – UnB (Universidade de Brasília); 7) Micro-ônibus – Sangue na Rua - USP

(Universidade de São Paulo - Botucatu, SP); 8) Caminhão baú – UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); e 9) Apoio ao Promusit (MCT-PUCRS) (BRASIL, 2008, p.17).

Aproximadamente na mesma época do edital, a Fundação Cecierj também recebeu recursos da Fundação Vítæ (entidade filantrópica que atua nas áreas de educação, cultura e promoção social) para a criação do seu centro de ciências itinerante, Caravana da Ciência. Outros editais de popularização da ciência do MCTI e convênios continuaram acontecendo e mais projetos de caminhões e veículos foram contemplados ao longo dos anos. Em 2007 e 2008, a UFMG recebeu recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) e do MCT para a construção do Museu Itinerante Ponto UFMG.

Dessa maneira, novos museus e centros de ciências itinerantes foram implementados utilizando carretas, ônibus, vans e micro-ônibus, levando atividades e experimentos para além dos grandes centros urbanos, chegando a pequenas e médias cidades, a zonas rurais e periferias das grandes cidades com a finalidade de estimular crianças, jovens e adultos a conhecer e se interessar pelo universo científico. Essas iniciativas estão, normalmente, vinculadas a extensão cultural, a setores de divulgação científica e a museus de universidades, institutos de pesquisa e fundações.

Em 2009, segundo levantamento do *Guia de Museus e Centros de Ciências do Brasil*, da ABCMC, existiam aproximadamente 20 projetos de divulgação científica itinerante (ABCMC, 2009). Em 2015, já eram 32, dentre eles os já citados Ciência Móvel da Fiocruz, a Caravana da Ciência da Fundação Cecierj, o Museu Itinerante Ponto UFMG, o Promusit do MCT-PUC/RS e outros ainda, como Ciência Móvel - Ilha da Ciência da Universidade Federal do Maranhão e Oficina Desafio do Museu Exploratório de Ciências da Universidade Estadual de Campinas (ABCMC, 2015).

Entretanto, alguns desses museus e centros de ciências itinerantes, além de projetos enumerados pela ABCMC em 2015, não têm ainda um veículo para transporte e exposição dos equipamentos. Assim, faz-se necessário realizar um novo levantamento listando aqueles projetos que já contam com veículos, adaptados ou não, e identificar outras unidades móveis de divulgação científica ainda não listadas no guia.

4. Desafios contemporâneos

As questões de financiamento e sustentabilidade financeira dos museus e centros de ciências itinerantes são um dos seus desafios contemporâneos. Por quase dez anos, esses projetos foram incentivados e financiados com recursos oriundos de editais de agências de fomento da pesquisa nacionais e estaduais.

Segundo os dados coletados por Ferreira (2014), foram lançados 41 editais de popularização da ciência entre 2003 e 2012 pelo MCTI, CNPq e Finep, com uma média anual de

4,1 chamadas. Dentre esses 41 editais, 11 contemplavam projetos de todas as áreas da popularização da ciência; 9 destinavam-se a olimpíadas de várias áreas do conhecimento; 6 eram voltados para feiras e eventos científicos; 5 para áreas temáticas, como física e astronomia; 3 para centros e museus de ciências; e 1 edital destinava-se a projetos de ciência móvel.

A partir de 2003, houve também uma expansão de ações dos governos estaduais por meio de secretarias de ciência e tecnologia e fundações de amparo à pesquisa (FAPs), que lançaram seus próprios editais para a popularização da ciência. No estado do Rio de Janeiro, a Faperj, por exemplo, lançou entre 2007 e 2014 pelo menos um edital anual para a difusão e popularização da ciência, sendo dois em 2007 e em 2013. Em 2015 e até meados de 2016, após oito anos seguidos de políticas para a difusão científica, não foram lançados editais para esse fim devido à crise financeira que se abalou sobre o estado. No norte do País, a Fapeam, entre 2006 e 2015, lançou pelo menos um edital anual de popularização de ciência e comunicação científica, e a Fapemig, em Minas Gerais, de maneira mais tímida, lançou um edital em 2007 e um edital em 2010.

Entretanto, a partir de 2013, houve uma queda na média de chamadas públicas em nível nacional para a popularização da ciência. No site do CNPq, foi possível identificar que em 2013 foram lançados apenas três editais, sendo um para feiras e mostras científicas, um para criação e desenvolvimento de centros e museus de ciência e tecnologia, e outro para atividades de difusão e popularização da ciência. Em 2014, apenas os editais de feiras de ciências e mostras científicas e de olimpíadas científicas foram lançados e, em 2015, apenas um de feiras e mostras científicas, um de olimpíadas científicas e um para atividades de divulgação científica voltadas ao Ano Internacional da Luz. Até meados de 2016, a área contou apenas com o edital para realização de eventos para a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

A diminuição de investimentos na área irá, certamente, trazer impactos negativos para os museus e centros de ciências itinerantes, que demandam muitos recursos devidos à necessidade de constantes manutenções, dado o deslocamento contínuo de suas estruturas e equipamentos. Mais que afetar a manutenção dos museus e centros de ciências já existentes, a diminuição de financiamentos impactará a redução significativa da criação de novos projetos, invertendo a curva de crescimento que se via há mais de uma década.

Além do problema da relativa escassez de recursos financeiros, também há a necessidade de mais estudos e análises críticas sobre o papel, o potencial, os efeitos e impactos dos projetos e museus e centros de ciências itinerantes para a população visitada. A partir de um levantamento bibliográfico realizado no contexto nacional, conseguimos identificar apenas seis pesquisas acadêmicas publicadas que tinham os museus e centros de ciências itinerantes e projetos de ciência móvel e suas ações como objeto de estudo ou como fontes utilizadas na coleta de

dados. São eles: Gomes (2010), Gonçalves (2010), Schwenck (2011), Xavier (2012), Gonçalves (2014) e Pinto (2014).

Da mesma forma, ainda existem poucos registros sobre criação, concepção, financiamento, atividades e avaliação dessas iniciativas. Os registros disponíveis foram realizados, na maioria, por suas próprias equipes, e muitas vezes se mostram incompletos, tendo em vista a complexidade de implementação e as ações desses espaços. Assim sendo, ainda existe a necessidade de se desenvolverem mais estudos e pesquisas nesses ambientes, bem como de se registrarem suas histórias e ações.

Em suma, é animador que nos últimos 15 anos tenha havido um crescimento significativo dos museus e centros de ciências itinerantes no Brasil, favorecendo a divulgação científica e possibilitando a inclusão social por meio do acesso ao conhecimento e à informação científica de qualidade. Há, porém, muita estrada a se percorrer, notadamente no incremento do setor de políticas públicas e financiamento.

5. Referências

ABCMC. **Guia de centros e museus de ciências do Brasil 2009**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência; UFRJ; FCC; Casa da Ciência: Fiocruz; Museu da Vida, 2009.

ABCMC. **Guia de centros e museus de ciências do Brasil 2015**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência; UFRJ; FCC; Casa da Ciência: Fiocruz; Museu da Vida, 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007: exercício 2008**. Brasília: MP, 2008.

FERREIRA, R.; SOARES, M.; OLIVEIRA, M. Ciência móvel: um museu de ciências itinerante. **X Reunión de La Red de Popularización de La Ciencia y La Tecnología en América Latina y el Caribe (RED POP - UNESCO) y IV Taller “Ciencia, Comunicación y Sociedad”**. Costa Rica, 2007.

FERREIRA, J. R. **Popularização da ciência e as políticas públicas no Brasil (2003-2012)**. 2014. Tese Programa de Pós-graduação em Ciências Biológicas – Biofísica, IBCCF, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

GASPAR, A. **Museus e centros de ciências – conceituação e proposta de um referencial teórico**. 1993. Tese (Doutorado em Didática), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

GOMES, I. L. **Ciência Móvel: vida e saúde para todos: dados quantitativos dos eventos realizados até 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

GONÇALVES, A. M. M. **O uso de um recurso audiovisual no Projeto Ciência Móvel - Vida e Saúde para Todos: Avaliação do filme “O Mundo Macro e Micro do Mosquito Aedes aegypti – Para combatê-lo é preciso conhecê-lo”**. Monografia de Especialização em Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde, Fiocruz, 2010.

GONÇALVES, J. C. **Estudo exploratório do perfil opinião dos docentes da Caravana da Ciência – Fundação Cecierj**. Monografia de Especialização em Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde, Fiocruz, 2014.

IBRAM. **Museus em Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

MCTI. **Percepção pública da ciência e tecnologia 2015** - Ciência e tecnologia no olhar dos brasileiros. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015.

MINGUES, E. **O museu vai à praia: uma análise de uma ação educativa à luz da Alfabetização Científica**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2014.

OMCC. **Museus e seus visitantes – Relatório de pesquisa Perfil Opinião 2006**.

PEROTTI, R. T. **José Hidashi e os naturalistas no “coração bárbaro” do Brasil**. Dissertação de Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2005.

PINTO, S. P. **A construção do discurso da mediação humana em atividades itinerantes de divulgação da ciência**. 2014. Tese. Programa de Pós-graduação em Educação em Ciência e Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

SCHWENCK, B. **Ciência Móvel: a mediação informacional nas exposições de um museu**

itinerante. Dissertação. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. UFRJ – Rio de Janeiro 2011.

SOUZA, A. V. S. **A ciência mora aqui:** reflexões acerca dos museus e centros de ciência interativos do Brasil. Dissertação (Mestrado em História das Ciências, Técnicas e Epistemologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

VALENTE, M. E. A. **Museus de Ciências e Tecnologia no Brasil: uma história da museologia entre as décadas de 1950-1970.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ensino e História de Ciências da Terra, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

XAVIER, D. W. **Museus em Movimento. Uma reflexão acerca de experiências museológicas itinerantes no marco da Nova Museologia.** Dissertação (Mestrado em Museologia), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2012.

Produção de textos jornalísticos em um e-book em língua inglesa

JONATHAN FLORENTINO DA SILVA ¹

RESUMO

O presente artigo debruça-se sobre práticas de ensino-aprendizagem em língua inglesa realizadas por alunos do terceiro ano do ensino médio de uma escola pública no estado de São Paulo. As análises iniciais basearam-se em: observação do contexto escolar; levantamento das competências e habilidades a serem desenvolvidas; reflexões a respeito do conteúdo programático do Caderno do Aluno provido pelo Governo do Estado de São Paulo; e relatos dos alunos. Com base nesses itens, apresentou-se a proposta de um e-book em língua inglesa que versasse acerca do tema “mercado de trabalho”, como base para a prática de escrita e para intervenções de prática oral que abrangessem situações reais de uso da língua de modo significativo. Além da produção dos estudantes, foram analisados tópicos como: as respostas dos alunos durante o desenvolvimento das tarefas; a interação e o trabalho cooperativo em diferentes momentos; a questão da afetividade na relação aluno-professor; e o possível impacto do projeto no contexto daquela escola em questão. Do ponto de vista teórico, busca-se: o entendimento dos processos de ensino-aprendizagem à luz do sociointeracionismo de Vygotsky (1988); a função da tecnologia e o uso do e-book a partir dos estudos de Pellanda (2010); e os preceitos das Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ocem (2006). Os resultados têm cunho qualiquantitativo e foram obtidos por meio de sondagem e questionários com estudantes que participaram do processo e com alunos leitores do e-book, e também por meio de reflexões do professor-pesquisador.

Palavras-chave: e-book; textos jornalísticos; língua inglesa; sociointeracionismo.

ABSTRACT

This paper deals with teaching-learning tasks in English language with senior High School students from a public school in the state of São Paulo. The first analyses were based on observation of the school context, competences and skills to be developed, reflections on the student's book content provided by the state of São Paulo and students' own reports. Based on these items, the proposal of producing an e-book in English language was presented which would deal with the subject of labour market as the basis for writing practise and oral interventions that would cover real and meaningful situations of language use. Besides students' productions, some topics were analysed as the response of students during the development of tasks, interaction and cooperative work at different times, the question of affectivity in the student-teacher relationship and the possible impact in the context of that school. Theoretically, this paper seeks to the understanding of teaching-learning in light of the socioconstructivism of Vygotsky (1988), the role of technology and the use of e-book based on Pellanda's studies (2010) and also the precepts of Orientações Curriculares para o Ensino Médio (Curriculum Guidelines for High School Education) – Ocem (2006). The results are of qualitative nature through questionnaires with students who participated in the process and students who read the e-book, in addition to reflections of the teacher-researcher.

Keywords: e-book, journalistic texts, English language, socioconstructivism.

¹ Graduação em Letras com habilitação em Português e Inglês – Centro Universitário Teresa D'Ávila (UNIFATEA)

1. Introdução

Que a educação desenvolve um importante papel na sociedade é um fato, já que ela forma cidadãos para o convívio político-social. Na contemporaneidade, as diferentes tecnologias vêm ampliando os caminhos para o novo estudante, permitindo-lhe um conhecimento e uma visão mais abrangentes dos contextos plurilíngues nos quais ele se insere. Essa ampliação traz para o docente a necessidade de domínio e bom uso de sua língua materna e a criação de métodos que ampliem a vivência de um segundo idioma.

Nesse ambiente globalizado e interativo, a língua inglesa é predominante. Ao iniciar este trabalho de pesquisa, verificou-se a deficiência no aprendizado de inglês e a falta de incentivos para uma aprendizagem que se diga significativa. Por isso, pensou-se em desenvolver um trabalho que envolvesse a prática e o interesse pela vivência de um idioma em suas várias vertentes, todas voltadas ao domínio sociocultural.

O trabalho desenvolvido pelos estudantes do terceiro ano do ensino médio de uma escola pública deu origem a um e-book (livro digital). Os alunos foram envolvidos em produção textual cujos gêneros foram escolhidos por meio do Caderno do Aluno, material utilizado em toda a rede estadual de São Paulo. No desenvolvimento do e-book, dois fatores foram levados em consideração: (1) ser o livro digital de acesso livre para os alunos; e (2) estimular o desenvolvimento da escrita primeiramente em português e depois em inglês, já que foi explorada a construção de textos narrativos e argumentativos.

Para o desenvolvimento desse trabalho, foram simuladas entrevistas de trabalho em inglês e, em seguida, foi feita uma explanação sobre o contexto em que elas se realizam. Gerou-se, assim, uma prática para os alunos desenvolverem sua apresentação, realizando atividades de produção oral, para as quais eles foram mobilizados a atuar como entrevistadores e entrevistados. Nas entrevistas, o professor foi o observador e o virtual detentor da vaga em questão, sendo ele o responsável por dar *feedback* ao aluno-candidato e ao aluno-entrevistador.

Essas intervenções geraram motivação e interesse pelo conteúdo das duas línguas. Isso revelou ao educador possíveis práticas interativas que podem ser ampliadas, uma vez que esse tipo de atividade se mostrou, para o educando, uma forma livre de expressar seus pensamentos, modificando o cronograma antes rígido em sala de aula.

2. Fundamentação teórica

2.1 – O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA, A TECNOLOGIA E OS GÊNEROS

A educação tem sido reprojetaada a todo instante por pensadores que redesenham os modos como a concebemos, e isso também atinge o ensino de língua inglesa. Essa mudança de

modelo foi descrita por Celani (2009) ao evidenciar que as aulas de inglês já foram baseadas em tradução e em gramática, dizendo a autora que hoje cabe ao professor analisar a turma para ele atuar bem. Essa afirmação fortalece a ideia de que o estudo de práticas de multiletramento por parte do professor é um elo para a construção de novos saberes. A escola deve ser o veículo capaz de integrar e preparar seus alunos para uma vivência real do que é apresentado em nosso mundo globalizado. O governo, por meio de suas Ocem (Orientações Curriculares para o Ensino Médio), aponta:

“[...] o ensino de Línguas Estrangeiras voltado somente para o aspecto linguístico do idioma não educa. Ele educa, mas contribui para uma outra formação, aquela que entende que o papel da escola é suprir esse indivíduo com conteúdo, preenchendo-o com conhecimentos até que ele seja um ‘ser completo e formado’. Quando falamos sobre o aspecto educacional do ensino de Línguas Estrangeiras, referimo-nos, por exemplo, à compreensão do conceito de cidadania, enfatizando-o.” (Ocem, 2006, pag. 91).

Como apontado, o ensino de uma língua deve ser capaz de envolver aspectos sócio-histórico-culturais, e, por isso, surge outro prisma nesse novo cenário: a necessidade de pauta nos gêneros, já que se almeja construir um aluno pensante, que atua em uma comunidade aprendente e que se apropria de novos saberes a todo instante.

Adotaremos a definição de Baltar (2003) quanto à distinção entre gêneros textuais e gêneros de discurso. Para o autor, os gêneros textuais referem-se à “diversidade de textos que ocorrem nos ambientes discursivos de nossa sociedade, os quais são materializações linguísticas textualizadas [...]” (BALTAR, 2003, p. 30), enquanto os gêneros de discurso dizem respeito ao grupo a que pertencem algumas manifestações linguísticas, por isso temos o discurso religioso, o político e outros.

Trata-se, desse modo, de um processo de letramento crítico, já que o ensino da língua está intimamente ligado às formas plurais de uso da linguagem. Vemos que o professor de inglês não apenas ensina gramática, mas também práticas que podem intervir em vivências e valores, criando uma nova identidade para aprendizes de diferentes grupos socioculturais. Entende-se, por isso, que uma aprendizagem é significativa quando consegue atingir mais do que o meio escolar, chegando também ao meio sociocultural.

Uma aprendizagem que agregue tecnologia e mídia propicia, sem dúvida alguma, maior estímulo e visão crítica por parte dos alunos. O mesmo ocorre ao se utilizar um veículo como e-book – abreviação de *eletronic book*, referindo-se aos livros no formato digital, e não em papel, como o livro tradicional. Sua principal vantagem é a portabilidade. Como se encontra no formato digital, ele pode ser transmitido rapidamente por meio da internet. Em um artigo

publicado no portal Terra Educação, o professor de comunicação social da PUC-RS, Eduardo Pellanda, afirma que, à medida que o custo dos e-books diminuir, deve ocorrer uma inclusão das escolas em tal processo tecnológico. O professor ainda diz “Aqui na universidade, a nossa editora já está com um catálogo grande de livros digitais que não teriam um modelo comercial para serem lançados em papel” (PORTAL TERRA EDUCAÇÃO, 2010), de modo que ele acredita na viabilidade da prática do e-book, especialmente em regiões remotas do País, onde a logística pode ser uma dificuldade.

O avanço das tecnologias de mídia promoveu o desenvolvimento de recursos virtuais sofisticados, e em paralelo surgiu a necessidade (por razões ambientais e de comodidade) de aplicabilidade do e-book.

2.2 – OS PROCESSOS COGNITIVOS E O ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS

A educação vive há algum tempo um panorama em que as iniciativas isoladas não são as únicas; existe uma influência mundial, existe o olhar de compartilhamento e existem inovações pedagógicas. Esse processo de globalização tende a se expressar por reformas educativas, defendidas como alternativas para se alcançar a transformação cultural. Segundo Vieira (2006, p. 24), “[...] uma nova agenda está presente: exigências de expansão do sistema educacional, de mais e melhor escolaridade, de organização eficiente, de escolas eficazes, de professores bem treinados”. Vieira aponta os pilares em um processo de aprendizagem. Não podem ser esquecidos, entretanto, os pilares da produção de conhecimento.

Como apontado por Geraldi (2004), a produção implica haver alguém quem produza, e o autor afirma que a produção de textos necessita ser vista como a devolução da palavra ao sujeito. Se a palavra é devolvida, então surge ao aluno a possibilidade de se posicionar, de argumentar, de trazer para a sala de aula o seu saber, de ser ouvido e ouvir. Abre-se, aqui, o espaço para o diálogo.

A partir desse espaço, emerge a interação necessária para a valorização do corpo de alunos da escola. É importante tornar público o texto do aluno, o resultado final de seu processo de trabalho. Para isso acontecer, é essencial a relação professor-aluno. Para Vygotsky (1988), o conhecimento não se restringe a uma ação do sujeito sobre a realidade, como reza o construtivismo, e sim pela mediação feita por outros sujeitos. Para ele, o sujeito não é apenas ativo, não é apenas quem realiza, mas é quem compartilha, surgindo daí a relevância de se ver o sujeito como interativo, uma vez que é ele quem forma os conhecimentos e se constitui a partir de relações intra e interpessoais.

É na troca com outros sujeitos e consigo próprio que o sujeito vai internalizando conhecimentos, papéis e funções sociais, o que lhe permite a formação da própria consci-

ência. Portanto, é papel do docente provocar avanços nos alunos, e isso se torna possível com sua interferência no aprendizado. O desenvolvimento mental só pode realizar-se por intermédio do aprendizado.

Existem pelo menos dois níveis de desenvolvimento identificados por Vygotsky (1988), sendo um real, já adquirido ou formado, que determina o que o aprendiz já é capaz de fazer por si próprio; e um potencial, que é a capacidade de aprender com outra pessoa. Vygotsky (1988) também destaca as contribuições da cultura e da interação social para o desenvolvimento mental, além de ressaltar sua dimensão histórica. Ele sustenta ainda que a inteligência é construída a partir das relações do homem com o meio.

De modo significativo, entende-se que a linguagem, quando considerada de maneira abstrata, distante e desvinculada de seus contextos socioculturais e de suas comunidades de prática, pode resultar em perdas nos âmbitos humano e pedagógico. Essa é a razão para a concepção de letramento crítico como prática sociocultural. O processo de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras como prática social, pelo uso do recurso linguístico, e como uma perspectiva metodológica contemporânea é uma das maiores preocupações do ensino de línguas.

De acordo com as ideias de Larsen-Freeman (2000), a relevância da problemática do ensino de línguas está no reconhecimento de uma interdependência entre a língua e a comunicação; pois, de acordo com o modo como os princípios forem aplicados e interpretados em sala de aula, assim será a participação dos alunos. Por esse ponto de vista, entende-se o professor como norteador no processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, as melhores condições para a aprendizagem são aquelas que proporcionam ao aluno tanto a possibilidade de interagir com objetos de aprendizagem como a convivência com a diversidade cultural e de ideias. Isso lhe possibilita expressar seu pensamento, e, ao mesmo tempo, cria para ele a necessidade de dispor-se ao diálogo, de ouvir o outro. Possibilita-lhe, também, exercer sua autoria e ao mesmo tempo trabalhar em produção cooperativa.

Isso tudo faz parte de uma aprendizagem interativa, mediada por tecnologias de comunicação e informação. Desse modo, este trabalho refere-se à interação de aprendizagem social que é concretizada a partir dos diálogos de colaboração e cooperação.

3. Metodologia

3.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO

O estudo foi realizado com alunos de uma turma de terceiro ano do ensino médio em uma escola pública do Vale do Paraíba, estado de São Paulo. A pesquisa de campo iniciou-se

com observações das aulas de inglês. Essas observações diagnósticas tinham por objetivos: analisar o comportamento dos alunos frente aos temas propostos; verificar a exploração do *background* dos alunos; acompanhar o desenvolvimento das propostas do material que versava sobre a produção de diferentes gêneros textuais; levantar os espaços de debate, as construções críticas e os momentos em que a prática oral era considerada relevante. As primeiras análises apontaram que a maioria dos alunos apresentava dificuldades em compreensão escrita e identificação de gêneros. As aulas traziam uma proposta gramatical e requeriam atividades escritas dos alunos.

3.2 – PRODUÇÃO TEXTUAL, ORAL E FORMAÇÃO DO E-BOOK

A partir da necessidade de prática textual, surgiu a proposta de uso do e-book, que seria vinculado ao blog escolar que a instituição já possuía. Tal mídia possibilitaria maior acessibilidade, fazendo com que os alunos publicassem seus trabalhos e vivenciassem ideias e olhares de outros colegas. Assim, apresentou-se a proposta de pesquisa aos alunos e a produção em língua portuguesa em uma primeira etapa, o que contribuiu com as diferentes fases do trabalho que se seguiriam em língua inglesa.

Em um primeiro contato, os estudantes escolheram um campo de interesse centrando-se em uma profissão, sobre a qual dariam foco ao trabalho. Nesse momento, exploraram-se vários textos reais que circulavam pela mídia, escritos em gêneros textuais do tipo resenha, notícia, reportagem e artigo de opinião, a fim de se promover discussões acerca do mercado de trabalho e das profissões. Foi vista também a linguagem, objetivando a primeira produção de pequenos textos em português. Após a correção e explanação do conteúdo em português, seguiu-se para a reescrita dos mesmos textos em inglês, todos pertencentes ao discurso jornalístico.

Na segunda etapa, o tema mercado de trabalho foi retomado por meio dos textos produzidos, com a divisão dos estudantes em equipes, e eles tiveram acesso a textos de colegas, sem que os autores dos textos estivessem identificados. As equipes trabalharam na elaboração de roteiros de entrevistas em inglês (esse gênero textual já havia sido estudado e constava no material didático). A partir da correção e da versão final dos roteiros, os alunos foram divididos em duplas e entraram na fase seguinte, de preparação para a produção oral. Essa etapa trouxe as equipes para a situação de prática oral controlada e para o uso dos elementos que aprenderam previamente. Após sessões de prática oral controlada, a data foi estabelecida para a simulação de entrevistas de emprego. Essa aula de produção oral final envolveu um público formado por outras turmas que apreciaram a produção dos alunos entrevistadores e entrevistados. Após os momentos de entrevista, os alunos que neles atuaram foram solicitados a escrever uma reflexão tratando de como se sentiram, e relatando os pontos que consideraram mais relevantes ou

difícultosos. A parte final contou com a publicação, no e-book, dos textos relativos às profissões bem como as reflexões que sucederam a prática oral.

4. Resultados e discussão

Promover oportunidades de interação no contexto educacional é, sem dúvida, viabilizar meios que potencializem as capacidades e habilidades de um grupo de estudo. Tal pensamento foi visto na prática por meio das atividades desenvolvidas que culminaram em um e-book em língua inglesa. Ao final das atividades, uma pesquisa com os alunos constatou que 93% conseguiram ver resultados positivos, ao passo que 85% dos alunos disseram que as aulas dinâmicas tornam o conteúdo interessante; 70% apontaram que sair do método de apostila amplia o interesse e, conseqüentemente, as oportunidades de aprendizagem; e 82% dos alunos se sentiram confortáveis e confiantes na execução de seus trabalhos. Esses dados remontam à perspectiva de que uma aprendizagem significativa se dá pelo trabalho cooperativo e contextualizado.

A produção do e-book explorou a capacidade de criação, e foi capaz de abrir espaço para a vivência do mercado de trabalho correlacionado ao convívio escolar, uma vez que os alunos sentiram confiança em explorar determinadas áreas e adaptaram a aplicação do idioma ao seu ramo de atuação. Em uma análise qualitativa, pode-se dizer que a relação afetiva aluno-professor obteve ganhos positivos e se estreitou à medida que os alunos sentiram significativas as propostas e se envolveram na produção.

5. Considerações finais

Concluindo, esta pesquisa entende que possibilitar o descobrimento de habilidades, como criatividade, liderança, aprimoramento de escrita e prazer pela leitura, são primordiais para a execução de qualquer metodologia. As atividades desenvolvidas evidenciaram a relevância de produções contextualizadas que agreguem trabalho em grupo, criação e produção textual.

Outro aspecto que deve ser pontuado é o valor prático das atividades desenvolvidas na escola. As tarefas associadas a mercado de trabalho estão em consonância com as necessidades dos alunos, neste caso, concluintes do ensino médio. Daí falar-se em comunidade aprendente, já que o aluno sai de uma situação passiva e utiliza suas habilidades em produções que afetam seu meio a partir de tarefas mediadas.

A comunicação foi o ponto mais trabalhado, visto que os alunos se expressaram de forma crítica e colocaram-se como usuários conscientes da linguagem. Por fim, a aprendizagem de uma língua torna-se realmente construtiva quando agregada a valores socioculturais e à vivência de quem aprende e de quem ensina – ou seja, a comunidade aprendente –, e o docente deve ser o estimulador de práticas que instiguem o senso crítico.

6. Referências

BALTAR, M. A. R. **A competência discursiva através dos gêneros textuais: uma experiência com o jornal de sala de aula.** 149 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

GERALDI, J. W. Concepções de linguagem e ensino de português. In: GERALDI, J. W. (Org.). **O texto na sala de aula.** 3ª ed. São Paulo: Ática, 2004, pp. 39-46.

LARSEN-FREEMAN, D. **Techniques and principles for language teaching.** 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2000.

NOVA ESCOLA. **Antonieta Celani fala sobre o ensino de Língua Estrangeira.** Ed. 222, maio de 2009. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/932/antonieta-celani-fala-sobre-o-ensino-de-lingua-estrangeira>. Acesso em: 10 fev. 2016.

OCEM, Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Linguagens, códigos e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 239 p. (Orientações curriculares para o Ensino Médio; volume 1).

PORTAL TERRA EDUCAÇÃO. **E-book é realidade possível para educação brasileira.** Novembro de 2010. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/professor-e-book-e-realidade-possivel-para-escola-brasileira,d24861a022aea310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

VIEIRA, S. L. Políticas de formação em cenário de reforma. In: VEIGA, I. P.; AMARAL, A. L. (Org.). **Formação de professores: políticas e debates.** 3ª ed. Campinas: Papirus, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

A divulgação científica sobre células-tronco do cordão umbilical e placentário na imprensa e no cotidiano médico-científico de serviços privados

JULIANA MICHAELA LEITE VIEIRA ¹

DOLORES GALINDO ²

BENEDITO DIELCIO MOREIRA ³

RESUMO

O armazenamento das células-tronco do cordão umbilical e placentário tem produzido um amplo debate nas ciências e na imprensa. Os bancos privados de armazenamento do sangue do cordão umbilical e placentário têm se apresentado às famílias como solução de cura para doenças existentes, patologias que ainda não foram identificadas, e ainda as que possam ser detectadas futuramente. Segurança, mitigação de riscos e esperança na cura de doenças são alguns dos objetivos que fazem mães e pais contratarem os referidos bancos. Segundo o Relatório de Produção 2003-2010 dos Bancos de Sangue do Cordão Umbilical e Placentário para Uso Autólogo (BSCUPA), feito pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), foram armazenadas, no período de sete anos, 45.661 unidades de sangue do cordão para uso autólogo (uso próprio), sendo utilizadas 8 unidades: 3 para transplante autólogo e 5 para uso aparentado. Já a Rede BrasilCord, que aglutina os bancos públicos de armazenamento, tem 19 mil unidades armazenadas desde 2001, e cerca de 175 já foram usadas em transplantes. Como problema de pesquisa, discutimos os regimes de “esperança” e “verdade” (MOREIRA e PALLADINO, 2005) que estão sempre em tensão ou acoplamento, em processos de ordenação e reordenação em torno da eficácia clínica das células-tronco do cordão umbilical que perpassam transversalmente as publicações na mídia. Este trabalho pretende analisar as redes que constituem a divulgação científica dessas pesquisas no contexto da mídia impressa e especializada, e estudar a relação entre profissionais da saúde e usuários nos serviços privados. Os dados abrangem o período de 2002 a 2014, e foram levantados nos sites de quatro jornais nacionais de circulação geral (Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil) e cinco especializados (Ciência Hoje Online, Revista Pesquisa Fapesp, Agência Fapesp, Agência USP de Notícias e Revista ComCiência).

Palavras-chave: células-tronco do cordão umbilical; mitigação de riscos; biossegurança.

ABSTRACT

The storage of cord blood and placental stem cells has produced an extensive debate both in

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e membro do Laboratório de Tecnologias, Ciências e Criação: Estudos.Pesquisas.Práticas. ((Labtecc/UFMT).

² Professora doutora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade de Mato Grosso (UFMT).

³ Professor doutor da Faculdade de Comunicação e Artes (FCA) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade de Mato Grosso (UFMT).

science and in the press. The private banks which store cord blood and placental stem cells have been introduced to families as the solution to cure existing diseases and pathologies that have not yet been identified or might be detected in the near future. Safety, risk mitigation, and the hope for the cure of diseases are some of the reasons that lead parents to hire the services of such banks. According to the databank (2003-2010) of Bancos de Sangue do Cordão Umbilical e Placentário para uso autólogo (BSCUPA) (Umbilical Cord and Placental Blood Banks for Autologous Use) production report featured by Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), in a seven-year period, 45,661 units of cord blood for autologous use were stored. Of these, only eight units were effectively used— three for autologous transplant and five for family members. The BrasilCord network, the collection of public banks, owns 19 thousand units, stored since 2001; of these, about 175 units have already been used in transplants. As a study case, we discuss the concepts of “hope” and “truth” (MOREIRA and PALLADINO, 2005), trying to evaluate the way in which the clinical efficacy of umbilical-cord blood stem cells is presented in publications in the media. The specific aim of this paper is to analyze the networks that establish the scientific disclosure of these researches in the context of print and specialized media as well as the link between health care workers and users of private services. The data refer to the period from 2002 to 2014, and were collected from four major national news websites (Folha de S. Paulo, Estado de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil) and five specialized ones (Ciência Hoje Online, Revista Pesquisa Fapesp, Agência Fapesp, Agência USP de Notícias e Revista ComCiência).

Keywords: *umbilical-cord blood stem cells; risk mitigation; biosecurity.*

1. Introdução

As células-tronco estão presentes em todos os tecidos e órgãos humanos, sendo responsáveis pela manutenção destes e regeneração de pequenas lesões cotidianas que acontecem em nosso corpo. A terapia celular com células-tronco, sejam elas adultas⁴, embrionárias⁵ ou pluripotentes induzidas⁶, gera grandes expectativas quanto ao tratamento de inúmeras doenças (PEREIRA, 2013).

As células-tronco adultas estão presentes no sangue do cordão umbilical e placentário (SCUP) e na medula óssea (MO) (LAMARE, 2014, p.31). O sangue do cordão umbilical e placentário contém células-tronco hematopoiéticas (formadoras de sangue), mesenquimais (formadoras de ossos, cartilagens etc.) e endoteliais (formadoras de vasos sanguíneos). A coleta do sangue do cordão umbilical ocorre no momento do parto (vaginal ou cesáreo), depois do corte e clampeamento do cordão. Uma equipe especializada realiza o procedimento e o sangue é colocado numa bolsa própria.

O sangue do cordão umbilical tem-se revelado um substituto eficaz para a medula óssea no tratamento de doenças do sangue, por conta disso várias nações do mundo desenvolveram programas públicos para colheita e armazenamento de sangue de cordão umbilical para transplante alogênico. Paralelamente, os bancos privados têm oferecido aos pais a oportunidade de depositar o sangue do cordão umbilical da criança para uso futuro” (WALDBY, 2006).

As vantagens das células do sangue do cordão umbilical, conforme apontado por Lamare (2014), são “a ausência de risco para o doador, uma vez que o método de coleta não é invasivo; a disponibilidade imediata para transplante e a característica de ter células mais jovens que possuem maior capacidade de proliferação, diferenciação e tolerância imunitária” (LAMARE, 2014).

A coleta e a preservação das células-tronco do cordão umbilical tiveram início nos anos de 1990, com a abertura dos primeiros bancos públicos e privados. Segundo Waldby (2006), o primeiro banco público de sangue do cordão umbilical nos Estados Unidos – New York Blood Center – foi criado em 1993, e no Reino Unido – banco de sangue Londres Cord – em 1996. Nos Estados Unidos, no mesmo ano em que foi criado o banco público, também foi criado o primeiro banco privado de sangue de cordão umbilical – Biocyte Corporation.

No Brasil, o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) inaugurou no ano de 2001 o primeiro Banco de Sangue do Cordão Umbilical e Placentário (BSCUP),

⁴ Células-tronco adultas são aquelas derivadas de qualquer tecido de um indivíduo após o nascimento.

⁵ Células-tronco embrionárias são derivadas de um embrião.

⁶ Células-tronco pluripotentes são derivadas da pele. Essas células são induzidas por quatro genes (oct4,c-myc,klf4 e sox2) a se transformarem em CT pluripotentes, sendo equivalentes às CT embrionárias.

“visando aumentar as chances de localização de doadores para os pacientes que necessitam de transplante de medula óssea” (Rede BrasilCord/INCA).

Segundo o Relatório de Produção 2003-2010 dos Bancos de Sangue do Cordão Umbilical e Placentário para Uso Autólogo (BSCUPA), feito pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), foram armazenadas, no período de sete anos, 45.661 unidades de sangue do cordão para uso autólogo (uso próprio), sendo utilizadas 8 unidades: 3 para transplante autólogo e 5 para uso aparentado. Já a Rede BrasilCord, que aglutina os bancos públicos, tem 19 mil unidades armazenadas desde 2001, e cerca de 175 já foram usadas em transplantes (Rede BrasilCord/INCA).

O armazenamento das células-tronco do cordão umbilical e placentário tem produzido um amplo debate nas ciências e na imprensa. Neste trabalho, identificamos a controvérsia médico-científica em torno da questão de uso e eficácia do sangue do cordão umbilical, na qual a grande polêmica é como armazenar, se em banco público ou privado.

Tendo como foco essa controvérsia, trabalhamos o tema como problema de pesquisa indagando a respeito das tensões, acoplamentos e derivações dos regimes de “esperança” e “verdade” (MOREIRA e PALLADINO, 2005) que fazem parte dessa polêmica e mobilizam e são mobilizadas pela divulgação científica das células-tronco do cordão umbilical realizada pela mídia geral e especializada, estando também presente no cotidiano médico e de potenciais usuários (as) dos serviços.

O regime de “esperança” (MOREIRA e PALLADINO, 2005) caracteriza-se pela promessa de que novos e melhores tratamentos estão sempre por vir, e a investigação e o desenvolvimento são justificados pela expectativa de encontrar curas milagrosas para doenças debilitantes. Já o regime de “verdade” (MOREIRA e PALLADINO, 2005) refere-se ao que é positivamente conhecido, ao contrário do que simplesmente pode ser.

2. Levantamento histórico e análise dos veículos de comunicação

Foi realizado o levantamento de uma série histórica, de 2002 a 2014, nos portais de quatro jornais de circulação nacional (Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo, O Globo e Jornal do Brasil) e cinco especializados (Ciência Hoje Online, Revista Pesquisa Fapesp, Agência USP de Notícias, Agência Fapesp e Revista ComCiência), utilizando-se a ferramenta de busca por palavras-chave nos respectivos sites, dos quais foram coletados todos os itens que mencionavam os termos: “células-tronco do cordão umbilical”; “células-tronco”; ou “cordão umbilical”.

A busca resultou em 238 matérias/reportagens/notas⁷ publicadas que tinham correlação

⁷ Pelas barras, entenda-se “ou inclusivo”.

ou citavam as pesquisas/tratamento/coleta/armazenamento⁸ das “células-tronco do cordão umbilical”. Desse total, uma nova análise foi realizada e foram selecionadas 126 matérias/reportagens/notas que abordavam as pesquisas/tratamentos/coleta/armazenamento das células-tronco do cordão umbilical. Num período de 12 anos (2002 a 2014), 52,9% das matérias/reportagens tiveram uma abordagem específica ou um destaque sobre o tema (Ver gráfico 1).

Do total geral das 238 matérias encontradas, 183 foram publicadas pelos jornais de grande circulação nacional, o que representa 76,9%, enquanto a imprensa especializada foi responsável por apenas 55 reportagens, o que representa 23,1%. O jornal O Estado de S. Paulo está à frente, com a publicação de 80 matérias/reportagens, vindo em seguida o jornal Folha de S.Paulo com 60; em terceiro, o Jornal O Globo, com 29; e, por último, o Jornal do Brasil, com 27 matérias publicadas.

Já nos veículos especializados, a Revista Pesquisa Fapesp lidera com 18 reportagens, vindo em seguida a revista ComCiência com 15, o site Ciência Hoje com 8, e a Agência USP com apenas 1 matéria.

Ao analisar as 126 matérias específicas que trataram do tema “células-tronco do cordão umbilical”, destacamos as publicações em que esse assunto mereceu maior atenção. Como resultado, detectamos que 117 foram publicadas pelos jornais de circulação nacional, o que representa 92% das publicações, enquanto a imprensa especializada teve 9 matérias publicadas, ou seja, apenas 7,1% do total. Observamos, portanto, que os jornais de circulação nacional têm tratado do tema com mais frequência do que os especializados.

Neste trabalho, não trataremos da questão da constância, nem do que diferencia os dois formatos de publicação: grande mídia *versus* mídia especializada. Os jornais de grande circulação trazem a ciência para o cotidiano, contextualizando-a para a vida de seus leitores. Já os veículos especializados popularizam resultados concretos de pesquisas, de modo que possam ser compreendidos por diferentes leitores, inclusive por jornalistas não especializados em ciência, como é o caso de jornalistas esportivos, políticos, entre outros. Pareceu-nos que não podemos comparar veículos com natureza e objetivos tão distintos.

GRÁFICO 1
Total geral de matérias/reportagens publicadas



Fonte: Elaborado pela autora.

⁸ Idem.

Diante do exposto, foram analisados os seguintes aspectos nas publicações: enquadramento e controvérsias médico-científicas, tendo como foco os regimes de “esperança” e “verdade”.

2.1 – ENQUADRAMENTO DAS REPORTAGENS/MATÉRIAS

Ao realizar o levantamento histórico, constatamos que as publicações repetiam determinados focos ou abordagens. Então, utilizamos a noção de enquadramento proposto por Latour (2000) para os textos científicos, em que o autor convida o leitor para ver o que de fato interessa e o que o leitor admite ser discutível. O enquadramento é utilizado como uma metodologia para selecionar o que é interessante, explicando ao leitor o porquê da seleção daquele item, reforçando no texto o que o autor pretende dizer.

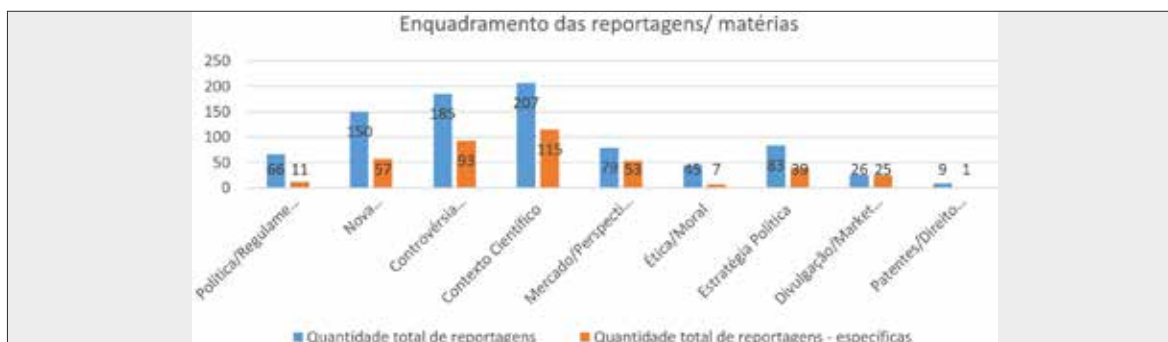
Diante disso, identificamos e enumeramos nos textos os seguintes enquadramentos: contexto científico, controvérsia científica, nova pesquisa/descoberta, mercado/perspectiva econômica, estratégia política, divulgação/marketing, política/regulamentação, ética/moral e patentes/direito de propriedade (Ver gráfico 2).

No trabalho, verificamos que em primeiro lugar está o contexto científico, com 115 matérias. Essa liderança pode ser explicada pela variação de cadernos sobre o assunto “células-tronco do cordão umbilical”. O tema foi publicado nos cadernos de assuntos gerais, ciência, saúde, política, esportes, cultura, entre outros. Devido ao fato de se tratar de um assunto específico, surge a necessidade do jornalista de apresentar uma contextualização/apresentação do assunto aos leitores.

A controvérsia médico-científica vem em segundo lugar, com 93 matérias, trazendo a polêmica em torno da eficácia em se armazenar o sangue do cordão umbilical em banco público ou privado. Já os resultados das pesquisas e descobertas vêm em terceiro lugar, e o mercado/perspectiva econômica vem em quarto. Um dado interessante são as matérias que identificamos

GRÁFICO 2

Enquadramento das reportagens/matérias



Fonte: Elaborado pela autora.

como divulgação/marketing, pois apresentam notas dos colunistas sociais que noticiaram os famosos que tiveram filhos e contrataram o serviço dos bancos privados.

No trabalho, iremos nos aprofundar em um dos enquadramentos: “a controvérsia médico-científica”, na qual a grande polêmica diz respeito ao armazenamento de sangue do cordão umbilical em banco público ou privado.

2.2 – CONTROVÉRSIA MÉDICO-CIENTÍFICA: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DOS REGIMES DE “VERDADE” E “ESPERANÇA”

Segundo Venturini (2010), as controvérsias são situações em que os atores discordam (ou melhor, concordam com sua discordância).

Latour nos ensina a observar as controvérsias e a descrever o que vemos. Seguindo essa orientação, descreveremos as controvérsias. Procedendo nessa lógica, constatamos que a controvérsia sobre “células-tronco do cordão umbilical e placentário” esteve presente no levantamento histórico (2002/2014), e foi identificada no enquadramento inúmeras vezes. Um exemplo disso é que foram identificadas 93 matérias consideradas controvérsias, num universo de 126, ou seja, 74%.

A controvérsia médico-científica se deu em torno da questão da eficácia da coleta, armazenamento e uso das células-tronco do cordão umbilical, em que a grande polêmica gira em torno de se armazenar em banco público ou privado de células-tronco do cordão umbilical e placentário. O trabalho analisou a controvérsia por meio dos regimes de “esperança” e “verdade” (MOREIRA e PALLADINO, 2005).

No armazenamento do sangue do cordão no banco público está presente a questão de doação, um reflexo da generosidade de pessoas que realizam um gesto como quem dá um presente. Já o armazenamento privado é uma forma de propriedade pessoal, como se o objeto armazenado fosse um capital de risco biológico (WALDBY, 2006).

A partir do levantamento da série histórica (2002/2014), selecionamos duas matérias que apresentam esses dois regimes. No dia 26 de agosto de 2012, no Caderno Equilíbrio e Saúde, da Folha de S.Paulo, foi publicada a matéria “Pais congelam células-tronco do tecido do cordão umbilical dos filhos”. A reportagem mostra que os pais estão congelando as células-tronco do tecido do cordão umbilical de seus recém-nascidos, e que a promessa da ciência está gerando um negócio no Brasil. No texto, fica nítido que os dois regimes (esperança e verdade) entram em divergência, como por exemplo em:

- Diretor-médico de um banco privado fala da atuação da empresa. Nota que o material do sangue nos bancos privados só pode ser utilizado pela própria pessoa ou família que contratou o serviço.

- Quanto aos bancos públicos, ressalta-se que o sangue e derivados ficam disponíveis para qualquer pessoa que precise de transplante.
- Alguns pesquisadores fazem ressalvas à venda do serviço pelos bancos privados, dado não ser certo que as células irão servir futuramente ou que poderão ser utilizadas no caso de doenças genéticas, dada a escassez de evidências de aplicabilidade.
- A matéria traz o depoimento de duas mães que decidiram coletar em um banco privado o sangue do cordão umbilical de seus filhos. Uma declarou saber que não tem aplicabilidade prática no momento, mas ela acredita no potencial das pesquisas da medicina regenerativa, da mesma forma como paga plano de saúde sem saber se irá utilizar. A outra mãe disse ter procurado um banco privado, pois não queria que as células-tronco fossem jogadas no lixo, tendo contratado o serviço por “segurança”.

A outra reportagem é “Preciosidade Descartada”, da Revista Pesquisa Fapesp, do mês de novembro de 2009, mostrando uma pesquisa científica brasileira que descobriu terem perfis diferentes as células-tronco presentes no sangue do cordão umbilical ou na parede do cordão (tecidos que podem ser armazenados para o caso de futuras necessidades terapêuticas). No texto, também se apresentam os dois regimes (esperança e verdade):

- Em relação aos genes encontrados no sangue do cordão umbilical, estão mais ativos os que são ligados à fabricação de ossos e do sistema imunológico. Já nas células do cordão, estão mais ativos os genes responsáveis para produzir neurônios e vasos sanguíneos.
- Pesquisadora brasileira reforça no final da matéria que, se for para guardar o sangue do cordão umbilical, que se guarde o cordão umbilical inteiro, inclusive com sangue, para uma eventualidade futura. Ela critica o procedimento normal dos bancos especializados de armazenar o sangue e descartar o resto.

Nas reportagens, identificamos a controvérsia médico-científica entre armazenar num banco público (regime de verdade) ou privado (regime de esperança), no qual o posicionamento dos atores (actantes) é deixado bem claro. O que podemos destacar são os argumentos médico-científicos desqualificando o armazenamento do sangue do cordão umbilical em banco privado, dado como sem utilidade. O banco privado se defende informando que são ações para o futuro, que as pesquisas estão ocorrendo e em breve poderão ser utilizadas em outras doenças que não sejam somente as do sangue, modalidade em que hoje é utilizado. De outro lado, os pesquisadores suscitam dúvidas quanto à venda desse serviço, questionando se ele terá utilidade no futuro e se o uso exclusivo da própria pessoa seria o mais apropriado.

Podemos verificar neste estudo, seguindo os passos de MOREIRA e PALLADINO (2005), que os dois regimes têm formas diferentes de “olhar o paciente”. No regime de esperança, os atores observam o paciente como alguém que deseja tornar-se menos aprisionado por

sua condição física, sempre à espera de novas soluções para o seu aprisionamento. Ao contrário, no regime de verdade, os pacientes se configuram como consumidores de cuidados da saúde, preocupados em comparar méritos relativos de abordagens farmacológicas e cirúrgicas, tendo em conta eficácia, risco de dano e custo.

3. Considerações finais

O trabalho nos mostra com o levantamento histórico (2002/2012) que o debate está acirrado, o que pôde ser constatado pelo resultado do enquadramento das matérias, em que 74% retratam essa controvérsia médico-científica, com os regimes de esperança e verdade se confrontando.

As reportagens oferecem ao leitor uma esperança na cura que pode ou não surgir, o que arregimenta atores (actantes) em torno desse regime em que atua a medicina regenerativa, e apresenta seus avanços. Nesse regime, a pessoa é responsável por sua saúde e a dos seus entes queridos.

Em contrapartida, os bancos públicos e as redes no entorno levam o leitor a refletir sobre esse procedimento, que é colocado como “seguro de vida”, mas que efetivamente gerou poucos transplantes. É apresentada a constatação de que os bancos públicos podem atender a qualquer pessoa, não sendo necessário o pagamento. Nesse regime, o Estado é responsável pela população, atuando na prevenção e no tratamento de doenças.

Nas reportagens dos veículos de comunicação de massa, o debate está centrado na polêmica entre armazenar em banco privado ou público, enquanto nos veículos especializados a controvérsia surge a partir dos resultados das pesquisas científicas, questionando os procedimentos que são adotados. O trabalho indica posteriores discussões, como análise das editoriais publicadas, com ênfase nas colunas sociais, nas quais identificamos inúmeras notas informando que artistas de televisão tinham coletado o sangue do cordão de seus filhos.

4. Referências

BELTRAME, L. The Bio-Objectification of Umbilical Cord Blood: Socio-Economic and Epistemic Implication of Biobanking, 2014. TECNOSCIENZA - Italian Journal of Science & Technology Studies. 5 (1), pp. 67-90. Disponível em: <www.tecnoscienza.net>. Acesso em: 25 out. 2014.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Relatório de dados de Produção dos Bancos de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário para uso autólogo – 2003-2010, outubro 2011. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/e287d20049006e28a4a7b-c466b74119d/BSCUPA+2010.pdf?MOD=AJPERES>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Cartilha – “Conhecendo os Bancos de Sangue do Cordão Umbilical e Placentário”. 2013. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/7b1704004fdc6932bee4bf2db1a21940/banco_de_cordoes_fi-nal.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 5 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Agência de Vigilância Sanitária. *Resolução - RDC N° 190, de 18 de julho de 2003*. Determina Normas Técnicas para o funcionamento dos bancos de sangue de cordão umbilical e placentário. Brasília, DF: MS, 2003. Disponível em: http://www.ghente.org/doc_juridicos/resol190.htm. Acesso em: 7 maio 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Agência de Vigilância Sanitária. *Resolução - RDC N° 56, de 16 de dezembro de 2010*. Dispõe sobre o regulamento técnico para o funcionamento dos laboratórios de processamento de células progenitoras hematopoiéticas (CPH) provenientes de medula óssea e sangue periférico e bancos de sangue de cordão umbilical e placentário, para finalidade de transplante convencional e dá outras providências. Brasília, DF: MS, 2010. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0056_16_12_2010.html. Acesso em: 7 maio 2015.

GALINDO, D.; LEMOS, F. S.; RODRIGUES, R. V. (2014). A vida como biocapital – futuros biológicos, uma aposta dos bancos privados de células-tronco de cordão umbilical no Brasil. *Athenea Digital*, 14(2), 255-274. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenead/v14n2.1198>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

GUIMARÃES, M. Preciosidade descartada. **Revista Pesquisa Fapesp**, São Paulo, novembro, 2009. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2009/11/01/preciosidade-descartada/>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

KREINZ, G.; PAVAN, C. (Org.). **Os donos da paisagem**: estudos sobre divulgação científica. São Paulo: NJR/ECA/USP, 2000.

LAMARE, R.; MIGOWSKI, E. **A vida do bebê**. 43ª edição atualizada e revisada. Rio de Janeiro: Agir Editora Ltda, 2014.

LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. 2 ed. São Paulo: Ed. Unesp. 2000.

LEMOS, A. **A comunicação das coisas**: teoria ator-rede e cibercultura. São Paulo: Annablume, 2013. (Coleção ATOPOS).

MANGINI, J. Caminhos para a divulgação de ciência. *Comunicação & Educação - Revista do Departamento de Comunicação e Artes da ECA/USP*. v. 20, n. 1, 2015.

MISMETTI, D. Pais congelam células-tronco do cordão umbilical dos filhos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26/8/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2012/08/1142908-pais-congelam-celulas-tronco-do-tecido-do-cordao-umbilical-dos-filhos.shtml>>. Acesso em: 25 maio 2015.

MOREIRA, T.; PALLADINO, P. Between truth and hope on Parkinson's disease, neurotransplantation and the production of the "self". *History of the Human Sciences*, 2005.

PEREIRA, L. da V. **Células-tronco**: promessas e realidades. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2013. Coleção Polêmica.

Rede BrasilCord/Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva. Recuperado em 22 de março de 2015, de <http://www1.inca.gov.br/conteudo_view.asp?id=2627>. Acesso em: 11 nov. 2014.

RODRIGUES, R. V. Capitalização da vida nos bancos de células-tronco do cordão umbilical; interrogantes à psicologia na produção de subjetividade. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, Cuiabá, 2015.

SPINK, M. J. Riscos antecipados: regimes de esperança e regimes de verdade na administração de agravos à saúde. Texto apresentado na Mesa Redonda "Saúde Coletiva, Risco e Biopolítica", V Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, ABRASCO. USP, São Paulo, 2011.

VENTURINI, T. Diving in Magna: How to Explore Controversies with Actor-Network Theory in Public Understanding of Science, 20:4, maio 2010.

WALDBY, C. Umbilical Cord Blood: From Social Gift to Venture Capital. *BioSocieties*, v.1, n. 1, 2006.

Código Florestal: o efeito pedagógico como indício do funcionamento do político

KYENE BECKER DA SILVA ¹
ANGELA DE AGUIAR ARAÚJO ²

RESUMO

Neste artigo, propõe-se uma análise discursiva partindo da cobertura jornalística do processo de votação do Código Florestal no site G1. Buscou-se compreender como se dá o funcionamento do político, noção que, tal como descreve Orlandi (2003), diz respeito à inscrição na língua do jogo de forças que divide o social nas diversas formações sociais. Percebe-se que, na retomada de uma memória que estabiliza funcionamentos próprios ao discurso jornalístico e ao discurso científico, irrompe uma discursividade sobre a legislação ambiental baseada no imaginário que permite ao sujeito uma enunciação, supostamente neutra e imparcial (MARIANI, 1996; FLORES et al, 2012). Buscando desnaturalizar esse efeito de neutralidade, partimos dos trabalhos de Mariani (1996), Nunes (2013) e Pêcheux (1990), propondo uma problematização acerca do uso de recursos gráficos. Acredita-se que o funcionamento do político incida na forma do efeito pedagógico, a partir de regularidades presentes no discurso jornalístico que se assemelham ao funcionamento do discurso pedagógico.

Palavras-chave: Código Florestal; discurso jornalístico; discurso pedagógico; político; Análise de Discurso.

ABSTRACT

In this article, it's proposed a discursive analysis starting from the news coverage about the voting process of the Forest Code in G1 website. We sought to understand how is the functioning of the political, a notion that, as described Orlandi (2003), concerns the registration in the game language forces that divides the social in different social formations. It is noticed that in reactivating a memory that stabilizes own runs the journalistic discourse and scientific discourse, breaks out a discourse on the imagination-based environmental legislation that allows the subject to an enunciation supposedly neutral and impartial (MARIANI, 1996; FLORES et al, 2012). Seeking denature this neutral effect, we start the work of Mariani (1996), Nunes (2013) and Pêcheux (1990), proposing a questioning about the use of graphics. It is believed that the operation of political levied in the form of pedagogical effect from regularities present in the journalistic discourse that resemble the functioning of the pedagogical discourse.

Keywords: Forest Code; journalistic discourse; pedagogical discourse; political; Discourse Analysis.

¹ Mestranda do programa de pós-graduação em Divulgação Científica e Cultural (Labjor/IEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Formada em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: kyenebecker04@gmail.com.

² Professora colaboradora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). E-mail: angela.jornalista@gmail.com.

1. Introdução

O discurso pedagógico é significado como um discurso circular, produzindo dizeres institucionalizados, que são amparados por uma instituição e, ao mesmo tempo, sustentam essa mesma instituição. Segundo Orlandi (2011), o discurso pedagógico tende para o discurso de tipo autoritário ao apresentar os conteúdos como uma verdade incontestável. Dessa forma, legitimando a ideia de transparência do discurso, ele naturaliza determinados sentidos e inculca certos dizeres.

Estratégias do discurso pedagógico podem ser observadas fora das salas de aula. No jornalismo, boxes e infográficos se tornaram recursos para jornalistas comporem suas reportagens. Durante a cobertura da aprovação do novo Código Florestal, o site G1 utilizou de forma ampla os infográficos. O recurso é frequentemente utilizado por jornalistas para explicar temas complexos ou mais distantes do público, como a temática ligada ao campo da ciência (NUNES, 2013).

Buscando compreender a relação entre o discurso pedagógico e o discurso jornalístico, com base no referencial teórico-metodológico da análise do discurso (Pêcheux, 2009), propõe-se uma análise dos recursos didáticos utilizados pelo site G1 durante o processo de aprovação do novo Código Florestal Brasileiro, em 2011 e 2012. Para o *corpus* desta pesquisa, foram escolhidos dois infográficos que compuseram diversas reportagens no período de discussão e votação do novo Código Florestal.

A pesquisa se pautou por questionar se o discurso jornalístico, ao utilizar recursos didáticos, neste caso os infográficos, estaria sendo afetado pelo funcionamento do discurso pedagógico, atuando na administração dos sentidos.

2. Análise do discurso e o efeito pedagógico

Para a análise do discurso, o sentido irrompe quando a língua se inscreve na história, como efeito do processo de interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. A AD destaca que, nesse processo, a linguagem é um processo constante de construção e desconstrução, sendo afetada pelas condições exteriores a ela, ou seja, a ideologia e o contexto sócio-histórico fazem parte do processo de constituição dos sentidos nos processos discursivos (ORLANDI, 2003).

Segundo Orlandi (2003), os discursos – efeitos de sentidos entre interlocutores –, assim como as relações sociais, funcionam sob a lógica da hierarquização e, portanto, nem todos os sujeitos possuem legitimidade para atribuir sentidos a um acontecimento. A autora ainda ressalta que a tarefa de interpretar é dada a determinadas posições sociais, como as de advogado, cientista, professor, padre etc. Dessa forma, pode-se afirmar que determinadas posições – por meio de um consenso social – podem fazer valer o seu discurso, como é o caso dos cientistas, que geralmente

são consultados para falar sobre assuntos relacionados à saúde ou ao meio ambiente, e os jornalistas, que, por meio dos jornais, são tidos como os relatores dos fatos e da verdade.

Por conta disso, a análise do discurso indica que determinados discursos conseguem assumir maior visibilidade e, conseqüentemente, conquistam uma maior legitimidade em relação a outros discursos (MARIANI, 1996). Ou seja, há a sobreposição de um discurso em detrimento de outros e essa relação não é algo natural, mas sim um jogo de forças, em que um discurso irá assumir maior visibilidade.

Para descrever o processo pelo qual se dão as disputas pelas interpretações dos acontecimentos, a AD formula o conceito de político, que explica essa relação do jogo de forças na sociedade. Para Orlandi (2003), o lugar de onde fala o sujeito determina a força de enunciação de seu discurso, ou seja, as relações hierarquizadas revelam que cada posição ocupada pelo sujeito determinará se as interpretações mobilizadas por sua fala serão consideradas legítimas (ou não) ou se circularão com teor de interpretação hegemônica (ou não). Sendo assim, pode-se afirmar, por exemplo, que “a fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno” (ORLANDI, 2003, p. 40).

Compreendendo que o discurso é afetado pelas relações de força que permeiam os processos pelos quais se constituem as posições-sujeito, Mariani (1996) formula a noção de memória social. Para a autora, o conceito pode ser definido como um processo histórico de disputas – as que marcam as relações de poder – pela interpretação de um determinado acontecimento, em que uma interpretação predomina sobre a outra. Dessa forma, “(...) naturaliza-se, assim, um sentido ‘comum’ à sociedade, ou, em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa” (MARIANI, 1996, p. 35).

Nessa relação de forças, Mariani (1996, p. 45) ressalta que os grupos com maior força de enunciação tendem a conseguir impor interpretações uma vez que eles “estão sempre mobilizando a memória social em seu próprio proveito, i.e., buscam confirmar suas posições ao mesmo tempo em que promovem a negação das ideias dos adversários”. Os meios de comunicação – e, por extensão, o jornalismo de referência (sustentado pela mídia hegemônica) – são, vistos por essa perspectiva, formas privilegiadas de retomada de sentidos estabilizados na memória social e, por meio disso, de estabelecimento dos “consensos de significação” (MARIANI, 1996, p. 46).

Mariani aponta ainda que o passado e as projeções se cruzam na rotina jornalística, que constrói e reformula leituras da história para tentar didatizar/explicar os acontecimentos e trazer um sentido natural para a instabilidade dos fatos no mundo. Isso se dá quando o discurso jornalístico nomeia os fatos e digere, para o público, por meio da leitura dos acontecimentos, o que está sendo retratado.

A partir dessa relação de didatizar os acontecimentos e de nomear e “digerir” aquilo sobre o que se fala, Mariani (1996) chama atenção para a imagem que a mídia, muitas vezes, cria de

seu público: um leitor tábula rasa, aquele que sempre precisa de explicações nos mínimos detalhes. Nessa perspectiva, quando o discurso jornalístico utiliza infográficos, boxes e estruturas diferenciadas de texto para explicar os fatos, supostamente para fazer com que o público compreenda o fato de forma clara e objetiva, encontramos aí uma regularidade ligada à tentativa de didatizar a leitura dos acontecimentos. Entretanto, a autora destaca que esse tipo de linguagem e estrutura didática, aparentemente isenta de subjetividade, apresentando fatos e números de modo objetivo e sem contestação, se assemelha ao discurso pedagógico “em sua forma mais autoritária” (MARIANI, 1996, p. 65). Ao utilizar esses artifícios, a mídia coloca-se em uma posição de detentora do saber, criando um efeito de verdade incontestável.

3. O funcionamento do discurso jornalístico

Nos primórdios da imprensa brasileira, ainda no período oitocentista, as primeiras leis de imprensa projetavam a imagem do bom jornalismo sustentada pelo argumento de que os jornais deveriam “defender o cristianismo, o Estado, os bons costumes e as propriedades”, não podendo “divulgar nada contra esses pilares do capitalismo ocidental” (MARIANI, 1996, p. 85). O que funcionou, na origem da imprensa brasileira, como uma regulação ao dizer, derivou para um discurso sobre a objetividade, incorporado pelas instituições jornalísticas e exposto em manuais de redação e de princípios editoriais, que pregam a neutralidade sob o argumento da isenção face ao papel do jornalismo de leitura da realidade. Por meio do discurso da objetividade, segundo Mariani (1996), a imprensa conquistou uma posição de instituição digna de fé.

Ribeiro (2000, p. 35) destaca que essa posição concedeu à imprensa “o estatuto de porta-voz das verdades factuais”, ou seja, a semantização da realidade. Porém, Ribeiro (2000) explica que, mesmo nas abordagens factuais, o discurso jornalístico não é transparente. “Sabemos, entretanto, que nenhum registro é ingênuo ou descomprometido. Para a autora, nenhum registro apenas registra. Todo ele pressupõe o trabalho da linguagem, pressupõe uma tomada de posição dos sujeitos sociais. Todo registro é discurso [...]” (RIBEIRO, 2000, p. 37).

Para Mariani (1996), a suposta verdade divulgada pela mídia nada mais é do que direcionar/atribuir um sentido, isto é, dar uma interpretação sobre o acontecimento de acordo com a memória que dá sustentação aos discursos socialmente aceitos. Flores et al (2012) reforçam a ideia da interpretação dos fatos ao construir um paralelo entre mídia, ciência e divulgação científica. Segundo as autoras, ao falar sobre ciência, a mídia, em geral, reforça o discurso da pesquisa científica como um produto pronto, isto é, há o apagamento de “todo o percurso pelo qual passou o cientista e sua pesquisa (processo), até chegar ao momento da ‘descoberta’”. Além disso, a mídia reproduz certos sentidos sobre ciência que reafirmam o seu lugar como produtor de sentidos absolutos e inequívocos” (FLORES et al, 2012, p. 60).

Dessa forma, Flores et al (2012) destacam que, vistas como espaços discursivos, a mídia e a ciência fazem circular as informações e conhecimentos, por elas produzidos, que são afetados pelas condições de produção e pelos sujeitos. Partindo desse pressuposto, entende-se que os recursos utilizados pela mídia para contar a história dos fatos, como o infográfico, também seriam afetados pelo político.

O infográfico é uma forma alternativa de relatar o acontecimento. Funcionando como um discurso jornalístico, ele também apresenta certas características, como a hierarquização das informações e a ordenação de leitura, criando efeitos de relevância, através dos quais ele mostra quais informações precisam ser lembradas ou quais, dentre todas, seriam as mais importantes.

No movimento entre o que se diz e o que não se diz se constitui uma diferença entre dizer X para não (deixar) dizer Y. Logo, o enunciado prescritivo produz efeito de relevância ao enunciar como algo poderia ser usado, visto que recorta (seleciona) o que ‘julga’ ser mais importante e escamoteia o que define como não sendo (NUNES, 2013, p. 117-118).

Entende-se, portanto, que há o funcionamento do político na rotina de produção jornalística e que este afetaria o modo como a imprensa reporta os fatos ao público, isto é, faz circular os sentidos. Partindo desse pressuposto, a discussão teórica apresentada aqui será base para a próxima seção, que analisa os infográficos utilizados pelo site G1 durante a cobertura da aprovação do novo Código Florestal Brasileiro, tentando identificar a relação entre o funcionamento do político e o efeito pedagógico, desnaturalizando a ideia de neutralidade e imparcialidade do jornalismo.

4. Discurso jornalístico: a informação didatizada

Ao longo dos anos 2011 e 2012, o site G1 trabalhou na cobertura das discussões sobre a aprovação do novo Código Florestal Brasileiro. Ao longo do processo, o veículo de comunicação do Grupo Globo produziu reportagens e infográficos para informar seus leitores sobre o desenvolvimento das discussões. Dois infográficos (Figura 1 e Figura 2) se destacaram durante a pesquisa, pois foram utilizados como suporte de diversas reportagens publicadas nesse período.

É possível notar que ambos os infográficos têm o objetivo de explicar o que é o Código Florestal e o que mudaria com as propostas e discussões no Legislativo. Expressões como *O que é*, *O que muda*, *Como funciona* e *Por que o projeto é polêmico* são observadas no decorrer dos infográficos. Além disso, é possível observar que há a presença de intertítulos através dos quais também se define o que significa cada termo ou situação presente no Código Florestal.

Essa estrutura de organização do texto e a disposição das imagens utilizadas se assemelham muito ao discurso pedagógico que, segundo Orlandi (2011), atualmente se apresenta

FIGURA 1
Infográfico do site G1



como um discurso autoritário. Para Orlandi (2011), o discurso pedagógico é um discurso do poder, isto é, a voz que fala nele é segura e autossuficiente. “A estratégia, a posição final, aparece como o esmagamento do outro. Nesse sentido, poderíamos dizer que *A ensina B = A influencia B*” (ORLANDI, 2011, p. 17).

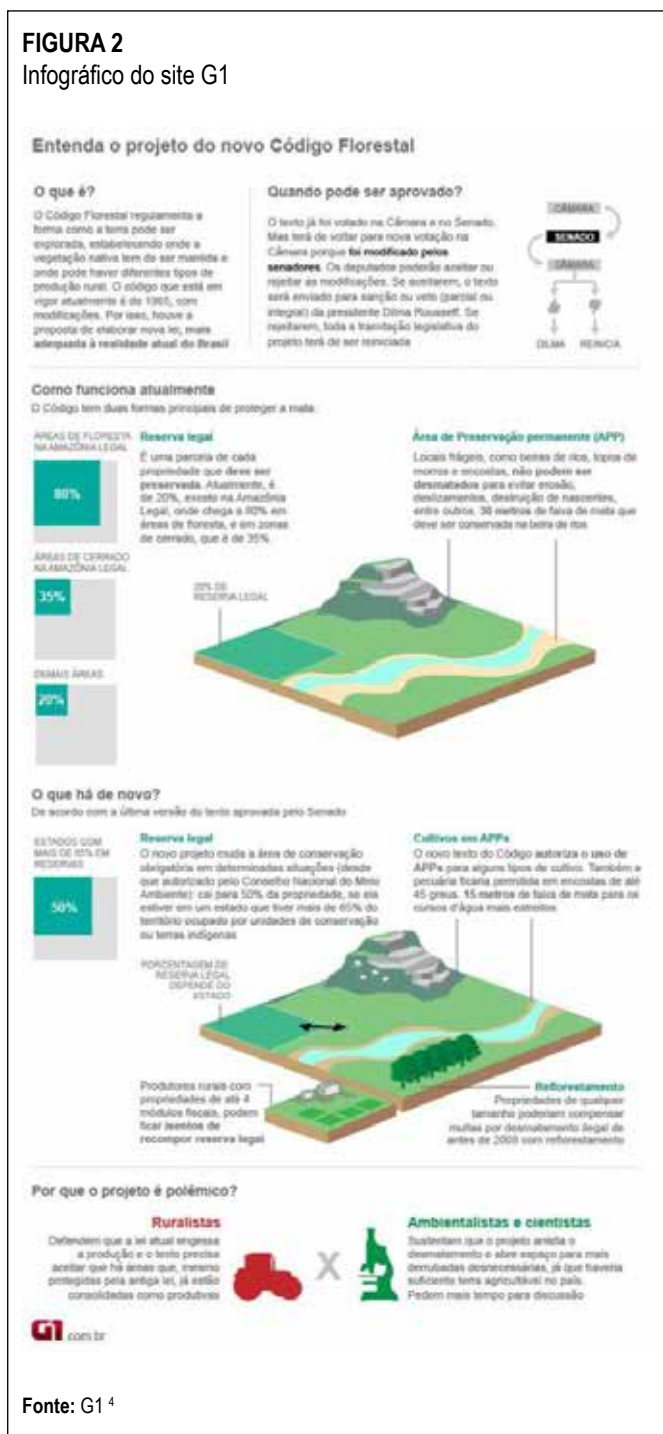
A estrutura de pergunta e resposta presente nos infográficos pode ser comparada às perguntas retóricas, onde quem perguntou não espera uma resposta do aluno – ou, nesse caso, do leitor –, já que há a intenção, pelo próprio questionador, de responder. Orlandi (2011, p. 17) ressalta que as perguntas retóricas e as questões obrigativas/objetivas são próprias do discurso pedagógico. A autora ressalta que a estratégia desse tipo de questão assume uma forma imperativa, isto é, busca delimitar os sentidos que devem ser associados ao tema da pergunta.

No caso dos infográficos do site G1 é possível identificar que as perguntas (*O que é, Como é e Por que é*) são expressões objetivas e buscam criar uma delimitação sobre o assunto. Orlandi (2011, p. 19) destaca que esse tipo de discurso “apresenta definições categóricas e é extremamente preciso e coerente, ao nível da metalinguagem”. E, dessa forma, o discurso pedagógico faz crer na ilusão de que determinado conceito pode ter apenas um significado. Porém, é preciso ressaltar que o discurso é efeito de sentido

(PÊCHEUX, 1990). Sendo assim, compreende-se que o social e o histórico são constitutivos da linguagem, isto é, por trás do discurso existe um sujeito que está interpretando a partir de uma formação ideológica, o que contesta a ideia de neutralidade do discurso. Dessa forma, “desconhece-se

³ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/entenda-polemica-que-envolve-o-novo-codigo-florestal.html>

FIGURA 2
Infográfico do site G1



Fonte: G1⁴

a história dos conceitos, ou melhor, que os conceitos têm uma história” (ORLANDI, 2011, p. 21).

Nessa perspectiva, compreende-se que essa estratégia de definir A está intimamente ligada ao fato de não querer deixar interpretar B. A partir dessa leitura, pode-se compreender que o jogo de forças, que atravessa as relações de poder, afeta os discursos, ou seja, há o funcionamento do político nesses discursos.

Dessa forma, o site cria a ilusão de que os textos que trazem o significado dos conceitos não se produzem na tensão. Ao apagar as disputas do jogo de forças presentes na sociedade, o site apresenta a definição dos conceitos como algo que é porque é (ORLANDI, 2011), mostrando a perspectiva de como eles podem ser vistos, assemelhando-se muito ao discurso pedagógico autoritário. Compreendendo que o discurso pedagógico autoritário delimita o que pode e o que não pode ser pensado sobre determinado tema, refuta-se a ideia de um discurso neutro e informativo.

5. Conclusão

Este estudo buscou compreender os efeitos do uso de infográficos pelo discurso jornalístico. A partir da leitura de dois infográficos, recortados de reportagens sobre o processo de aprovação do novo Código Florestal Brasileiro, percebem-se indícios do funcionamento do político na forma do efeito pedagógico.

⁴ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/12/senado-aprova-texto-base-do-novo-codigo-florestal.html>

Com estratégias que se assemelham ao funcionamento do discurso pedagógico, o site G1 definiu conceitos presentes no Código Florestal, criando a ilusão de que a definição dos conceitos são verdades incontestáveis, apagando todo o processo sócio-histórico e o jogo de forças que marca as disputas de poder nas sociedades.

O uso de perguntas objetivas tentando delimitar o que pode – e deve – ser lembrado é um indício de que tanto o discurso jornalístico quanto o discurso pedagógico não são meramente informativos e neutros. O uso, pelo discurso jornalístico, de infográficos conduz à ilusão de que as definições propostas no processo de aprovação do novo Código Florestal Brasileiro são transparentes e neutras.

6. Referências

FLORES, G. B. et al. A divulgação científica da Revista Laboratório Ciência em Curso. **Revista científica Ciência em Curso**. v. 1, n. 1, p. 59-63, jul./dez. 2012. Palhoça, SC.

MARIANI, B. S. C. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1996.

NUNES, S. R. **Práticas de leitura no infográfico eletrônico**: trajetos, tropeços e movimentos. In. DIAS, C. Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013. Consultada no Portal Labeurb – <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/>.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 1990.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

RIBEIRO, A. P. G. A mídia e o lugar da história. **Lugar Comum**. n. 11, p. 25-44, mai./ago. 2010. Rio de Janeiro, RJ.

As potências do prosear com o público de museu de ciências

LUIZ PAULO COSTA E SILVA ¹
DANIELA FRANCO CARVALHO ²

RESUMO

Este artigo apresenta o resultado parcial de uma investigação de mestrado que traz diálogos da literatura, relativa especificamente à pesquisa acadêmica na área de museus de ciência, envolvendo os desafios postos para estes no século XXI em sua relação com o público. Abordamos questionamentos sobre as pesquisas acadêmicas na perspectiva da interatividade em museus de ciências, promovendo provocações sobre a nova tendência de se pesquisar o público por meio do diálogo e de autonarrativas como importantes instrumentos de investigação, no intuito de revelar características desse relacionamento para além do que já está notório nas pesquisas acadêmicas.

Palavras-chave: museus; ciências; experiência museal.

ABSTRACT

This article presents the partial results of a master's research that exposes literature dialogues on the challenges posed to the science museums in XXI century and its relationship with its audience, specifically, related to academic research. Questions about academic research are addressed from the overview of "interactivity" in science museums, promoting shortcomings on the new trend of researching on public through dialogue and self-narratives as an important research tool, therefore using it in order to reveal characteristics of this relationship aiming beyond of what is already notorious in academic research.

Keywords: museums, science, museum experience.

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Federal de Uberlândia.

² Professora do Instituto de Biologia / Programa de Pós-graduação em Educação – UFU.

1. O museu no século XXI

A essência da instituição museu³ e de sua organização se altera com a realidade socioeconômica e responde de acordo com o contexto político, cultural e social. A partir da mudança da concepção de museu ocorrida no século XX, diversas instituições foram formadas na esfera pública, encadeando novos mecanismos e enunciados sobre elementos da cultura. Essas alterações estão relacionadas com transformações em diferentes âmbitos, sendo um deles o modo de apresentar as informações ao público. O âmago de uma exposição em museu de ciência é a divulgação de informações e conceitos científicos por intermédio de aparatos interativos que simplificam a comunicação com o público.

Köptcke (2012, p. 212) faz uma analogia da instituição museu com um camaleão devido às transformações, reinvenções e redefinições que ocorrem durante o seu desenvolvimento e à permanente negociação do seu papel social⁴.

Ao final do século XX, a instituição se inseriu definitivamente no cotidiano das pessoas, afirmando sua vocação pública. No século XXI, a compreensão da instituição museu resulta da sobreposição de papéis. A assimilação das práticas que singularizam o museu nos países ocidentais tem como princípio a oportunidade de o museu passar por intervenções de outras instituições das políticas de Estado e por diversos atores, não só de seu campo específico, como de toda a população. Assim, as relações almeçadas com o seu público funcionam como base de mudanças para a instituição.

Desde o sujeito agricultor de 10.000 a.C. ao “neo-humano virtualizado do século XXI, metade homem, metade *smartphone*” (FERREIRA NETO, 2014), ocorreram transformações na sociedade como um todo, inclusive no processo de ensino-aprendizagem e na relação entre sujeito e objeto. Essa nova forma comunicacional propõe desafios aos museus de ciências que se veem levados a inserir em suas práticas ações para exercer uma museologia que estabeleça uma “comunicação entre o objeto de museu e o visitante” (NASCIMENTO e VENTURA, 2001) melhor e mais efetiva do que em épocas anteriores.

2. Questionamentos sobre a interatividade

Nas últimas décadas, houve um aumento considerável no número de museus de ciência caracterizados com o rótulo da interatividade, defendendo a participação do

³ Em alguns momentos, este artigo não menciona explicitamente sobre qual tipo de museu estaremos tratando. No entanto, deixamos claro que nosso foco são os museus de ciências, e estamos nos referindo a esse tipo de museu a todo momento.

⁴ A instituição museu teve sua gênese no século XV, e passou por diversas alterações até o século XXI. O cerne desta pesquisa perpassa a atualidade. Indicamos o texto “O enfoque educativo no rastro da constituição dos museus de ciências” de Ferreira e Carvalho (2014) [ver dados bibliográficos em Referências] para elucidar a constituição dos museus de ciências durante esse período de tempo.

público como um *a priori* para se alcançar os objetivos propostos pela divulgação científica.

Ainda há, entretanto, questionamentos sobre as características da educação museal e sobre a peculiaridade do funcionamento desses locais, apesar do notório avanço da área. Os museus, em sua abundante variedade de tipos de acervo e estruturas institucionais, contêm infinitudes de práticas educativas voltadas para públicos diversos e com objetivos variados (BERNSTEIN, 1996). Na composição desses discursos, participam o que Bernstein denomina agentes e agências recontextualizadores, responsáveis pela transformação ideológica dos textos educacionais (MARTINS e MARANDINO, 2013, p. 58).

Embora essa tendência tenha sido bastante difundida, ainda há diversas discussões quanto às reais possibilidades lúdicas, educacionais e participativas da interatividade – segundo se entende o conceito e suas metodologias de aplicação em exposições (SOUZA, 2012, p. 10).

Nos estudos sobre divulgação científica em museus, é bastante popular a perspectiva de Jorge Wagensberg (2001) a respeito de três graus de interatividade, evocando as seguintes “emoções”: estímulo ao conhecimento por meio da sensibilização cultural, ou *heart-on*; criação de novos conceitos que tornem inteligível a ciência, por meio de uma postura investigativa, o que ele chama de *minds-on*; e a provocação da curiosidade, denominada *hands-on*. Essas propostas têm sido utilizadas como vias para o uso mais adequado de linguagens interativas, em ações de divulgação voltadas ao diálogo e à troca realmente democrática com o público.

No entanto, na percepção de Souza (2008, p. 74-75), é necessário avançar um pouco mais na proposta de Wagensberg (2001), no intuito de se tornar realmente possível uma interação, mediante uma divulgação científica que colabore para o entendimento da relação enigmática entre sociedade e ciência, proporcionando ao visitante elementos capazes de tirá-lo da posição de mero espectador para assumir papel ativo e de interesse na relação – interesse direto ou indireto.

A autora sugere a adesão de mais três graus de interatividade: *context-on*, com a contextualização dos temas abordados, para o público não sair com a impressão de que as teorias científicas surgem do nada e fora do contexto histórico, cultural, político, social, dentre outros; *social-on*, apresentação de problemas sociais, de maneira a estimular debate sobre as possibilidades de se encontrar solução para eles com base no que oferece o conhecimento tecnológico e científico; e *dialogue-on*, com o estímulo de um diálogo capaz de influenciar a relação entre o visitante e o mundo.

3. Novas perspectivas para a pesquisa sobre a relação dos museus de ciências e o seu público.

Existem, atualmente, muitos estudos dedicados a pesquisa e análise dos artefatos expositivos produzidos em museus de ciências. A relação museu-público tornou-se assunto de interesse nos trabalhos relacionados à área de educação em museus, que começa a se preocupar

“com o alcance, abrangência e a qualidade de ações promovidas pelo espaço museal”, segundo Gruzman e Siqueira (2007).

John Falk (2009) é enfático ao dizer que a experiência museal liga pequenos pedaços de conhecimento. Ele afirma também que os cientistas sociais não costumam unir essas interações, focando apenas em um elemento ou outro. Os indivíduos que visitam museus são tão diversos que congregam variados processamentos mentais, respostas e interpretações.

Claramente, não é possível compreender a experiência museal sem conhecimento das pessoas que vão para o museu. A maioria dos estudos de visitantes de museus apoia-se, sobretudo, em padrões estatísticos. Por isso, os museus têm categorizado os visitantes com base na frequência de sua presença – frequente, infrequente, não-visitante e outros – e sua organização social – grupo familiar, grupo escolar, faixa etária etc. (FALK, 2009, p. 27).

Diante das transformações pelas quais os museus passaram ao longo dos séculos, houve mudanças na compreensão do público de museu e da comunicação com ele. Anteriormente, a avaliação do público ressignificou o museu porque a comunicação utilizada nesses locais tinha base explicativa e argumentativa (divulgação científica, no caso dos museus de ciências), e o público, embora fosse o ator principal, por vezes fica(va) em segundo plano, uma vez que o modelo comunicacional e as pesquisas estavam presos às intenções do museu e ao impacto dessa comunicação na vida das pessoas.

Com a nova museologia, há um movimento que avança para a interação proativa do público, convidando-o a participar e a reelaborar a responsabilidade pela significação do patrimônio cultural.

Cury (2013) argumenta que os museus necessitam avançar nos estudos de recepção e avaliações do público para que a instituição, a educação e a comunicação museológica se desenvolvam e amadureçam suas práticas educativas.

Devem prevalecer, para a efetiva participação e eficácia comunicacional, estudos que aproximem o museu da(s) realidade(s) cultural(is), para compreensão desses contextos onde as mediações culturais acontecem. Dessa forma, a pesquisa de recepção aproxima-se do domínio da museologia, a museologia fornece as bases fundamentais para que os museus se transformem em sintonia com a dinâmica cultural, a educação em museus ganhará outra dimensão, longe das amarras da transmissão do conhecimento, e o educador passará a ser um grande articulador de processos. (CURY, 2013, p. 26).

Colinvaux (2005) ressalta que a experiência museal é vivida pelo visitante, e justamente por isso é importante que ela seja analisada a partir da perspectiva dele, uma vez que é o visitante quem utiliza e dá seu próprio sentido às exposições. Por colocarem o público na

centralidade da vocação institucional, destacam-se estudos destinados para os museus e suas visitas, compondo um diverso campo discursivo pertinente aos diversos atores envolvidos.

Para vários museus, o grupo familiar é a categoria mais utilizada para classificar os seus públicos. “Nós achamos que conhecemos nosso público, mas eu argumentaria que não” (FALK, 2009, p. 28). O visitante não é uma média, e sim um indivíduo; cada um com suas características pessoais. O problema surge quando tratamos o visitante frequente como uma categoria que define diversas pessoas, implicitamente assumindo no processo que todo visitante-frequente seja o mesmo, e que as outras categorias (indivíduos) sejam iguais.

4. A experiência museal e as potências das narrativas

John Falk propõe um novo modelo para apreender a experiência museal. Primeiramente, ele nos alerta que a experiência museal não pode ser descrita somente pela análise do conteúdo do museu ou pelo design de tais conteúdos, nem por medidas demográficas ou pela análise da frequência do visitante, ou ainda pelos arranjos sociais dessas pessoas, pois essas variáveis, apesar de incessantemente utilizadas por investigadores de museus, apresentam resultados limitados ou informações desconexas entre tantas variáveis presentes nessa ação.

O pedagogo espanhol Jorge Larrosa (2004, p. 21) diz que a experiência é o que nos emociona, o que nos toca, nos afeta e o que acontece em nossas vidas. Para ele, o sujeito moderno encontra-se submerso no mundo da informação, do excesso de opinião, da falta de tempo e do excesso de trabalho, e, ao mesmo tempo, esse indivíduo vive superficialmente. E Larrosa (2004) continua: “A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece”. Nesse sentido, o sujeito se expõe à vulnerabilidade e ao risco na construção de seu saber.

O saber da experiência é aquele que se dá entre o conhecimento e a vida humana, ou seja, é o que adquirimos à medida que respondemos ao que nos acontece ao longo da vida. Isso corresponde com a geração do sentido ou do sem-sentido do que nos atravessa:

Por isso, o saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal. [...] O saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna. Não está como o saber científico, fora de nós, mas somente tem sentido no modo como configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade ou, em definitivo, uma forma humana singular de estar no mundo, que é por sua vez uma ética (um modo de conduzir-se) e uma estética (um estilo). (Ibidem, p. 27).

Franco (2013) exprime uma reflexão sobre o ato de visitar museus como acontecimento único na vida do sujeito. Sua investigação teve como objetivo averiguar a interação do público

espontâneo e escolar com os objetos expostos em um museu, tendo como base teórica os conceitos de Mikhail Bakhtin.

O estudo constatou que a conjuntura da visita a um museu de ciências representa um evento único de enriquecimento do sujeito ao contemplar e compreender o objeto exposto em relação à sua existência. Ele encara cada visita a museu como um evento que nunca mais se repetirá na vida do visitante, assumindo o sujeito novas responsabilidades e atitudes a partir da interação com a exposição visitada, podendo conectar-se àquilo que o constitui, por meio da cultura. Franco (2013) observou que essas disparidades não envolvem somente características estatísticas e sociais e os dias de visita, mas elas abarcam também a maneira como os visitantes se apropriam do que eles vivem no museu no momento da visita.

A recepção é um processo que ocorre antes e após a visita ao museu (o que não reduz a responsabilidade dos museus, e sim acrescenta algo na dinâmica cultural). Portanto, é necessário desprender nossa atenção dos “meios para as mediações”, ou dos museus como meios para as mediações culturais que ocorrem no cotidiano das pessoas, pois o fator motivador em qualquer processo educacional é o que o educando já sabe, o que traz de experiências anteriores intra ou extraescolares (MARTÍN-BARBERO, 1997).

Se consideramos a instituição museu em um âmbito cultural, os conhecimentos culturais do visitante teriam de ser o princípio para qualquer ação comunicacional, inclusive para aquelas com intenções educacionais. Se esse local é destinado ao visitante, como é possível o artefato museal congregar o diálogo sem o conhecimento das pessoas que vêm para o museu? “Isto não é apenas sobre o visitante e nem apenas sobre o museu; isto é sobre como essas duas realidades se juntam em uma só. Nesta nova tipologia, nem o visitante e o museu e suas exposições são imutáveis e fixos; cada um são fluidos e mutáveis” (FALK, 2009, p. 36).

McLaren (2000, p. 29) alerta que a teoria educacional e as pesquisas em educação carecem de uma linguagem que compreenda como a experiência é idealizada, legitimada e organizada. Ele propõe desafios às práticas educacionais, alegando que estas necessitam de uma compreensão abrangente da linguagem, da experiência e da identidade.

McLaren (2000, p. 32) afirma que a linguagem constitui e cria realidades, e que por meio delas as construções sociais dos indivíduos são constituídas. Por meio do diálogo, acessamos potentes mecanismos de subjetivação que convidam a uma gama de interpretações e leituras. As palavras representam o nosso pensamento porque a nossa ideia se concretiza com as palavras, ou seja, “palavras não são signos para as coisas, mas, ao invés disso, as coisas são signos para as palavras”. Claro que a linguagem não é uma única fonte de realidade, mas é por meio dela que juntamos as coisas – o sentido e as palavras – e daí criamos o significado. A linguagem, então, pode ser usada para elucidar e reconhecer diferentes leituras do mundo.

Em um movimento inverso ao apresentado pelos estudos de público do museu, com foco no que a exposição conta para o visitante, apostamos no que o público tem a nos contar sobre os seus conhecimentos e sobre o modo como seus conhecimentos dialogam durante sua experiência museal. Por isso, a experiência do visitante tende a ter caráter autobiográfico.

Silva e Mendes (2009, p. 4) relatam que as pessoas são sujeitos das “grandes explicações”. Esse argumento aponta que a (auto)biografia consiste em um instrumento sociológico que consegue garantir a mediação do ato à estrutura, contextualizar uma história individual a uma história social. Nesse sentido, ela constrói um sistema de relações com a possibilidade de uma teoria histórica, concreta e fora do padrão positivista, cuja ação estende-se diretamente no social. Segundo Gussi (2008, p. 8), a abordagem biográfica “(...) constitui uma tessitura de experiências vividas e narradas pelos sujeitos. As suas histórias constroem emoções, reflexões, imagens, pensamentos, desejos e significados acerca de suas vidas – enfim, experiências vividas”.

As narrativas evocam subjetividades, ações e posicionamentos do sujeito. Apesar de tratarem de realidades muito específicas dele, elas utilizam “formas linguísticas convencionais tais como gêneros, estruturas de enredo, linhas de estória e diferentes modalidades retóricas” (GUSSI, 2008). Sendo assim, a narrativa e aqueles que falam e os que ouvem, além do contexto em que a própria história é relatada – tudo isso se confronta com uma base histórico-cultural.

5. Agradecimentos

Agradecemos ao nosso grupo de pesquisa MMuCCE - Mídias, Museus, Ciências, Culturas e Educação, pelo compartilhamento de experiências; e à CAPES, pelo apoio financeiro.

6. Referências

BERNSTEIN, B. **A estruturação do discurso pedagógico**. Classe, códigos e controle. Petrópolis: Vozes, 1996. _____. *Pedagogía, control simbólico e identidad*. Madrid: Morata, Paideia, 1998.

COLINVAUX, D. Museus de Ciências e psicologia: interatividade, experimentação e contexto. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 79-91, 2005.

CURY, M. X. Educação em museus: panorama, dilemas e algumas ponderações. **Ensino em Re-Vista**, v. 20, n. 1, p. 13-28, jan./jun. 2013.

FALK, J. H. **Identity and the Museum Visitor Experience**. Left Coast Press, inc, 2009.

FERREIRA, G. L.; CARVALHO, D. F. O enfoque educativo no rastro da constituição dos museus de ciências. **Revista de Educação Pública**, v. 23 n. 52, 2014.

FERREIRA NETO, H. G. **A posição epistemológica de Norbert Elias e as grandes narrativas: uma mudança paradigmática**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=a48e7b44459db0d4>>. 2014. Acesso em: 15 abr. 2016.

FRANCO, D. Visitas a museus de ciências como acontecimentos únicos. Trabalho apresentado no IX Congreso Internacional sobre Investigación en Didáctica de las ciencias. Girona, 2013.

GRUZMAN, C.; SIQUEIRA, V. H. F. O papel educacional do Museu de Ciências: desafios e transformações conceituais. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**. v. 6, n. 2, p. 402-423, 2007.

GUSSI, A. F. **Reflexões sobre os usos de narrativas biográficas e suas implicações epistemológicas entre a antropologia e a educação**. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 1º e 4 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

KÖPTCKE, L. S. Público, o X da questão? A construção de uma agenda de pesquisa sobre os estudos de público no Brasil. *Museologia & Interdisciplinaridade*. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília**, v. 1, n. 1, jan./jul. 2012.

LARROSA, J. **Linguagem e educação depois de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Ronald Polito e Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTINS, L. C.; MARANDINO, M. Políticas de financiamento da educação em museus: a constituição das ações educacionais em museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência e tecnologia. **Ensino em Re-Vista**, v. 20, n. 1, p. 57-68, jan./jun. 2013.

MCLAREN, P. **Multiculturalismo revolucionário**. Pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 2000.

NASCIMENTO, S. S.; VENTURA, P. C. S. Mutações na construção dos museus de ciências. **Pro-posições**, v. 12, n. 1 (34), p. 126-138, mar. 2001.

SILVA, F. C. R.; MENDES, B. M. M. **(Auto)biografia, pesquisa e formação: aproximações epistemológicas**. 2009. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2009/GT.2/7Francisco%20das%20Chagas%20Rodrigues%20da%20silva.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SOUZA, A. V. S. **A ciência mora aqui: reflexões acerca dos museus e centros de ciências interativos do Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em História da Ciência e Epistemologia do Conhecimento Científico). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SOUZA, D. M. V. Coleções científicas em museus: parâmetros de divulgação e construção de memória. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 7, jul./dez. 2012.

WAGENSBERG, J. Principios fundamentales de la museología científica moderna. **Cuaderno Central**, n. 55, p. 22-24, abr.-jun. 2001.

Todas las voces: o rádio mediando saberes da América Latina

MARIA INÊS AMARANTE ¹

RESUMO

Foz do Iguaçu se situa na fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina, países que compartilham realidades socioeconômicas semelhantes. A fronteira configura-se, entretanto, como território de confluências e intercâmbios de culturas e idealismos da América Latina e Caribe. Essas confluências e intercâmbios circulam na Unila, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, por meio de alunos e professores vindos de todo o continente. A jovem instituição ainda não tem meios de comunicação consolidados, mas busca reafirmar laços comunitários locais. Considerando nossa experiência com rádios comunitárias e educativas, elaboramos, em 2015, o projeto Todas las Voces, a fim de capacitar jovens para a produção de uma rádio-revista sociocultural bilíngue, para veicular atualidades e divulgar ações de extensão da universidade. Enquanto os sistemas de comunicação hegemônicos buscam consolidar comportamentos padronizados, faz-se urgente articular boas iniciativas nesse campo, para que vozes dissonantes encontrem outras formas de serem ouvidas. Segundo Deliberator (informação verbal)², os projetos de extensão “funcionam como uma via de mão dupla com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico”. Este trabalho busca analisar esses aspectos, entre outros: a forma como os participantes iniciaram na rádio a abordagem dos temas que pesquisam e com os quais trabalham e se identificam; a metodologia utilizada; as particularidades da produção digital; a pesquisa de sonoridades latinas. Dos resultados alcançados, ressaltamos o diálogo efetivo de saberes por meio da prática, da mediação e da transmissão e, sobretudo, por meio da interação entre os participantes e a comunidade, da parceria com uma web-rádio jovem, do estímulo à reflexão e à valorização do papel do comunicador como ator e promotor de cidadania. A equipe formada deseja prosseguir com o projeto, e já se articula para servir de multiplicadora junto a jovens interessados em atuar na rádio.

Palavras-chave: rádio; comunidade; interculturalidade; América Latina; mediação.

ABSTRACT

Foz do Iguaçu is located on the triple border of Brazil, Paraguay and Argentina, which shares similar socio-economic reality. However, the triple border is configured as territory of confluences and exchanges of Latin American and Caribbean culture and idealisms. These confluences and exchanges circulate in Unila by means of students and teachers from across the continent. The young institution does not have consolidated media, but seeks to reaffirm local community ties. Considering our experience with community and educational radio, we have elaborated, in

¹ Pesquisadora e professora adjunta da Unila – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Arte e História (Ilaach); curso de letras, artes e mediação cultural. Doutora em comunicação e semiótica pela PUC-SP (2010); Mestre em Comunicação Social pela Umesp (2004).

² Essa afirmação foi apresentada por Luzia Deliberator durante palestra ministrada na UEL no III Simpósio de Comunicação Popular e Comunitária, 2014, em Londrina.

2015, the project *Todas las Voces* aiming young people empowerment to produce a sociocultural bilingual radio-magazine to spread current events and to disseminate the university extension actions. While the hegemonic communication systems seek to consolidate standard behavior, it is urgent to articulate good initiatives in this field in order to dissonant voices find other ways to be heard. According to Deliberator (2014), extension projects “function as a two-way street with traffic ensured for academic community to find, in society, the development opportunity of academic knowledge praxis.” This work seeks to analyze these aspects: how participants started on radio the addressing of issues they research, they work with and with wich they identify themselves; the methodology used; digital production characteristics; Latin sounds research; and others. Among the results achieved, we emphasize effective dialogue among knowledges through practice, mediation and transmission, particularly the interaction between participants and the community, the partnership with a web young radio, encouraging reflection and appreciation on the communicator role as an actor and promoter of citizenship. The formed team wishes to continue the project and is already articulating to serve as a multiplier within young people interested in working at the radio.

Keywords: *radio; community; interculturality; Latin America; mediation.*

1. Introdução

A região da tríplice fronteira tem ganhado feições particulares devido às iniciativas dos países vizinhos. A nova *Ley de Medios* da Argentina³ serviu de estímulo a várias iniciativas de comunicação comunitária e educativa em escolas, como observamos durante o projeto de extensão desenvolvido pela Unila, em 2014, na Escuela Intercultural Bilingue n. 2 de Frontera. No Paraguai, apesar de inúmeros entraves, surgem centros de produção e apoio às rádios comunitárias que trabalham em rede integrativa com inúmeras emissoras no interior daquele país e países limítrofes⁴, sobretudo em língua guarany. Enquanto isso, no Brasil, ainda discutimos, sem avanços, a perspectiva da democratização das comunicações, dominada por interesses de empresas e políticos.

Nesse local se situa a Unila, universidade federal bilíngue, cuja vocação é contribuir para a integração latino-americana por meio de uma educação compartilhada e solidária, que inclui o conhecimento humanístico, científico e tecnológico dos estudantes de diversos países do continente, inclusive do Caribe.

Ao referir-se à educação superior no Peru, Villasante (2007) lembra que, “históricamente, determinados sectores sociales han sido excluidos por razones étnicas, culturales o sociales”. Mas, atualmente, “existe una demanda contínua y ascendente para ingresar em la universidad que alcanza estes setores” (VILLASANTE, 2007, p. 170), o que além de trazer uma diversidade maior, também faz com que haja necessidade de adaptação desses jovens ao meio acadêmico.

Daí pensarmos em uma perspectiva futura voltada para a construção de sociedades sustentáveis no século XXI, de uma “América Latina una e diversa”, conceito utilizado por Gerónimo de Sierra (2008). Para tanto, foi instituído na Unila o Ciclo Comum de Estudos, composto por disciplinas comuns ministradas a todos os estudantes de todas as áreas: língua espanhola para os lusófonos; língua portuguesa para os de expressão hispânica; filosofia e epistemologia voltadas à descolonização dos saberes.

A interculturalidade faz parte desse processo enquanto capacidade de respeitar as diferenças culturais, cuja definição tem por base o respeito e a capacidade de preservar a cultura do outro.

Tal compreensão de interculturalidade serve para ajudar as pessoas a ultrapassarem a rejeição do estranho e do estrangeiro, motivo de numerosos conflitos de territórios e de religiões. Em grupos de trabalho, microcosmos das dinâmicas humanas e culturais, as diferenças são numerosas, abrangendo culturas, saberes, origens, gêneros, condições sociais etc.

³ La Ley 26.522 de Servicios de Comunicación Audiovisual, sancionada em 10 de outubro de 2009, que divide as concessões de meios entre o Estado, empresas privadas e organizações comunitárias (sistema público, privado e sem fins lucrativos).

⁴ Integrantes do coletivo “Voces del Paraguay” (Paraguay).

Tudo isso leva autores latino-americanos como Heise, Tubino y Ardito (1994) a pensarem em interculturalidade como um desafio, isso porque o conceito de cultura engloba muito mais do que manifestações externas e visíveis, como arte e música, atingindo “modos de conceber o mundo, de pensar, de falar, de expressar-se, perceber, comportar-se, organizar-se socialmente, comunicar-se, sentir e valorizar a si mesmo enquanto indivíduo e enquanto grupo” (HEISE, TUBINO y ARDITO, 1994, p. 1).

A linguagem que é usada para demonstrar uma cultura também revela um modelo de comportamento. Assim, não se trata apenas da língua que é utilizada para expressar-se, mas também da concepção das ideias que se expressa.

No caso da rádio, observamos muitas diferenças no modo de transmitir uma mensagem: a atitude, a entonação, os gestos, as pausas, a força elocutiva. Visando o encontro de todos esses elementos, e a necessidade de suprir a falta de um meio de comunicação integrativo, foi pensado o projeto *Todas las Voces*.

2. As TICs e o direito de expressão

Os últimos quinze anos foram marcados por um salto tecnológico trazido pelas TICs – tecnologias da informação e da comunicação que promoveram enormes mudanças no setor, com mídias mundiais que se digitalizaram, consolidaram, desregulamentaram e globalizaram –, seguindo a mudança de direção da regulamentação do Estado para a do mercado, e acentuando o que preconiza Marilena Chauí (CHAUÍ, 1986) sobre a liberdade de expressão, quando reforça que “a noção e a prática da Comunicação de Massa excluem a ideia e a prática da opinião pública”. Entre os motivos expostos, afirma a filósofa que “a opinião pública pressupõe o direito à expressão e o direito à informação (...) mas a Comunicação de Massa subordina a informação às exigências do mercado e do Estado (...)” (CHAUÍ, 1986, p. 2).

Se por um lado parece que o desenvolvimento da comunicação é aberto a todos os que podem acessar várias redes, por outro ele tem constituído uma ameaça à liberdade de expressão devido aos interesses mercadológicos que prevalecem sobre o dever da veracidade, travando o pluralismo informativo. Esse pluralismo está marcado justamente pelo respeito à variedade, ou seja, a uma multiplicidade de opiniões, ideias, formas de pensar, comportamentos, interesses de grupos etc., e pelo reconhecimento de cada indivíduo como ser independente, capaz de usar sua inteligência para refletir sobre diversos acontecimentos.

As novas condições econômicas e culturais permitiram emergir um novo padrão de comunicação baseado na audiência fragmentada, na pluralidade da oferta e de meios – na chamada “convergência digital” –, e aí ocorre uma divisão de trabalho desigual entre vários agentes. Alguns atuam de forma articulada em campos empresariais, trazendo pautas quase unificadas

de uma modalidade nova, denominada “infoentretenimento”, com informações superficiais e sem profundidade. Outros têm dificuldade de acesso a esses novos meios e divulgam, com dificuldade de conquistar espaço e audiência, um outro tipo de informação.

Considerando a complexidade dos sistemas nacionais de comunicação nos diversos países da América Latina, e o fato de a produção comunicacional estar sendo impregnada pela recepção de formatos importados que priorizam esse “entretenimento” (LLOSA, 2013; CANCLINI, 2008) ou o “infotainment” em tempos de globalização, é preciso refletir sobre como esses conteúdos têm sido assimilados para difusão ao público e, ao mesmo tempo, como eles vêm substituindo os conteúdos de cunho regional, e como têm sido universalizados. É igualmente relevante observar o exercício de reflexão crítica sobre eles por parte dos receptores locais. É no espaço das mídias que visualizamos o reconhecimento dos setores comprometidos com o fortalecimento da cidadania (compreendendo cidadania como o reconhecimento da identidade, o direito à livre expressão, à informação, ao acesso aos meios de comunicação, à cultura, às tecnologias que estão sendo utilizadas etc.) e com o direcionamento das políticas públicas que regulam essas ações, inclusive nos novos espaços oferecidos pela mídia digital.

Denis de Moraes (2013, p. 21-23) salienta o domínio de “impérios multimídias”, oligopólios dominantes da infotelecomunicação. Essa concentração criou raízes consolidadas na América Latina, continente com um potencial mercadológico de mais de 500 milhões de consumidores, com programações e produtos vindos do exterior – sem encontrar reservas de mercado em nossos países –, sobretudo no ramo audiovisual. Essas raízes já se infiltraram em tablets, smartphones, palmtops, webcams, telões digitais, netbooks etc., criando dependência dos consumidores aos megaprodutos em diversas plataformas. Os megagrupos são norte-americanos: Disney, News Corporation, Time Warner, CBS etc., e estão presentes em praticamente todos os países, com um acúmulo de U\$ 145 bilhões de dólares, com estratégias comerciais aos moldes de McDonald ou Coca-Cola, apoiadas por bancos internacionais. Essas empresas buscam o lucro absoluto, deslocando produções para barateá-las.

Até a indústria editorial segue os mesmos princípios, com traduções de livros a partir do inglês dominando o mercado (os *best sellers*), em detrimento de uma literatura nacional, gerindo identidades culturais em escala global e criando modelos como os do Bollywood indiano – que já produz para TV, internet, videogames e celulares.

Esses modelos promovem uma “aculturação forçada”, segundo Moraes (2013, p. 37), em que a “diversidade cultural não é negada, mas os traços específicos do contexto são desvalorizados ou desconsiderados”, para não repetir o erro dos colonizadores “eurocêtricos”.

A fim de não mergulharmos no pessimismo e na frustração no campo comunicacional, devemos nos voltar a outros modelos alternativos nascentes, que se manifestam por meio de redes sociais locais e globais, ou, para usar um termo mais contemporâneo, *glocais*⁵.

Nesse aspecto, o Fórum Social Mundial mostrou algumas alternativas. Em sua primeira edição, ocorrida em Porto Alegre, em 2002, ele trouxe novas formas de mobilização em torno da comunicação. E aqui se pode citar o modelo de participação ocorrida nesses fóruns, para mostrar de que modo – numa perspectiva gramsciana – as camadas subalternas vivenciam sua sociabilidade, mostrando que existe um poder transformador da comunicação audiovisual quando todos se juntam para projetar o futuro.

Comitês de mobilização organizaram o primeiro evento do gênero articulando experiências a partir de diversas cidades brasileiras, da América Latina e do hemisfério norte, para construir um espaço de debate democrático de ideias e reflexões. O objetivo era apresentar propostas de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opunham ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital, e a qualquer forma de imperialismo. Essa reunião representou um estímulo a novos protagonismos.

Entre vários temas trabalhados, um deles era “A afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos”, considerando os meios de comunicação como um desses espaços. O acesso aos computadores e à sala de imprensa era democratizado e franqueado aos voluntários. Entre jornalistas de formação e de prática – de todas as ideologias –, o importante era propagar as notícias e os debates que estavam ocorrendo ali para seus países e localidades de origem, em seus respectivos idiomas.

Naquela ocasião, destacaram-se, ainda no início de suas atividades, os correspondentes da ONG internacional “Repórteres sem Fronteiras”, que estimulavam o voluntariado de cada um que pudesse contribuir com seus textos, defendendo a liberdade de expressão.

Redes de rádio promoveram uma transmissão livre que recebia matérias de um estúdio montado precariamente em área aberta do fórum, com animadores que se revezavam para garantir a continuidade da programação, divulgando, a todo momento, contribuições sob forma de entrevistas e reportagens gravadas em fitas cassete. Grupos de mulheres, feministas, ativistas nacionais e internacionais colaboravam aceitando o desafio de produzir, traduzir, comunicar.

Ao final do evento, redigiu-se uma carta de princípios que introduziu na agenda global as práticas transformadoras experimentadas pela sociedade civil, naquele momento especial, na construção de um mundo novo solidário, práticas essas que não foram esquecidas, e mos-

⁵ O termo vem da antropologia cultural para denominar a mistura de culturas globais modernas com as de locais tradicionais. Referindo-se aos meios de comunicação, designa a interação e a dependência do meio global com o local.

traram a face mais importante da mídia, que é ser promotora do desenvolvimento humano no mundo globalizado.

3. O papel da universidade e o projeto Todas las Voces

Nos encontros dos Fóruns Sociais Mundiais também se pode conhecer as inúmeras e boas iniciativas acadêmicas trazidas por projetos de extensão nas universidades públicas e particulares, protagonizadas pelos corpos discente e docente.

Muitas delas se articulavam com movimentos sociais, trazendo uma forma de levar os estudantes a compreenderem o mecanismo de exclusão social e de todas as lutas travadas pela sociedade civil para alterar esse quadro, tanto do ponto de vista dos direitos básicos da população, necessários a uma vida digna, como também do direito à voz, através dos meios de comunicação educativos em colaboração com os meios comunitários.

As rádios educativas e comunitárias, quando apresentam boas programações, têm feito a diferença. É necessário voltar-se ao desenvolvimento social em toda a sua extensão, a começar pela atividade que alia teoria e prática. Essa é a tendência atual na América Latina. No início do ano 2000, nosso continente contava com mais de 300 escolas universitárias de comunicação, com uma população superior a 120.000 alunos, como lembra Manuel Calvelo (apud DAGRON, 2001), em sua maioria formando profissionais para os meios massivos: “Os comunicadores para o desenvolvimento constituem uma espécie rara, a maioria deles corresponde ao perfil de autodidatas provenientes de outras disciplinas que se voltaram para a comunicação por compreender a necessidade de trabalhar projetos de desenvolvimento”.

Contudo, esse perfil já começa a ser alterado: na Universidad Nacional de Quilmes, na Argentina, o Departamento de Ciências Sociais celebra o terceiro ano do curso “Tecnica-tura universitaria en gestion de medios comunitarios”, à distância, dirigido pela Profa. Claudia Villamayor, que promove debates sobre *tecnicatura en comunicación popular*.

O sucesso obtido pela maioria das produções audiovisuais que fazem uso da tradição oral, da literatura e dos hábitos das inúmeras comunidades multiétnicas para desenhar a própria identidade nacional tem demonstrado o caráter brasileiro de voltar-se para suas origens, assumindo a multiculturalidade, alvo de admiração e pesquisa em inúmeros países.

Daí a necessidade de se proporcionar à população uma visão consistente de suas particularidades socioculturais e educativas, por meio de produções embasadas em fontes que revelam a riqueza da diversidade presente em nosso modo de viver contemporâneo.

Também se constata uma preocupação com o caráter urgente de se apresentar, nos meios de comunicação alternativos e educativos, conteúdos sólidos e formas inovadoras de rever, discutir e atualizar questões histórico-culturais emergentes, gerando matérias a partir de

pesquisas realizadas junto às comunidades locais. Essas iniciativas devem levar em consideração a perspectiva de uma divulgação extensa oferecida pelo meio rádio e sua linguagem próxima da oralidade dos povos retratados, suprimindo uma lacuna e realimentando o imaginário popular. As propostas prioritárias têm caminhado rumo a: educação para a comunicação; produção e distribuição de conteúdos, valorização dos meios de comunicação comunitários para acesso a tais conteúdos; e, principalmente, estímulo à comunicação e ao protagonismo social, criando e fortalecendo ações que conjuguem a divulgação da diversidade das manifestações culturais, além de produção e valorização de temas que promovam essa diversidade com a participação de todos, como propõe o presente projeto de extensão.

A união em torno de um programa radiofônico protagonizado por diversas vozes latinas foi idealizada para reforçar e fortalecer esse ideal de intercâmbio e propagação, além de ampliar a perspectiva de desenvolver uma rede de informação alternativa e interativa capaz de envolver outros segmentos organizados da sociedade civil, entre eles ONGs, escolas e universidades. Um programa radiofônico caracterizado como revista tem como meta aplicar os conceitos e princípios do jornalismo que dialogam com diversas áreas da comunicação e do jornalismo, como o “livro-reportagem”, por exemplo. Quando levados para dentro da rádio, eles compreendem a definição de uma linha editorial e de um gênero específico, da diversidade de pauta e de produção, incluindo o processo de entrevistas.

Esses elementos são frutos de um trabalho coletivo envolvente, capaz de criar laços intrínsecos entre os participantes, docentes e discentes. Os alunos que têm a possibilidade de aliar a teoria à prática sentem-se estimulados à iniciação científica e desenvolvem mais facilmente seus projetos, construindo pontes entre a pesquisa e a ação comunitária. Essa forma de trabalhar o saber e o fazer acadêmicos, além de gerar parcerias, transforma a concepção do próprio ensino, encorajando seus atores a implicarem-se nos processos de transformação social geradores de novos saberes.

Assim nasceu o projeto *Todas las voces*: rádio-revista sociocultural e educativa e formação radiofônica comunitária, cujo objetivo principal foi criar um programa que representasse um espaço de participação para qualquer membro da comunidade que expressasse interesse na comunicação social.

Esse espaço começou com um curso de capacitação aos inscritos no projeto, com conteúdos básicos para o trabalho radiofônico, baseado na metodologia participativa que segue o direcionamento teórico-prático, ou seja, no diálogo entre os pares e no estímulo à participação concreta de todos no processo de construção da comunicação democrática. O princípio é que o formador esteja sempre atento à riqueza das relações interpessoais dos participantes para dar mais consistência ao projeto coletivo, que é a democratização do saber e a produção educativa

e comunitária. Para tanto, buscou-se uma interação constante formador/participante, além de ser dada prioridade ao trabalho de grupo e formação de equipes, enriquecidos com o incentivo à participação de todos os implicados no processo da comunicação, atendo-se ao código de ética da comunicação, que preconiza: respeito aos direitos humanos; não promoção partidária e pessoal; direito de expressão de ideias; direito de resposta de todos; e promoção do intercâmbio de experiências entre os comunicadores e profissionais da comunicação.

Esse novo olhar no campo comunicacional implica refletir sobre uma forma de comunicação feita “por” e “com”, e não “para” ou “sobre” uma comunidade ou grupo de pessoas, e ele teve início nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na América Latina, no final da década de 1960, tendo sido praticado por educadores como o grande mestre Paulo Freire. Isso permitiu a elaboração e a aplicação de uma práxis comprometida tanto com a leitura crítica dos meios hegemônicos quanto com a tomada de consciência por parte das classes subalternas, com vistas à sua transformação social (AMARANTE, 2012).

O caráter teórico-prático implica apresentar as principais formas de produção sociocultural em rádio, elaborar matérias radiofônicas e, em seguida, propor exercícios de grupos que são gravados e ouvidos para avaliação e reflexão.

Assim, foram realizadas aulas sobre sociodrama, notícia, comentário, locução, efeitos sonoros, spots, campanhas, vinhetas, rádio-revista, interpretação de textos, com apoio ao bolsista para gravação, sonorização e edição, de forma que todos pudessem integrar uma equipe, aprender e praticar durante as aulas. O trabalho em equipe é fundamental para o desenvolvimento tanto intelectual como convivial, no ato de reconhecer a confiança e a capacidade do outro, de atribuir responsabilidades para que o outro assuma um papel que dê suporte e mais seriedade ao projeto.

Essa formação era realizada todos os sábados à tarde, com o apoio de um bolsista que se ocupou da parte técnica das aulas. No primeiro semestre, houve uma capacitação básica. Já no segundo, os participantes aprenderam a realizar edição digital e utilizar efeitos sonoros através do software livre Audacity, a fim de preparar suas próprias matérias para o futuro programa.

A motivação constante foi, portanto, esta: criar um canal direto entre a comunidade educativa da Unila e os habitantes da cidade de Foz do Iguaçu, pois dessa forma se expunham os saberes adquiridos em sintonia com o desenvolvimento local.

Dos quinze inscritos, de seis nacionalidades e saberes diferentes⁶, provenientes dos países Haiti, Chile, Colômbia, Paraguai, Equador e Brasil, restou uma equipe de oito pessoas,

⁶ Houve participação tanto de estudantes dos cursos de cinema, economia, energias renováveis, segurança alimentar, e letras, quanto de especialistas em saúde, educação e agricultura orgânica.

de quatro nacionalidades, comprometidas com a produção educativo-comunitária bilíngue. O interesse diversificado e a formação dos membros desse grupo trouxeram uma variedade de temas de interesse comum, como “A conferência da Juventude”, “Outubro rosa”, “Novembro azul”, “Desmatamento” e o mês da consciência negra, entre outros. Esses temas serviram como base para entrevistas, comentários, espaços de opinião e discussão, bem como spots e vinhetas.

Como a universidade não tem meios de comunicação próprios, foi criada uma parceria com uma web-rádio local (Radio NewForLife), da associação comunitária de igual nome, para se realizar programa ao vivo. Essa aproximação com o movimento associativo foi fundamental para a consecução do projeto, dando a ele seriedade e valor pelo trabalho realizado, o que possibilitou um espaço de comunicação, informação e difusão de temas de interesse social dirigido às comunidades próximas e distantes, ajudando a difundir os projetos de extensão e a liberdade de expressão das diversas opiniões, sem censura.

4. Considerações

Projetos de extensão como esse acabam por criar, como as rádios comunitárias que aglutinam todo um bairro, um ponto de encontro entre pessoas de diferentes universos e culturas, com atenção voltada para a criação e o desenvolvimento de propostas, de novos projetos e campanhas, de trabalhos comunitários múltiplos e iniciativas que contribuam para uma boa compreensão do ambiente em que acontecem.

Essa união em torno de uma produção também torna relevante o modo como o estudante estrangeiro se sente e é percebido, valorizado por outros grupos culturais com quem está em relação comunicativa horizontal durante seus estudos em outro país, em um encontro de culturas que reagrupa diversas regiões, sem que uma prevaleça sobre outra, como ocorre nos casos relatados anteriormente de aculturação ou submissão, mas aqui favorecendo a integração pelo conhecimento e pelo trabalho conjunto com o “outro” latino-americano. Nesse aspecto, vale lembrar a tese defendida por Édouard Glissant (2005), que parte do pressuposto de que as culturas estão dentro de um processo de relação, diante do fenômeno que denomina crioulização, ou seja, “o encontro de elementos culturais vindos de horizontes absolutamente diversos e que realmente se crioulizam, realmente se imbricam e se confundem um no outro para dar nascimento a algo absolutamente imprevisível, absolutamente novo” (GLISSANT, 2005, p. 18). Essa crioulização vem ocorrendo no mundo inteiro, isto é, as culturas do mundo, colocadas em contato umas com as outras de maneira fulminante e absolutamente consciente – muitas vezes gerando inúmeros conflitos e violências –, transformam-se, permutando-se entre si.

Para além dos conteúdos e temas que extrapolam o universo acadêmico, os participantes descobriram um espaço comunitário integrativo, frequentado por jovens militantes e artistas do movimento hip hop, que foram também estimulados a participar de debates sobre a atualidade a

partir de filmes escolhidos pelos educadores. Em um dos encontros, foi projetado o filme *Uma onda no ar*, dirigido por Helvécio Ratton, sobre a história da Rádio Favela. Ao final, uma calorosa discussão no grupo serviu para revelar que tais jovens sentem falta de espaço nos meios de comunicação, mas estão satisfeitos em poder participar de uma web-rádio.

O contato com as tecnologias de informação e comunicação por parte desses jovens é algo bastante corriqueiro, pois eles fazem uso de um aplicativo para ouvir a Rádio NewForLife. Como lembra Sakamoto (2013, p. 95), essas tecnologias “são ferramentas de construção e reconstrução da realidade”, com as quais eles inventam, articulam e sentem que podem mudar algo. O importante é direcioná-los para uma participação social ampliada e para o direito à internet gratuita extensiva a todos os membros da comunidade.

Grande parte da juventude não conhece “o valor das lutas que trouxeram a sociedade até aqui” (SAKAMOTO, 2013, p. 99), e pode parecer que a continuidade de um programa como o *Todas las Voces* não faça muita diferença. Mas se houver integração a uma equipe motivada, como a atual, seguramente a aproximação com esses jovens irá estimular o comprometimento deles com a comunicação participativa e o desejo de colaboração, de troca de saberes e cultura como parte desse processo.

5. Referências

AMARANTE, M. I. Rádio comunitária na escola: adolescentes, dramaturgia e participação cidadã. São Paulo: Intermeios, 2012.

AMARANTE, M. I.; VILLALVA, M. R. F. Radioescola e integração comunitária na tríplice fronteira. Trabalho apresentado no IV Congreso Internacional del Conocimiento, 2015.

CANCLINI, N. G. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CHAUÍ, M. Imprensa e democracia (6). *Folha de S. Paulo*, 30/06/86, p. 2.

DAGRON, A. G. **Haciendo Olas**. Histórias de comunicación participativa para el cambio social. New York: The Rockefeller Foundation, 2001.

HEISE, M.; TUBINO, F.; ARDITO, W. **Interculturalidad, un desafío**. CAAP: Lima, 2. ed., 1994, p. 7-22.

CAIRO, H.; SIERRA, G. de (compiladores). **América Latina, una y diversa: teorías y métodos para su análisis**. Costa Rica: Alma Mater, 2008.

GLISSANT, E. **Introdução a uma poética da diversidade**. Trad. Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

Ley 26.522 de Servicios de Comunicación Audiovisual da Argentina, sancionada em 10 de outubro de 2009.

LLOSA, M. V. **A civilização do espetáculo**. Tradução: Ivone Benedetti. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013 (Coleção Crítica e Ensaios).

MORAES, D. de. *Sistema Midiático, mercantilização cultural e poder mundial*. In: MORAES, D. et al. **Mídia, poder e contrapoder**. Da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p. 19-52.

SAKAMOTO, L. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, E. **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 95-100.

VILLASANTE, M. La diversidad sociocultural y la equidad educativa en la UNSAAC. In: ANSION, J. et al. **Educación en ciudadanía intercultural**. Experiencias y retos en la formación de estudiantes universitarios indígenas. Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú; Red Internacional de Estudios Interculturales de la Pontificia Universidad Católica del Perú; Universidad de la Frontera (Chile), 2007.

Jornal do interior, objeto e fonte: o Diário de Notícias

NAYARA KOBORI ¹

RESUMO

No presente estudo, pretendemos articular o uso metodológico dos jornais impressos enquanto fontes para o conhecimento, assim como objetos de pesquisa nas investigações em comunicação. O objetivo é compreender como essa relação se dá na imprensa interiorana, que tem singularidades que a diferenciam dos veículos de comunicação das grandes metrópoles. A exploração do campo jornalístico parte das análises textuais das mensagens, encaradas como produtoras de significados e intencionalidades, que são parte do processo comunicativo, pensando a imprensa como representação de uma parcela social. Os órgãos de comunicação também são vistos como órgãos de poder, colaborando para afirmar a escolha da imprensa escrita como fonte de estudo das ciências humanas e sociais. O uso da imprensa escrita como fonte de pesquisa teve início no século XX, quebrando a antiga tradição positivista e propondo novos modelos científicos de investigação. A utilização dos impressos como fonte documental – neste caso, análise da imprensa escrita – enuncia discursos e expressões que levam em consideração as subjetividades e que também ressignificam abordagens políticas e culturais. O corpus deste trabalho é o periódico Diário de Notícias, de Ribeirão Preto, interior paulista, em 1960. O matutino era dirigido pela arquidiocese do município, tendo grande circulação na região. A escolha do recorte temporal deve-se às inúmeras discussões políticas do período, que contribuíram para enriquecer a pesquisa. Ao voltarmos nosso olhar para o interior do Brasil, é possível perceber novas culturas e especificidades que também são partes da identidade nacional. Assim, podemos vislumbrar as conjunturas dos comportamentos e as práticas sociais mediadas pelo jornalismo, e colaborar para o diálogo sobre novas perspectivas de estudos científicos na área da comunicação, bem como sobre o emprego da metodologia jornal como objeto e fonte na produção e difusão científica no campo comunicacional.

Palavras-chave: *jornalismo; fonte; objeto; interior; Diário de Notícias.*

ABSTRACT

In this study, we articulate the methodological use of newspapers as both source of knowledge and object of research in communication. The goal is to understand how this relationship occurs in provincial press, which has singularities that differ from printed press in large cities. The exploration of journalistic field begins with messages' textual analysis, provided that messages are seen as meanings and intentions producers, and part of the communication process. We think about press as representation of social share. Media is also seen as a set of power organs, helping us to affirm the choice of print media as source of studies of Humanities and Social Sciences. The use of print media as a source began in the 20th, breaking the old positivist tradition and proposing new scientific research models. This use sets out the speeches and expressions, which take into account subjectivities and reframe political and cultural approaches through print media analysis. The corpus is the newspaper Diário de Notícias, from Ribeirão Preto,

¹ Universidade Estadual Paulista (Unesp).

São Paulo, in 1960. The newspaper was led by county archdiocese, having general circulation in the region. We choose this time frame because of the numerous political discussions that took place by that time and contributed to enrich the research. As we return our gaze into Brazilian countrysides, we can see new cultures and characteristics, which are also part of national identity. Thus, we can view the junctures of behaviors and social practices mediated by journalism and we can collaborate on dialog about new perspectives of scientific studies in communication, as well as clarify how is the job of newspaper methodology as object and source in the production and scientific dissemination in communicational field.

Keywords: *journalism; source; object; countryside;* Diário de Notícias.

1. Introdução

As pesquisas que abarcam a questão do jornal enquanto fonte de consulta e objeto de estudo estão, geralmente, ligadas à perspectiva histórica da comunicação. São notáveis os trabalhos de Ribeiro (2007), Abreu (2000), Kushinir (2004) e Barbosa (2013). O que nos chama a atenção para esses estudos é a capacidade de síntese que comportam, visto que englobam a história da comunicação de forma ampla, em contextos generalizados. Para exemplificar, destacamos dois deles. Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) nos traz a modernização dos periódicos do Rio de Janeiro (RJ) nos anos 1950, e Marialva Barbosa (2013), como já explicita o título de sua obra, *História da comunicação do Brasil*, faz um levantamento de como se deu o desenvolvimento de uma parcela significativa dos jornais brasileiros. Há ainda outros estudos de igual relevância, como é o caso do pioneiro Nelson Werneck Sodré (1983) e sua obra *História da imprensa no Brasil*.

Nota-se um interesse crescente pelos estudos em história da comunicação e história da mídia na pesquisa acadêmica no Brasil, fato que levou à criação de grupos de trabalho (GT) específicos sobre o tema. É o caso do GT História da Comunicação, criado em 2009 para integrar o Núcleo de Estudos em Jornalismo, da rede Intercom (Estudos Interdisciplinares da Comunicação). Segundo a Enciclopédia Intercom (2010), o grupo objetiva discutir conceitos sobre história da comunicação e do jornalismo, debatendo: como se dá a periodização da narrativa histórica no âmbito jornalístico; estudos comparados sobre o jornalismo português e o brasileiro (no período colonial); estudos específicos de jornais em determinados recortes temporais; modos de produção jornalística ao longo dos anos; desenvolvimento do jornalismo; e outras pesquisas que relacionam comunicação, história e jornalismo.

Pensar a tripla relação supracitada implica adotar um posicionamento multidisciplinar para compreender os diversos fenômenos que cercam as práticas sociais. Somos contra as representações monolíticas e fragmentadas, e respaldamos nosso estudo na ideia de complexidade de Edgar Morin (2005), com o objetivo de resgatar a totalidade do conhecimento, aceitando que todas as teorias têm interconexões entre si.

Em termos metodológicos, o que nos mostram os trabalhos desenvolvidos em história da comunicação e da mídia é o uso da imprensa como fonte de consulta histórica e, muitas vezes, também como objeto de estudo. Encontramos esse viés de análise principalmente em pesquisas monográficas e em dissertações acadêmicas, tendo em vista os estudos que abordam as características de um determinado veículo, inserido em contextos sociotemporais específicos, os quais nos ajudam a compreender a representação de uma parcela social.

Barbosa e Ribeiro (2009) defendem que esse tipo de análise voltada a um objeto em particular, apesar de importante, gera um déficit nos trabalhos de síntese, destinados a

desenhar um espaço mais amplo da história da comunicação no Brasil. Ora, não negamos que o desenvolvimento de trabalhos mais generalizados é de fundamental importância para consultas bibliográficas e, conseqüentemente, para promover a compreensão da trajetória da imprensa no País e suas implicações. Entretanto, tais obras demandam fôlego e tempo, levando assim os pesquisadores a optarem pelo estudo de um objeto específico, o que consideramos tão importante quanto os trabalhos de síntese.

Nesse sentido, a pesquisa aqui compartilhada caminha na intenção de mostrar a complexidade de nosso objeto de estudo, o *Diário de Notícias* (DN), por meio de sua relação com a sociedade de Ribeirão Preto (SP), dispondo de considerações sobre o jornalismo regional, a micro-história e o próprio uso do objeto como fonte, em uma adoção metodológica própria de estudos de história e comunicação.

Dividimos o artigo em três partes: primeiro, vemos as dimensões dos termos “fonte” e “objeto”, e como se desenrolou a pesquisa com a imprensa ao longo dos anos. Posteriormente, tratamos da questão do jornalismo regional, também conhecido como jornalismo de interior, local ou de proximidade. Por fim, fazemos uma breve descrição do *Diário de Notícias*, focalizando os anos de 1960, período em que se concretiza nossa análise. Desse modo, traçamos não apenas o perfil do jornal, mas toda a complexidade que envolve o fenômeno estudado, reconstituindo parte importante da história local, bem como da história da comunicação e da mídia.

2. Jornal: fonte e objeto

Pensar o jornal como objeto e fonte de pesquisa é considerar as dimensões que esses termos têm. Assim, passamos a entender o jornal como fonte histórica, no sentido de documento ou registro produzido em determinado contexto espaçotemporal, que servirá de base para a construção do conhecimento histórico (PÁDUA, 2016). Já na questão do objeto, a Enciclopédia Intercom de Comunicação (2010) nos diz que o jornal pode ser entendido como material de estudo e, no campo comunicacional, ele compreende diferentes origens, que vão desde o telégrafo, passando pela imprensa escrita, sonora a audiovisual, chegando até a internet. Ter o jornalismo como objeto de estudo é compreender como se dá a mediação dos meios no processo histórico, em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais (ENCICLOPÉDIA INTERCOM DE COMUNICAÇÃO, 2010).

Bezerril (2011) argumenta que o uso da imprensa como fonte documental era renegado no início da pesquisa histórica, que só se utilizava de documentos oficiais, bem como pregava o pensamento positivista anterior ao século XX. A partir de 1930, com a Escola dos Annales, os jornais passaram a ter um papel de consulta nas pesquisas. Mas, foi em 1960 que os adeptos da Nova História aprofundaram o que diziam os membros de tal escola, considerando que

os mais diferentes objetos escritos poderiam ser indicadores de acontecimentos (ALVES & GUARNIERE, 2007).

Assim, os periódicos passaram a ser vistos como representantes de ideologias e de interesses políticos, e foi a partir da década de 1970 que essa característica deixou de ser considerada como algo negativo, e foi incorporada aos estudos acadêmicos como mecanismo de representação de uma determinada realidade social. A imprensa propiciou a ampliação de fontes para o pesquisador, mas a principal contribuição foi a possibilidade de “verificar e conhecer, dentre outros, as transformações das práticas culturais, os comportamentos sociais de uma referida época, as manifestações ideológicas de certos grupos, a representação de determinadas classes” (BEZERRIL, 2011, p. 3).

Capelato (1998) afirma que os jornais integram a vida cotidiana das pessoas, o que permite ao pesquisador captar as práticas sociais, os costumes e o folclore da sociedade, além dos interesses de determinados grupos. E Ribeiro (2000) completa ao evidenciar que a mídia é o local da memória nas sociedades contemporâneas – o jornal ocupa lugar institucionalizado de fala, o que leva os fatos cotidianos ao patamar de fatos históricos. Esse “poder” da imprensa de transformar o dia a dia em história é visto pela pesquisadora como fruto do desenvolvimento do jornalismo informativo que, seguindo as técnicas de objetividade, neutralidade e imparcialidade, cria a ilusão de “espelho da realidade”. Isso aproxima o fato jornalístico do histórico, pela sua capacidade de transformação social.

Entretanto, é preciso adotar alguns cuidados metodológicos ao tomar os jornais como fontes históricas. Conta-nos Luca (2005) que, em primeiro lugar, devemos levar em consideração não apenas as mensagens, mas também os aspectos gráficos que compõem o veículo. Para a pesquisadora, é nas páginas dos exemplares que se percebe a evolução tecnológica ao longo da história, que vai desde os prelos até a impressão eletrônica. A mesma coisa pode-se dizer em relação à evolução da escrita jornalística e do fotojornalismo (LUCA, 2005). A autora também defende que olhar os jornais como fonte histórica é considerar os meios de produção da época, as formas de circulação da mídia e as relações entre o mercado e o público, inseridos em espaços socioculturais determinados, que situam a fonte consultada.

Pelo exposto até o momento, entendemos que a nossa pesquisa busca no jornal *Diário de Notícias* a fonte histórica para perceber como se davam as relações do periódico com a sociedade em que ele atuava, bem como a manifestação do pensamento da instituição social a que ele pertencia, no caso, a arquidiocese católica do município. Nossa pesquisa tem, conseqüentemente, a fonte também como objeto, característica que aproxima ainda mais o estudo da comunicação com o de história. O trabalho que fazemos vai ao encontro do que diz Hohlfeldt (2011), quando afirma que a leitura de jornais antigos obriga nossos olhos contem-

porâneos a compreender os princípios que nortearam tais publicações, não com a pretensão de aplicar os conceitos atuais ao jornalismo do passado, mas sim colocando-nos na interpretação histórica.

3. O jornalismo do interior

A imprensa local tem o compromisso com o seu território geograficamente localizado e com as pessoas que ali habitam (CAMPONEZ, 2002, p. 19). É nos diários locais que o morador da cidade buscará as informações que interessam para seu cotidiano, em uma linguagem acessível e particular (LOPES, 1998). A proximidade com o público, o espaço disponibilizado para abordar questões locais e regionais e o papel de fiscalizador da coisa pública atribuem ao jornal local e regional relevância suficiente para ser objeto de estudo científico tão importante quanto o jornalismo de massas e a imprensa das grandes capitais (COLUSSI, 2005).

De acordo com Fernandes (2013), há uma relação de cumplicidade entre o leitor e o veículo de comunicação, em que estaria subentendida a busca pela informação local. Há uma profunda interação entre leitor e mídia, que ultrapassa a situação de estar meramente atualizado e informado, possibilitando a participação do leitor no fato veiculado (FERNANDES, 2013), a qual é relatada por Vicente (2010) como sendo um meio facilitador de cidadania, uma vez que trata diretamente de temas relacionados com o público, permitindo que este partilhe do desenvolvimento regional. O papel da imprensa local é tornar públicas as decisões, as reivindicações, e os demais acontecimentos ocorridos na região, o que torna o jornal do interior a principal fonte de informação, sendo o melhor ponto de encontro para aqueles que desejam comprar e para aqueles que desejam vender uma ideia (VICENTE, 2010).

É nessa linha que Dornelles (2005) constrói o argumento de que a filosofia do jornal interiorano tem como aspiração voltar-se para a comunidade e ouvir seus anseios e reivindicações, formando um órgão que vai na contramão da grande mídia, para atender às necessidades particulares do espaço urbano em que está inserido. A autora diz que é o localismo o grande condicionante da circulação das folhas impressas, criando elos com a comunidade – fato que aproxima a mídia local das práticas comunitárias, resultando em “manifestações de compromimentos sociais de ambas, em maior ou menor grau, e na disseminação da diversidade cultural, através da mídia local e comunitária” (DORNELLES, 2005, p.1).

Essa breve apresentação do jornalismo regional nos dá subsídios para vislumbrar os contornos do rosto da imprensa local. A aproximação desse modelo de jornalismo com a história cria um campo de reflexão e convergência. Jornalismo e história não são, de forma alguma, excludentes; eles se complementam quando utilizados em conjunto, de forma a contribuir para realimentar a ideia de complexidade de Morin (2005). Assim, poderemos vislumbrar a inserção

local na corrente histórica, percebendo em que medida também há o diálogo com os acontecimentos internacionais, nacionais e regionais.

4. Diário de Notícias: o jornal dos padres

O *Diário de Notícias* nasceu em 1º de julho de 1928, pela ação de José da Silva Lisboa, permanecendo em mãos de leigos até 1944, quando foi comprado pela Cúria Arquidiocesana de Ribeirão Preto (SANT'ANA, 2010). De início, o matutino seguia uma linha editorial agressiva contra o comunismo, reproduzindo os discursos da Guerra Fria e publicando duras críticas aos regimes de esquerda.

De acordo com Carneiro Júnior (2002), em 1953 o periódico assumiu como linha editorial os princípios adotados pela Ação Católica, em grande parte pela interferência do arcebispo D. Luís do Amaral Mousinho².

A partir de 1957, o DN seguiu uma postura preocupada com as questões sociais. A arquidiocese deu início às campanhas que visavam à emancipação do homem, principalmente no que concerne ao trabalhador rural. Vendo necessidade de discutir soluções justas para os camponeses, de acordo com as pregações do Evangelho, o DN aparecia como divulgador desses princípios e informativo de ações eclesiais.

O diretor do periódico era o Pe. Celso Ibson Syllós, conhecido também como líder da Frente Agrária Paulista, movimento que tinha como objetivos sindicalizar o homem da roça e fomentar sua consciência crítica pela metodologia de Paulo Freire³. O DN foi se politizando cada vez mais, com editoriais que condenavam “os maus patrões que exploram em demasia seus trabalhadores, suscitando grande reação dos proprietários rurais” (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 15). Para Correia (2008), os anos de 1960 – época em que o DN tinha uma tiragem de quase 8.500 exemplares, circulando não apenas em Ribeirão Preto, mas também nos municípios adjacentes – foram os mais conturbados do veículo, e culminariam com seu fechamento pelos militares logo após o golpe de 1964. O padre identificava seis características principais do *Diário*, evidenciando seu caráter como:

- ser **denunciador** das injustiças sociais, mormente as cometidas contra os trabalhadores rurais;

² Dom Luís do Amaral Mousinho foi arcebispo de Ribeirão Preto de 1952 a 1958.

³ O educador Paulo Freire desenvolveu um método de alfabetização para jovens e adultos baseado no processo de emancipação e conscientização social. Mais do que ensinar iletrados a ler e escrever, o professor acreditava que a partir da leitura era possível compreender o mundo e, dessa forma, questionar o sistema em que estamos inseridos. Em obra clássica, *A pedagogia do oprimido* (1987), Paulo Freire destaca que só no momento em que os oprimidos se libertarem poderão libertar seus opressores e, assim, a hegemonia e a estrutura de poderes seriam contestadas. O uso de metodologia de Paulo Freire no *Diário de Notícias* dialoga com os objetivos do periódico, que criticava a organização social e política vigentes, promovendo a emancipação dos homens em relação ao sistema, por meio da alfabetização e da conscientização.

- ser **defensor** dos trabalhadores, principalmente rurais;
- ser **defensor** dos sindicatos, principalmente rurais;
- ser **defensor** da reforma agrária;
- ser **defensor e promotor** da alfabetização popular pelo “método Paulo Freire”;
- ser **defensor e promotor** da participação popular, principalmente da área rural e, nessa, a do volante (“boia-fria”) (CORREIA, 2008, p. 591).

No início de abril de 1964, o jornal deixou de circular a mando dos militares locais. Pe. Celso foi perseguido pela polícia e difamado pela sociedade como “agitador comunista”, o que o levou a fugir de Ribeirão Preto.

Em termos gráficos, o jornal se organizava em formato *standard*, com número de páginas que variava de 6 a 12, com edições extras. O matutino tinha contato direto com a *Associated Press United*, assessoria de imprensa internacional que mandava releases de notícias geralmente publicadas na primeira página do jornal. Os editoriais ficavam por conta do editor Pe. Celso, que os escrevia em uma coluna própria, chamada *Nosso Comentário*. A terceira página era reservada a notícias do clero de Ribeirão Preto, juntamente com propagandas de serviços de terceiros. A quarta página continha notícias sobre cinema, livros e outros assuntos culturais. Na quinta, o esporte aparecia no noticiário, sendo destaques os campeonatos regionais. Por fim, a última página aparecia com temas sobre a administração municipal, em pequenas notas políticas e econômicas, seguidas, por vezes, de textos de opinião.

5. Considerações finais

A intenção do artigo é pontuar considerações que regem o uso metodológico dos jornais como fonte e objeto de pesquisa, nos estudos sobre história da comunicação. Devemos pensar a imprensa como uma representação social, que permite diálogos com o público, interagindo de forma significativa na sociedade. No caso dos jornais do interior, essa relação torna-se mais próxima, devido ao seu caráter geográfico, fazendo do veículo de comunicação não apenas uma plataforma informativa, mas também um riquíssimo espaço de colaboração e incitação da participação popular.

A divisão que seguimos em nosso texto é uma construção lógica: primeiro, enfocando as dimensões dos termos “fonte” e “objeto”, para posteriormente aplicá-los em nível regional. Nesse primeiro momento, notamos que a consulta aos jornais como fontes de pesquisa é um acontecimento recente, e leva em consideração os significados e as intencionalidades por trás das mensagens. Em seguida, prosseguimos com as considerações sobre o jornalismo regional e suas características, demonstrando a proximidade com o público e como ele está inserido na sociedade de uma forma diferenciada. Por fim, contextualizamos o matutino estudado,

inserindo-o em práticas sociais datadas em um espaço-tempo recortado, como forma de compreender o comportamento de nosso objeto de estudo.

O *Diário de Notícias* mostrava-se um veículo singular e representava o posicionamento de um importante grupo, a Igreja Católica. Desse modo, o que dissemos sobre o jornal aparecer como fonte de consulta histórica está situado nessa afirmação, pois além de analisar as mensagens transmitidas pelo impresso, também apontamos interlocuções sociais. No caso de nosso objeto, vimos que ele está adequado a uma postura progressista católica, que atuou contra o golpe civil-militar de 1964, indo na contramão das pregações da Igreja Ultramontana.

A análise do jornal contribui para se escrever mais uma página da história regional, inserida na lógica da história nacional. Ela nos permite, também, compreender a influência da imprensa nos segmentos sociais e saber como se dá esse processo, tanto no âmbito comunicacional quanto no âmbito social. O pequeno esboço que apresentamos aqui abre brechas para futuras releituras e pesquisas, que podem contribuir ainda mais para as discussões sobre história, jornalismo e sociedade.

6. Referências

ABREU, A. A. de. **A modernização da imprensa (1870-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ALVES, F. L. & GUARNIERE, I. L. A utilização da imprensa escrita para a escrita da História: diálogos contemporâneos. In: **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**. Brasília, v.1 n.2 p.30-53, ago./nov.2007.

BARBOSA, M. C. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARBOSA, M. C. & RIBEIRO, A. P. G. “Combates” por uma história da mídia e do jornalismo no Brasil. **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/INTERCOM**. Curitiba, 2009.

BEZERRIL, S. da S. Imprensa e política: jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão. **II Simpósio de história do Maranhão oitocentista**. Uema. São Luís, 2011.

CALONGA, M. D. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da História? In: **Revista Comunicação & Mercado**. v. 1. n. 2. UNIGRAN. Dourados – MG, nov. 2012.

- CAMPONEZ, C. **Jornalismo de proximidade**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2002.
- CAPELATO, M. H. R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.
- CARNEIRO JÚNIOR, M. **Sociedade e política em Ribeirão Preto: estratégias de dominação (1960-1964)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Franca: 2002.
- COLUSSI, J. **Jornalismo regional e construção da cidadania: o caso da *Folha* da região de Araçatuba**. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – FAAC, Bauru, 2005.
- CORREIA, Pe. F. de A. **História da arquidiocese de Ribeirão Preto (1908-2008)**. Brodowski: edição do autor, 2008.
- DORNELLES, B. Imprensa local. In: **Documentos básicos – Mídia Cidadã**. Seminário WACC/UNESP/METODISTA. São Bernardo do Campo. 28 a 30 de novembro de 2005.
- Enciclopédia Intercom de comunicação**. v. 1. – São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010.
- FERNANDES, M. L. A proximidade como valor-notícia na imprensa do interior. In: ASSIS, F. (Org.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GALVES, M. C. “Pequena Imprensa” e poder político: pensando os jornais locais como objeto e fonte de pesquisa. In: **Revista Outros Tempos**. v. 1. n. 1. 2004.
- HOHLFELDT, A. Perspectivas e desafios para compor uma história da imprensa: o que o pesquisador precisa saber e a que se deve dispor. In: LOSNAK, C. J. e VICENTE, M. M. (Org.). **Imprensa e sociedade brasileira**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- KUSHINIR, B. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004.
- LOPES, D. F.; COELHO SOBRINHO, J.; PROENÇA, J. L. (Org.). **A evolução do jornalismo em São Paulo**. São Paulo: Edicon: ECA/USP, 2ª ed., 1998.

LUCA, T. R. **A história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MORIN, E. **Educação e complexidade, os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2005.

PÁDUA, A. F. **“A Notícia”**: um retrato do jornalismo rio-pretense nos anos de 1950. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – FAAC, Bauru, 2016.

ROCHA, P. M. & ZAUITH, G. A história da consolidação da imprensa do interior no contexto da *Belle Époque* Paulista. In: **Revista Interin**. Curitiba. v.11. n.1. jan/jul 2011.

RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: e-papers, 2007.

SANT’ANA, A. M. **Imprensa, educação e sociedade no interior paulista: Ribeirão Preto (1948-1959)**. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – UNESP, Araraquara: 2010.

SILVA, M. P. & FRANCO, G. Y. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. In: **Revista História & Reflexão**. v. 4. n. 8. UFGD. Dourados – MG, jul/dez. 2010.

SODRÉ, N. W. **A História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1983.

VICENTE, M. M. Comunicação local e cidadania. In: VICENTE, M. M.; ROTHBERG, D. (Org.). **Meios de comunicação e cidadania**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 59-80.

Rodas de curiosidade: a utilização de textos de divulgação científica nos anos iniciais

SUSELI DE PAULA VISSICARO ¹

SILVIA FERNANDA DE MENDONÇA FIGUEIRÔA ²

RESUMO

Há um consenso entre diferentes pesquisadores sobre a importância do ensino de ciências na formação do cidadão e sobre as dificuldades que muitos professores apresentam, sobretudo aqueles que lecionam nos anos iniciais do ensino fundamental, de aproximar os alunos do universo da ciência de maneira significativa e interessante. As crianças são naturalmente curiosas e também mais receptivas às ideias relacionadas à ciência. No entanto, os livros didáticos, por vezes, contêm erros conceituais ou apresentam a ciência enquanto verdade absoluta, em textos cuja leitura nem sempre é agradável ou interessante. Nesse sentido, acreditamos que a roda de curiosidade, enquanto estratégia didática, pode vir a ser o caminho para essa aproximação por meio do trabalho com a leitura. Acreditamos que a leitura de textos de divulgação científica por alunos do ensino fundamental deva realizar-se por meio de atividades instigantes e interessantes. Assim, o objetivo deste estudo é analisar se as rodas de curiosidade se configuram como estratégia eficiente para aproximar a ciência dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, por meio do trabalho com textos de divulgação científica. Foram realizadas rodas de curiosidade com alunos após uma atividade formativa com professores dos anos iniciais. Os dados coletados por meio de diferentes técnicas serão analisados de forma interpretativa, dialogando com referenciais teóricos de CTS (ciências, tecnologia e sociedade), sendo que o estudo se encontra inserido em um projeto maior de pesquisa sobre estratégias didáticas para o ensino de ciências.

Palavras-chave: divulgação científica; roda de curiosidade; anos iniciais; ensino de ciências.

ABSTRACT

There is consensus among different researchers on the importance of science teaching in citizens' training. The difficulties for many teachers, especially those who teach in the early years of elementary school, is to bring students the world of science in a meaningful and interesting way. Children are curious by nature and more receptive to ideas related to science. However, textbooks sometimes contain misconceptions and show present science as absolute truth, in texts whose reading is not always pleasant or interesting. We believe that curiosity circle, as a teaching strategy, could be the way to this approach by working with reading. We believe that reading scientific dissemination texts at elementary school must be carried out through exciting and interesting activities. This study's objective is to know if curiosity circle is an effective strategy to bring closer students and science, by giving scientific texts to students in the early years of elementary school. Curiosity circles were carried out with students after a training

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática (Pecim) da Unicamp, e professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública municipal.

² Professora Titular na Faculdade de Educação/Unicamp. Professora do Pecim.

activity with teachers of the early years. The data collected through different techniques will be analyzed interpretively, dialoguing with theoretical frameworks of STS (science, technology and society). This study is inserted in a larger research project on teaching strategies for science teaching.

Keywords: *scientific divulgation, curiosity circle, early years, science teaching.*

1. Introdução

Vivemos atualmente na era da informação, mediados pela ciência e tecnologia, em um ambiente onde tudo se encontra a um clique de distância. Constantemente, somos chamados para nos posicionarmos a respeito de determinados assuntos, ou mesmo a participar de certos debates e discussões coletivas, para além do senso comum. Precisamos, então, estar informados, e, nesse sentido, compreendemos que ciência e tecnologia são elementos importantes na sociedade contemporânea, os quais estão presentes na vida cotidiana da população.

A apropriação de conhecimentos científicos e tecnológicos por parte da população, feita de modo a garantir sua participação efetiva nas discussões acerca de ciência e tecnologia, compreende “[...] instrumentá-la para a formação de opinião e para a ação fundamentada” (MALACARNE, 2009 apud VISSICARO, 2014, p. 25), havendo consenso entre diferentes pesquisadores sobre a importância do ensino de ciências na formação do cidadão e também sobre as dificuldades que muitos professores apresentam, sobretudo aqueles que lecionam nos anos iniciais do ensino fundamental, de aproximar os alunos do universo da ciência de maneira significativa e interessante.

É sabido que as crianças são naturalmente curiosas e também mais receptivas às ideias relacionadas à ciência, principalmente aquelas ideias apresentadas nos anos iniciais do ensino fundamental. No entanto, constitui um desafio para o professor polivalente abordar os conteúdos das ciências durante as aulas, tendo como referência principal o livro didático, que por vezes apresenta erros conceituais ou mostra a ciência enquanto verdade absoluta, em textos cuja leitura nem sempre é agradável ou interessante.

Nesse sentido, inserido em um projeto maior de pesquisa que busca discutir estratégias didáticas para o ensino de ciências, o presente artigo apresenta um relato de experiência com *rodas de curiosidade*, para aproximar o aluno das ciências por meio da leitura de textos de divulgação científica.

2. A leitura de textos de divulgação científica por crianças

Os professores dos anos iniciais do ensino fundamental, em geral, têm pouco conhecimento sobre conteúdo de ciências, limitados muitas vezes pela formação generalista que receberam e pelo pouco investimento nessas áreas em programas de formação de professores (isso se deve ao fato de que o investimento é maior em letramento e alfabetização, e na alfabetização matemática).

Torna-se imperativo buscar outras formas de abordagem do conteúdo e de aproximação dos alunos ao universo das ciências, tendo em vista que as informações presentes em manuais didáticos em geral são apresentadas superficialmente, como curiosidades, ao passo que artigos

publicados em revistas científicas apresentam uma linguagem inacessível para boa parte da população, sendo eles inteligíveis apenas para especialistas no assunto.

Dessa forma, o acesso a tais conhecimentos, para a maioria da população, fica restrito à leitura de textos de divulgação científica. Segundo Almeida e Ricon (1993, p. 08), “[...] nele [texto de divulgação científica] a perda no rigor científico e a falta de aprofundamento em detalhes específicos é, muitas vezes, compensada pela abrangência e visão global com que determinados temas são abordados”.

Diversos meios exercem a divulgação científica: livros, revistas, jornais, filmes, teatros, museus etc. E diversos são os trabalhos que relacionam sua utilização no contexto escolar (ALMEIDA, 1993; SALÉM e KAWAMURA, 1996; ALVETTI, 1999; entre tantos outros), principalmente relacionados ao ensino de ciências. Segundo Salém e Kawamura (1996 apud PERTICARRARI, 2010), os textos de divulgação podem contribuir para enriquecer a aula por trazerem novas questões, contextualizarem o conteúdo ensinado, motivarem e aprofundarem determinados assuntos, além de ampliarem a visão de ciência e de mundo, por parte tanto do aluno quanto do professor, favorecendo a criação de novas metodologias e recursos de ensino. Localizar o momento histórico em que determinado conhecimento foi produzido ou certa invenção foi criada, saber dos interesses e motivações que contribuíram para seu surgimento podem estimular o desenvolvimento do pensamento crítico e a discussão sobre não serem as teorias científicas imutáveis, tampouco incontestáveis.

Almejando tornar as aulas de ciências interessantes com a leitura de textos de divulgação científica, sugerimos introduzir o trabalho com esses textos por meio da curiosidade natural das crianças, que perguntam o tempo todo, que fazem observações constantes de fenômenos e situações. Lançar perguntas, aguçar a curiosidade e o interesse para só então apresentar o texto é um dos caminhos que propomos para iniciar a leitura de textos de divulgação científica nos anos iniciais do ensino fundamental.

3. A proposta das rodas de curiosidade

A proposta didática das *rodas de curiosidade* segue as orientações apresentadas no material do projeto *Entre na Roda*, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e da Fundação Volkswagen (FUNDAÇÃO VOLKSWAGEN, 2010). O *Entre na Roda* é um projeto de formação de mediadores de leitura que tem por objetivos: fomentar a irradiação de ações articuladas de promoção da leitura, de forma a ampliar as práticas leitoras da comunidade, além de ampliar o universo cultural dos envolvidos, formando os participantes para promoverem o desenvolvimento de capacidades leitoras e o gosto pela leitura.

A *roda de curiosidade* foi realizada primeiramente com as professoras participantes das formações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), no município de São Bernardo do Campo, no final de 2015, para aproximá-las do trabalho com textos de divulgação científica previstos para os anos iniciais.

Para a realização da atividade, iniciamos com a leitura do livro *A curiosidade premiada*, de Fernanda Lopes de Almeida (ALMEIDA, 2008), discutindo um pouco sobre como tratamos a curiosidade das crianças na escola, e sobre como podemos aproximá-las das ciências de forma prazerosa e significativa, se considerarmos que a curiosidade é o motor natural para a aprendizagem. Na sequência, foi proposto que as professoras respondessem em grupos a algumas questões: As estrelas caem? Faz mais frio no Polo Norte ou no Polo Sul? Por que os passarinhos não levam choque ao pousar num fio de alta tensão? Qual o bicho mais venenoso do mundo? Qual é o animal mais forte do planeta? Por que o leite transborda quando ferve? Cada grupo dispunha de aproximadamente cinco minutos para ler, conversar e responder a uma questão, antes de passar para a seguinte, de modo que todos os grupos respondessem a todas as questões. Ao final dessa etapa, os grupos leram as perguntas e as respostas, discutiram suas hipóteses, e foram questionados sobre onde poderiam encontrar respostas para tais questões.

Como estávamos buscando informações e explicações dadas pela ciência, de maneira acessível, recorremos aos textos de divulgação científica. Assim, cada grupo recebeu um texto que respondia a uma das questões, devendo lê-lo para confirmar as hipóteses levantadas, ou complementar suas respostas. Uma professora de cada grupo ficou encarregada de transmitir as observações do grupo a partir da leitura. Como desdobramento dessa atividade, as professoras indicaram o *Jogo da Enciclopédia* da Grow (fabricante de brinquedos), que apresenta diversas questões, como as trabalhadas na *roda de curiosidade*, para uma possível exploração com os alunos, havendo inclusive a possibilidade de se construir uma versão similar (proposta apresentada pelas professoras de sala, que realizam projetos em parceria com as professoras dos laboratórios de informática das escolas).

Uma vez vivenciada a atividade na formação, foi proposto às professoras que desenvolvessem a *roda de curiosidade* com seus alunos, usando as questões propostas ou outras, de acordo com seu planejamento, e apresentassem um relato de como foi o desenvolvimento da atividade em sala, o interesse e a motivação dos alunos na atividade e, principalmente, se elas perceberam maior interesse dos alunos em assuntos da ciência, ou maior aproximação a temas científicos.

3.1 – RODA DE CIENTISTAS

Quem é o cientista? Onde trabalha? Todos os cientistas fazem a mesma coisa? Partindo dessas questões e dos registros produzidos pelos alunos, que em geral identificam os cientistas

como sendo do sexo masculino e trabalhando em laboratórios, foi proposta uma *roda de curiosidade* com o tema cientistas. A roda foi realizada com uma turma do quarto ano do ensino fundamental de uma escola pública municipal de São Bernardo do Campo, numa sequência de duas a três aulas.

Para a realização da roda, foram selecionados alguns exemplares da revista *Ciência Hoje para Crianças*, que traz em seu interior uma seção chamada “Quando eu crescer vou ser ...”, em que é apresentada, a cada edição, uma profissão diferente ligada às diferentes ciências.

Seguindo o roteiro da roda, os alunos foram organizados em pequenos grupos, e cada grupo recebeu uma pergunta: O que faz um petrólogo? Um astrobiólogo? Um astrofísico? Um geólogo? Um ilustrador? Um biólogo? Um astrônomo? Todos os grupos leram, conversaram e responderam a todas as questões. No momento seguinte, os grupos leram e socializaram as respostas, procurando apontar quem eles consideravam que havia chegado perto da resposta “correta”.

Na aula seguinte, os grupos foram questionados sobre onde poderiam buscar respostas às questões propostas e, depois de citarem livros, dicionários, internet, eles foram apresentados à revista *Ciência Hoje para Crianças*, recebendo exemplares para leitura. A tarefa que eles receberam foi ler os textos e apresentar para a classe suas considerações, retomando as respostas dadas inicialmente. Nessa apresentação, os alunos iam estabelecendo relações e associações, como, por exemplo: “o biólogo estuda a vida, então o astrobiólogo estuda a vida no espaço”. Essa apresentação foi presenciada pela coordenadora pedagógica, que se mostrou encantada com a preocupação demonstrada pelos alunos em explicar aos colegas o que cada cientista fazia, buscando exemplos para além do texto.

O fechamento da atividade retomou as concepções iniciais dos alunos sobre o cientista e seu local de trabalho, tendo em vista que as leituras proporcionaram o conhecimento de diferentes campos de atuação dos cientistas, mostrando que tais profissionais não ficam restritos aos laboratórios.

4. Considerações finais

Analisando tanto a formação com as professoras quanto o desenvolvimento da atividade junto aos alunos, pudemos perceber que nenhuma das professoras que participaram da formação utilizava, antes dela, textos de divulgação científica em sala de aula. As justificativas variaram do “Nunca pensei”, “Não sei como fazer” até “Nunca vi esse material na escola” (no caso, as revistas *Ciência Hoje para Crianças*, que são enviadas pelo MEC para todas as escolas públicas do município).

Uma professora que realizou a atividade com alunos do terceiro ano fez o seguinte relato: “Os alunos tiveram dificuldades para ler o texto e explicar o que entenderam. A culpa é

minha. Nunca trabalhei esse tipo de texto”. Considerando-se que os textos didáticos apresentam informações superficiais e resumidas, a leitura de um texto de divulgação científica, ainda que apresente uma linguagem mais acessível, não garante o entendimento de todos, tal a riqueza de informações que apresenta quando comparado ao livro didático.

Um fator que parece contribuir para um maior entendimento diz respeito à faixa etária, pois a professora que realizou a atividade com a turma de quarto ano relatou que seus alunos não tiveram dificuldades na leitura com autonomia dos textos: “Por serem leitores fluentes, os alunos conseguiram compreender e socializar as descobertas com os colegas sem dificuldade”. Acreditamos que possam ser feitas adaptações para o professor de alunos menores, como, por exemplo, escolher textos menores, dividi-los em partes para facilitar a leitura e a compreensão, ou mesmo ler coletivamente os textos.

Percebemos, pelos relatos e registros, que, ao final da atividade da *roda de curiosidade* sobre os cientistas e de outras que foram acontecendo posteriormente, havia maior interesse dos alunos não apenas pelos assuntos relacionados à ciência, como também pelas revistas *Ciência Hoje para Crianças*.

Acreditamos que a leitura de textos de divulgação científica por alunos dos anos iniciais do ensino fundamental deva realizar-se por meio de atividades instigantes e interessantes, e, nesse sentido, as *rodas de curiosidade*, enquanto estratégia didática, podem ser um caminho para o desenvolvimento de tal trabalho, ao aguçarem e instigarem a curiosidade dos alunos.

O trabalho significativo com textos de divulgação científica pode contribuir para melhorar a competência leitora dos alunos, mas é preciso garantir que os professores tenham formação e acesso não apenas aos diversos materiais, como também a propostas de utilização, tendo em vista que muitos não sabem trabalhar com esse gênero em sala de aula.

5. Referências

ALMEIDA, F. L. **A curiosidade premiada**. São Paulo: Ática, 2008.

ALMEIDA, S. A. de; GIORDAN, M. **A revista *Ciência Hoje para Crianças* no letramento escolar: a retextualização de artigos de divulgação científica**. Educação e Pesquisa: São Paulo, v. 40, n. 4, out/dez 2014.

ALMEIDA, M. J. P. M.; RICON, A. E. **Divulgação científica e texto literário – uma perspectiva cultural em aulas de física**. Caderno Catarinense de Ensino de Física, Florianópolis, v.10, n.1, p. 7-13, abril de 1993.

ALVETTI, M. A. S. **Ensino de física moderna e contemporânea e a revista *Ciência Hoje***. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Ciências da Educação. Florianópolis: UFSC, 1999.

AIRES, J. A. **Divulgação científica na sala de aula: um estudo sobre a contribuição da revista *Ciência Hoje para Crianças***. In: IV Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2003, Bauru. Anais Eletrônicos... Bauru: Unesp, 2003. Disponível em: <<http://fep.if.usp.br/~profis/arquivos/ivenpec/Arquivos/Orais/ORAL062.pdf>>. Acesso em: jan. 2016.

FUNDAÇÃO VOLKSWAGEN. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. **Entre na Roda: leitura na escola e na comunidade. A curiosidade premiada: Organização e abordagem dos textos de divulgação científica e consulta a bibliotecas e obras de referência**. São Paulo: CENPEC, 2010.

MASSARANI, L. **Ciência e criança: a divulgação científica para o público infanto-juvenil**. Rio de Janeiro: Museu da Vida / Casa Oswaldo Cruz / Fiocruz, 2008.

PERTICARRARI, A. O uso de textos de divulgação científica para o ensino de conceitos sobre ecologia a estudantes da educação básica. **Ciência & Educação**, Bauru, v.16, n. 2, 2010.

SALÉM, S.; KAWAMURA, M. R. O texto de divulgação e o texto didático: conhecimentos diferentes? In: ANAIS V ENCONTRO DE PESQUISADORES EM ENSINO DE FÍSICA. Sociedade Brasileira de Física. Belo Horizonte, 1996.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Projeto Intensivo Ciclo I: material do professor**. São Paulo: SME/DOT, 2006.

VISSICARO, S. P. **A construção de uma proposta didático-pedagógica a partir da história dos instrumentos de navegação marítima portugueses**. Dissertação (Mestrado em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática). Universidade Federal do ABC, 2014.

As vozes da reorganização escolar na cobertura dos portais Uol e Folha de S.Paulo

THAIS RODRIGUES MARIN ¹

RESUMO

Este artigo investiga as notícias publicadas pelos portais Uol e Folha de S.Paulo, no período de setembro a dezembro de 2015, sobre o projeto de reorganização escolar proposto pelo Governo do Estado de São Paulo. Ele identifica quais as fontes de informação citadas nas notícias, isto é, governo, especialistas em educação, estudantes secundaristas etc., e quais os principais argumentos indicados para defender ou criticar a reorganização escolar. Partindo da discordância de avaliação sobre os sentidos e efeitos da proposta por parte do governo, de um lado, e de universidades e assessorias em educação, de outro, estas últimas como representantes do conhecimento especializado na área, o estudo dá destaque aos argumentos apresentados por esses dois grupos de atores. Com algumas diferenças entre os dois portais analisados, os dados levantados mostram que as vozes do governo foram as que prevaleceram como fontes nas notícias. As universidades e assessorias educativas e de pesquisa representaram uma parcela muito pequena das fontes. A presença da fala de ambos também se mostrou diferente nos portais, com maior destaque para a fala do governo no portal Folha de S.Paulo e das universidades no portal Uol. A pesquisa sobre as vozes da reorganização escolar que aparecem nas notícias pode se configurar como um dado interessante a ser somado ao debate sobre o papel da divulgação científica das universidades, sobretudo tendo em vista a participação destas no debate público.

Palavras-chave: reorganização escolar; educação; divulgação científica; cobertura jornalística; mídia.

ABSTRACT

This article investigates the news published by Uol and Folha de S.Paulo websites from September to December 2015, on the school reorganization project proposed by the government of the State of São Paulo. It identifies which information sources were cited in the news, that is, government, education experts, school students etc., and what were the main arguments given to defend or to criticize the school reorganization. Considering the disagreement on the meanings and effects of the proposal by the government, on one hand, and universities and advisory services in education, on the other, these last two as representatives of specialized knowledge in education, the study highlights the arguments presented by these two groups of actors. With some differences between the two news websites analyzed, the data collected show that the government's voices were prevalent as sources in the news. Universities and educational and research advisory services represented a very small portion of the sources. The presence of both speeches was also different in the websites, most notably the

¹ Relações Públicas pela Unesp (2008), mestre em Ciência Política pela USP (2013). Atualmente, é relações públicas da área de Pesquisa da Faculdade de Educação da Unicamp e aluna do curso de Especialização em Jornalismo Científico do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp (Labjor).

government speech in Folha de S.Paulo and universities in Uol. Research on the voices of school reorganization that appear in the news can be configured as an interesting data to be added to the debate on the role of science communication by universities, especially aiming their participation in public debate.

Keywords: *school reorganization; education; science communication; news coverage; media.*

1. Reorganização escolar: projeto e repercussão

No final de setembro de 2015, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo anunciou o projeto de reorganização da rede estadual de ensino. O plano previa a ampliação do número de escolas que ofereciam apenas um dos três ciclos de ensino, isto é, que atendiam exclusivamente turmas dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) ou do ensino médio. Segundo a secretaria, o ciclo único permitiria melhorar a gestão das escolas e, como consequência, melhorar o desempenho escolar (BATISTA FILHO, 2015).

Previsto para ser implantando a partir do início de 2016, o processo de reorganização significava, em números: criação de 754 escolas de ciclo único, aumentando de 1.443 para 2.197 as escolas da rede nessa modalidade; 43% das 5.147 escolas da rede estadual passariam a ser de ciclo único; 94 escolas seriam desativadas e disponibilizadas para o ensino infantil, profissional ou de jovens e adultos; 311 mil alunos seriam transferidos de escola; e mais de 1 mil escolas do estado seriam afetadas pelas mudanças.²

Rapidamente, universidades, entidades acadêmicas e profissionais, professores da rede, pais e alunos se mostraram contrários à iniciativa. Em 4 de dezembro de 2015, o processo de reorganização escolar foi suspenso por parte do governo Geraldo Alckmin. Nos 42 dias que se passaram entre o lançamento do projeto e sua suspensão, muitos eventos ocorreram, entre eles: cerca de 200 escolas foram ocupadas por estudantes em diversos municípios do estado; reintegrações de posse concedidas e revogadas; confronto de estudantes com a polícia em protestos e bloqueio de avenidas; vazamento de áudio do chefe de gabinete da Secretaria da Educação, em que declarava estratégias de “guerra” às escolas ocupadas; e demissão do secretário de educação Herman Voorwald.

Essa série de acontecimentos recebeu a cobertura diária dos veículos de comunicação brasileiros e mesmo destaques na imprensa internacional. Para além de informações a respeito das ocupações de escolas e manifestações, as notícias também traziam as apreciações do governo, de professores universitários, de professores da rede estadual de educação básica, de pais, alunos e especialistas em educação sobre o processo de reforma proposto. Entre tantos argumentos que figuraram no noticiário, de um lado, os proponentes do projeto afirmavam que os índices de qualidade das escolas mostravam melhores resultados naquelas de ciclo único (BATISTA FILHO, 2015). De outro, professores universitários e demais especialistas em educação indicavam que não havia evidências empíricas suficientes para justificar o projeto de reestruturação (MOÇÃO, 2015; PÓ et al., 2015).

² Dados disponíveis na página da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo em 2015, após anúncio do projeto (<http://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao/>), e divulgados em entrevistas e coletivas de imprensa.

Para aquele leitor mais atento, que estivesse acompanhando a cobertura midiática a respeito do tema, uma dúvida poderia ficar sem resposta: afinal, a reorganização escolar é boa ou não? Em termos de política pública educacional, é uma proposta interessante? Se a educação também se configura como uma área de conhecimento científico, sobretudo nas universidades, então, há acúmulo de informações oriundas de estudos e pesquisas capazes de embasar decisões políticas. Sendo assim, o fato de professores universitários e outros especialistas em educação se mostrarem contrários à reforma não seria um sinal de que o projeto poderia ser “inadequado”?

Para além de prováveis contornos políticos, o embate discursivo e avaliativo entre universidades e especialistas *versus* Governo do Estado ilustrou certo distanciamento entre o conhecimento sobre educação que se produz na universidade e a ação governamental voltada à educação. E essa é a questão fundamental que nos interessa aqui. Duas falas divulgadas em reportagens acerca da reorganização escolar ajudam a esclarecer esse distanciamento:

O secretário criticou as universidades e disse que se as manifestações viessem das faculdades de economia ele se preocuparia. “Mas não estou preocupado. A teoria nem sempre é efetiva na prática”, disse, em referência às faculdades de educação. “Respeito a academia, mas a reorganização não tem qualquer tipo de preocupação econômica, financeira. Minha única preocupação é a qualidade da educação”. [Herman Voorwald, então secretário da educação de São Paulo sobre notas de universidades criticando o projeto] (SOUZA, 2015, grifo da autora).

“O número de alunos, espaços não ocupados, situações dos prédios e a otimização de professores foram analisados. Também analisamos as evidências internas, no aspecto pedagógico, mas talvez o que foi escrito não levou em conta todas as discussões que a secretaria fez ao longo do ano”, afirma. “A gente analisa as evidências internas que temos [sic]. Nosso papel no executivo é diferente da academia, que tem todo tempo do mundo”. [Cleide Bochió, coordenadora de gestão de RH da Secretaria, ao comentar sobre a UFABC ter contestado os dados oficiais] (REORGANIZAÇÃO, 2015, grifo da autora).

Também vale destacar nesses trechos a fala do secretário da educação Herman Voorwald, que revela traços da tradicional disputa de poder das áreas de conhecimento dentro das estruturas universitárias – declaração minimamente polêmica, sobretudo tendo sido feita pelo ex-reitor da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).

Essa diversidade nas avaliações a respeito da política, exposta pela imprensa, em especial a clara discordância entre aqueles que propuseram o projeto e as universidades e especialistas em

educação, serviu de inspiração a este estudo. Não é novidade afirmar que o trabalho jornalístico não é imparcial em termos daquilo que pauta e de como pauta no debate público – ainda que o queira ser em sua essência. No processo de produção da notícia, a escolha das fontes, por exemplo, o recorte de suas falas e mesmo o enquadramento de seu conteúdo dentro do texto são escolhas – sejam elas políticas, editoriais, profissionais ou até pessoais. Conforme explica José Marques de Melo, “decidir a que fontes recorrer externamente constitui uma dimensão da política editorial, que está atrelada fortemente às operações comerciais das empresas” (MELO, 1985, p. 65).

Mais ainda, as fontes não apenas são pautadas pela mídia, mas elas também são capazes de pautar o *newsmaking*. “O saber do jornalismo também é construído pela fonte, embora não se preste a devida atenção à sua relação com a mídia” (SCHMITZ, 2011, p. 11). O trabalho de assessorias de imprensa na divulgação de temas de interesse das fontes, falas públicas ou entrevistas concedidas por elas – todas essas ações podem resultar em manchetes jornalísticas.

Levando em conta a existência desse embate entre universidades/especialistas e governo sobre a reorganização escolar e o papel das fontes dentro da produção jornalística, o que as notícias sobre a temática podem nos dizer por meio das vozes dos atores envolvidos? Quais seriam, então, os atores e instituições tratados como fontes de informação nas matérias jornalísticas a respeito da reorganização escolar? E quais argumentos deles foram destacados pelas reportagens?

A fim de responder a essas questões, este artigo investiga as notícias publicadas sobre o tema por dois dos portais de informação mais acessados do País – Uol e Folha de S.Paulo –, no período de setembro a dezembro de 2015. Com o objetivo de identificar as fontes de informação citadas pelas reportagens e os respectivos argumentos apresentados para defender ou criticar a reforma, ele pretende observar mais atentamente o que disseram os proponentes do projeto – Governo do Estado de São Paulo e seus gestores – e aqueles que representam o conhecimento especializado, acadêmico, sobre a educação – universidades, ONGs e assessorias educacionais.

2. A cobertura dos portais Uol e Folha de S.Paulo

Durante o período investigado, foram encontradas 263 notícias de interesse dessa análise nos dois portais. Elas foram identificadas por meio da busca pelo termo “reorganização escolar”. Dentre elas, 176 foram publicadas pelo portal Uol, e 87 pelo portal Folha de S.Paulo. O maior número de publicações sobre o tema feitas em um único dia foi do Uol, com 13 notícias. Na Folha, o pico diário foi de 8 publicações.

Inicialmente, as publicações foram divididas de acordo com o tema principal do qual tratavam. No portal Uol, 50,5% das notícias tiveram como foco as ocupações das escolas; 25% trouxeram como pauta principal as avaliações sobre a reorganização escolar por parte de atores e instituições; e 24,5% abordaram as manifestações de rua contrárias ao projeto. No

portal Folha de S.Paulo, a divisão temática seguiu essa mesma distribuição, embora com uma proporção um pouco maior para as notícias voltadas ao debate acerca da proposta: 40% sobre ocupações; 33,5% sobre debate; e 26,5% sobre manifestações.

Para a investigação sobre a participação das fontes nas reportagens e o conteúdo de

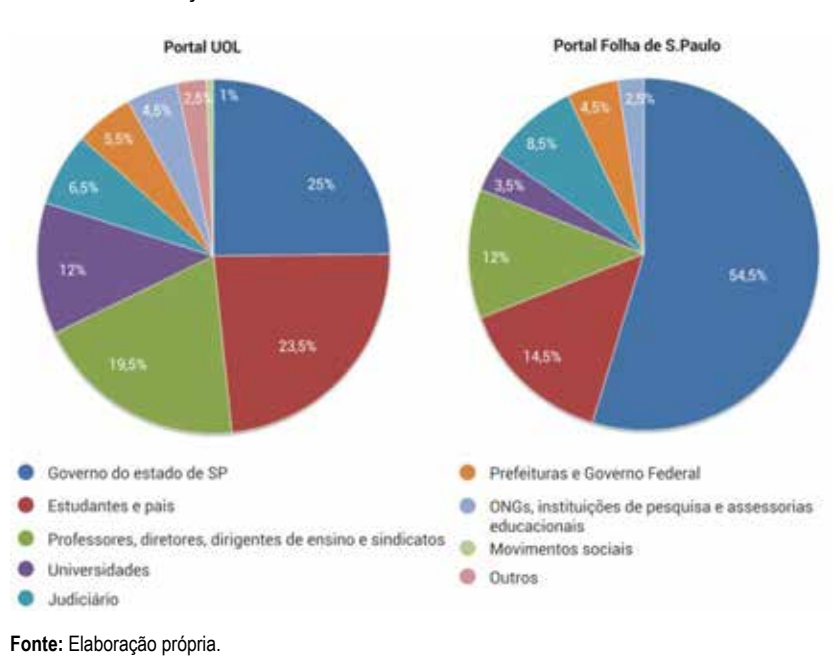
suas falas, proposta por este trabalho, foram consideradas como fonte todas as pessoas e instituições citadas direta ou indiretamente pelos veículos para apresentar dados ou outras informações de caráter avaliativo a respeito do projeto de reorganização escolar. Optou-se por analisar neste artigo apenas as publicações identificadas dentro da temática “debate”, uma vez que as falas das fontes apresentadas nas publicações sobre as ocupações e as manifestações se centraram na defesa ou na crítica a essas ações e não na avaliação do projeto. Para cada notícia, cada fonte foi contabilizada apenas uma vez, embora suas falas possam ter sido diluídas em diversos momentos da reportagem.

Desse modo, o resultado do levantamento de quais foram as fontes de informação que estiveram presentes nas notícias dos dois portais é ilustrado pelos Gráficos 1 e 2. Observa-se que, para os dois veículos, as principais fontes citadas são aquelas que estavam envolvidas ou seriam afetadas diretamente pelo projeto, quais sejam, nesta ordem de distribuição: o Governo do Estado de São Paulo, por meio de seus representantes do Gabinete, da Secretaria da Educação e de outras secretarias e órgãos da administração; alunos e pais das escolas que passariam por mudanças; e professores da rede, diretores de escola, dirigentes de ensino e sindicatos.

Nota-se, no entanto, que a presença das vozes do governo foi duas vezes maior (54,5%) no portal Folha de S.Paulo em relação ao portal Uol (25%). Conseqüentemente, no Uol, a fala de alunos, pais e professores esteve mais presente. Mais interessante ainda é verificar que a presença da fala das universidades, por meio de seus professores e dirigentes, foi proporcional e comparativamente mais marcante dentro do Uol (12%) do que na Folha de S.Paulo (3,5%).

GRÁFICOS 1 E 2

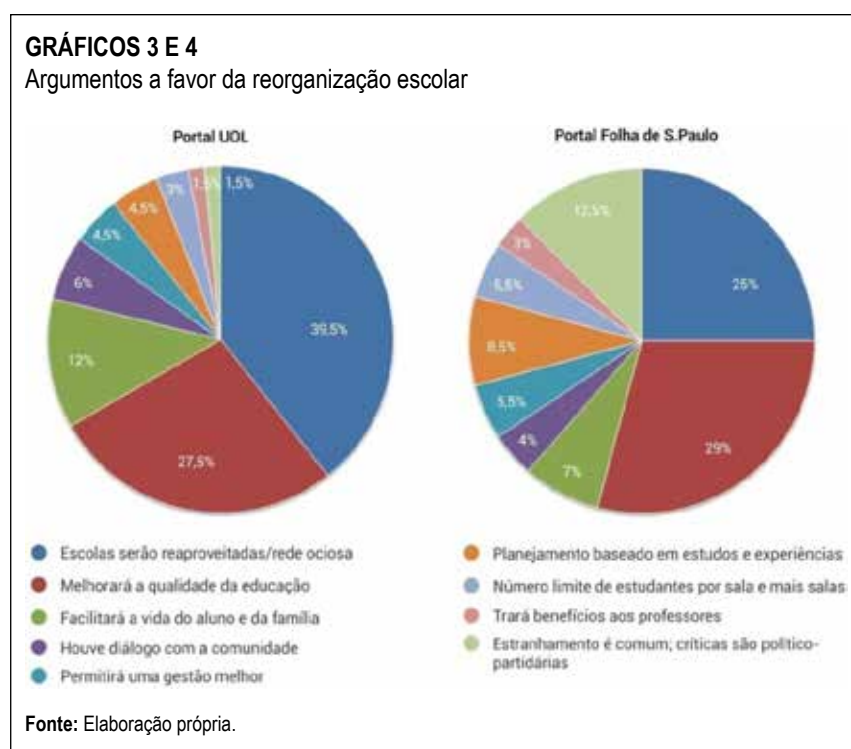
Fontes de informação nas notícias sobre o debate



A segunda etapa da análise foi identificar e categorizar as falas das fontes de acordo com os argumentos apresentados para defender ou criticar o projeto de reforma. Dada a diversidade de suas falas, foram definidas nove categorias de argumentos “a favor” da reorganização e nove “contra” o projeto. Argumentos similares em termos de conteúdo e posicionamento foram agrupados dentro de uma mesma categoria. Cada argumento foi contabilizado exatamente de acordo com o número de menções a ele por parte do universo de fontes. Interessante notar que, no Uol, em termos absolutos, o número de menções a justificativas contra a reforma (121) foi maior do que aquelas que a defendiam (66). Na Folha, observou-se cenário inverso: 96 falas em defesa da reforma e 48 criticando-a.

De acordo com o que se vê nos Gráficos 3 e 4, os três argumentos para defender o plano de reorganização escolar que mais apareceram nas falas das fontes foram, nesta ordem: a rede de ensino estaria com vagas ociosas e, portanto, as escolas desativadas seriam reaproveitadas como outros equipamentos da educação; a reforma melhoraria a qualidade da educação, e também facilitaria a vida do aluno e da família ao permitir uma melhor organização da rede. Vê-se que há diferenças na distribuição proporcional desses argumentos nos dois portais. Vale destacar uma dessas diferenças: a desqualificação das críticas feitas ao projeto, sobretudo identificando-as como político-partidárias, teve presença maior (12,5%) nas notícias do portal Folha de S.Paulo. Já a citação a pesquisas e estudos que dessem subsídios ao plano proposto – que poderíamos entender como o argumento especializado, “científico” – representou apenas 4,5% dos argumentos presentes nas notícias do portal Uol e 8,5% do portal Folha de S.Paulo.

Os argumentos que mais se destacaram para criticar a reorganização, conforme mostram os Gráficos 5 e 6, foram: a reforma prejudicaria alunos e familiares; não teria havido diálogo prévio com a comunidade escolar para a elaboração do projeto; e não haveria justificativa pedagógica e estudo detalhado da rede de ensino que dessem subsídios à proposta



do governo. Nota-se uma maior homogeneidade comparativa na distribuição desses argumentos nos dois portais, ainda que haja algumas diferenças que mereçam ser mencionadas. A crítica pedagógica ao projeto, por exemplo, esteve um pouco menos presente no portal Folha de S.Paulo (10,5%) do que no Uol (18%). Por outro lado, o argumento de que as es-

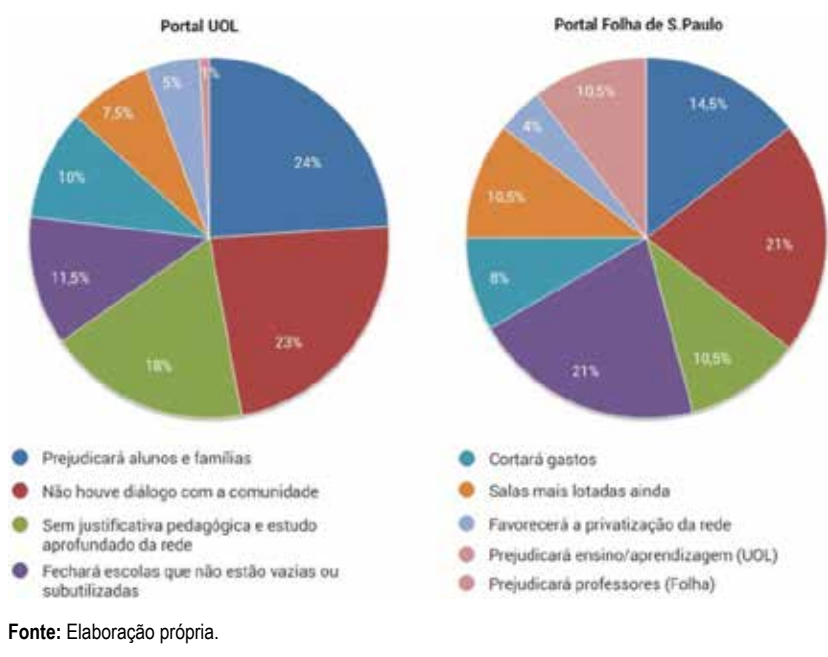
colas desativadas não estariam vazias ou subutilizadas foi proporcionalmente maior no portal Folha (21%) do que no Uol (11,5%).

Em um terceiro momento da análise, foram consideradas, de um lado, apenas as falas do Governo do Estado de São Paulo, isto é, dos gestores e funcionários da Secretaria da Educação e outros órgãos da administração, e do próprio governador – já que representam a autoria da proposta –, e, de outro, das universidades, ONGs, instituições de pesquisa e assessorias educacionais, entendidos aqui como detentores do conhecimento especializado sobre educação, aquele baseado em pesquisas e estudos. Trata-se, aqui, de um universo de 47 falas do governo no portal Uol e 76 no portal Folha de S.Paulo. Quanto às falas das universidades e de outras instituições educativas e de pesquisa, são 30 presentes no Uol e apenas 8 na Folha.

Os Gráficos 7 e 8 mostram uma diferença de inserção dos argumentos do Governo do Estado de São Paulo nos dois veículos. No portal Uol, três foram as justificativas mais recorrentes usadas por esses atores para defenderem a reorganização: a ociosidade da rede e o reaproveitamento das escolas desativadas (44,5%); a possibilidade de melhorar a qualidade da educação (30%); e as facilidades que o projeto traria para alunos e familiares (11%). Já no portal Folha de S.Paulo, para além dessas mesmas falas, também teve destaque a justificativa que afirmava que as críticas ao projeto eram naturais, comuns, devido ao estranhamento causado pelas mudanças e, mais ainda, que elas sofriam influência político-partidária. Se considerarmos que no Gráfico 4 já se havia demonstrado que 12,5% dos argumentos favoráveis à reorganização no portal Folha de S.Paulo diziam respeito a esta última justifi-

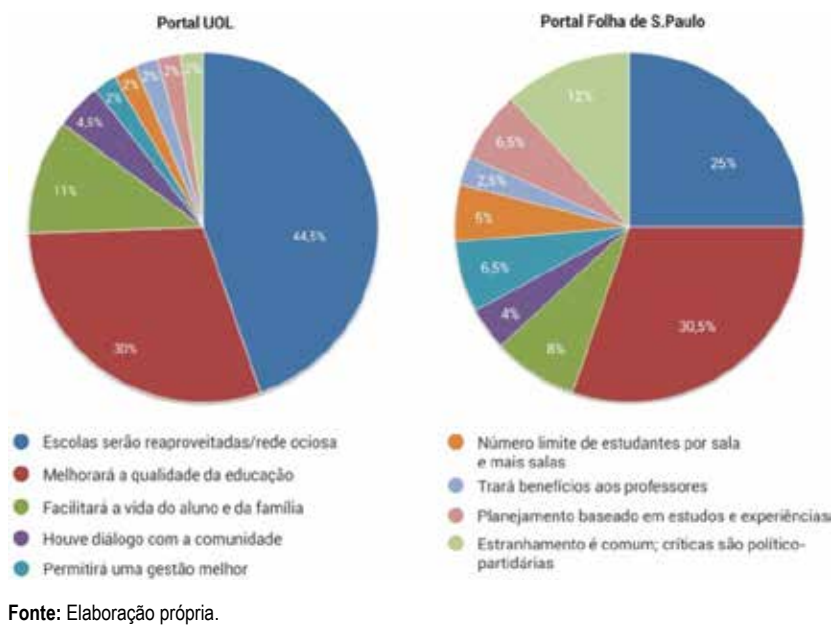
GRÁFICOS 5 E 6

Argumentos contra a reorganização escolar



GRÁFICOS 7 E 8

Argumentos do Governo do Estado de São Paulo



cativa, facilmente verificamos que o governo é o autor responsável por essa fala dentro das publicações do portal.

Finalmente, os Gráficos 9 e 10 apresentam os argumentos contrários à reorganização escolar citados nas reportagens pelos atores que aqui consideramos especialistas na temática da educação. É interessante notar que, no portal

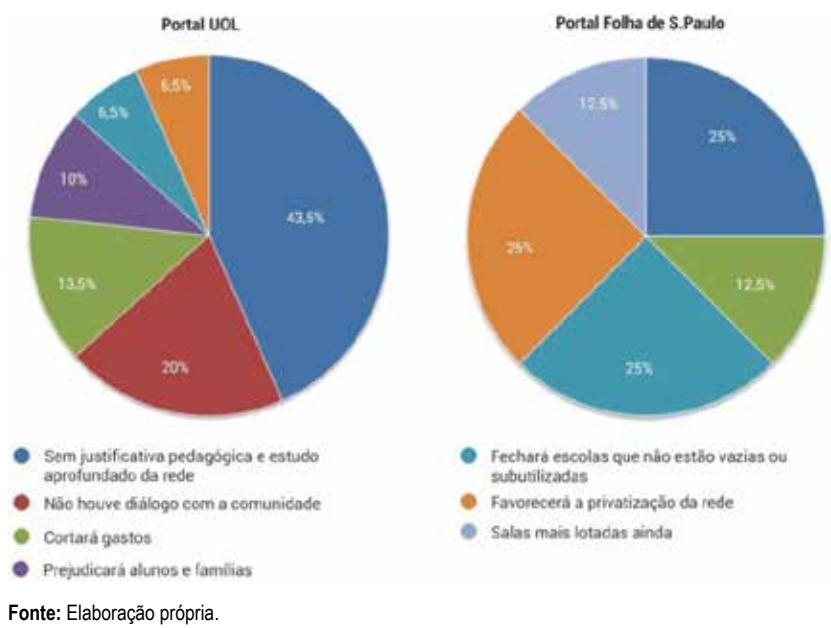
Uol, a mais presente justificativa desses atores para criticar o projeto foi exatamente o fato de ele não ter uma explicação pedagógica e um estudo aprofundado da rede de ensino. Já no portal Folha, os argumentos estão distribuídos de maneira mais equânime. Nesse portal, as falas sobre a falta de diálogo com a comunidade escolar e o prejuízo a alunos e familiares não apareceram nas vozes contrárias à reorganização. Por outro lado, o fato de o projeto poder gerar salas com

uma maior quantidade de alunos do que as atuais esteve presente, diferentemente do Uol.

Interessante registrar que uma análise feita pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) sobre a cobertura da imprensa a respeito da organização escolar indicou que a Folha “foi a publicação com a abordagem mais contrária às

GRÁFICOS 9 E 10

Argumentos das universidades, ONGs, instituições de pesquisa e assessorias educacionais



ocupações” (CARVALHO, 2016). A publicação também lembrou a visita do governador Geraldo Alckmin à redação do jornal em 2 de dezembro de 2015, e a imediata retirada do ar de um vídeo-reportagem publicado pelo portal Folha que mostrava as ocupações, os depoimentos dos alunos e as condições precárias de muitas das escolas da rede.

3. Quem (in)forma o form(ul)ador?

Os dados apresentados mostram que, com algumas diferenças entre os dois portais analisados, as vozes do Governo do Estado de São Paulo, por meio de seus gestores e funcionários, foram as que prevaleceram como fontes nas notícias. Alunos e pais, maior público daqueles que seriam diretamente afetados pelas mudanças, ficaram em segundo lugar. As universidades e assessorias educativas e de pesquisa representaram uma parcela muito pequena das fontes.

Quando levados em conta os argumentos a favor da reorganização escolar apresentados pelo governo e aqueles contrários a ela proferidos por universidades e assessorias educativas e de pesquisa, viu-se que as falas das universidades estiveram mais presentes no portal Uol do que no portal Folha de S.Paulo. A fala do governo, por outro lado, teve mais espaço na Folha do que no Uol. Decisões editoriais, ou mesmo individuais, de caráter político e ideológico poderiam servir para construir um quadro reflexivo a respeito dessas diferenças. Mas este artigo não se propõe a dar uma investigação detalhada sobre a prática jornalística, isto é, sobre os porquês da escolha das fontes nas reportagens e do poder de enquadramento dos argumentos delas – ainda que essa seja uma análise bastante interessante e fundamental.

Este estudo de caráter preliminar, exploratório, serve mais para ilustrar, em uma de suas possíveis nuances, a distância existente entre o conhecimento especializado em educação e a educação enquanto setor de política pública. Ainda que possamos questionar a real existência de conhecimentos acadêmicos como meramente técnicos, neutros, e concordar com que a verdade científica também seja um fato político, não há como negar que a sociedade ocidental, de modo geral, vê as universidades e as instituições especializadas em pesquisa como detentoras de saberes, de conhecimentos “verdadeiros” a respeito dos fenômenos.

Sendo assim, tomando por base a concepção da educação como campo acadêmico de conhecimento, pôde-se observar que, em um debate público polêmico e acompanhado de perto pela imprensa, as universidades – mesmo livremente associadas neste texto a instituições e assessorias educacionais, que costumam marcar presença nas discussões sobre educação – tiveram uma participação restrita nas notícias cujo foco principal eram as apreciações a respeito do projeto de reorganização escolar.

Mais ainda, em comparação com as demais áreas, as ciências humanas e sociais padecem histórica e culturalmente de uma descaracterização enquanto ciência, enquanto produção

de conhecimento, não só dentro da academia, mas também na representação que se tem delas nos veículos de comunicação. Como bem destaca Orlandi, “no jornal, por exemplo, o discurso de divulgação da ciência exata aparece no lugar em que se publica ciência, explicitamente. O discurso de divulgação das ciências humanas aparece disperso em qualquer lugar do jornal, inespecificamente” (ORLANDI, 2004, p. 136).

Neste sentido, a pesquisa acerca das “vozes da reorganização escolar” que aparecem nas notícias pode se configurar como um dado interessante a ser somado à reflexão sobre o papel da divulgação científica de universidades, em especial para as áreas de ciências humanas e sociais. Uma das funções da divulgação científica é fornecer informações que possibilitem a participação dos cidadãos no debate público sobre as temáticas relacionadas à ciência, sua natureza, objetivos ou resoluções. Ou seja, o objetivo deve ser informar para o debate público, para a consolidação de uma cultura científica ou, ainda, para que a ciência “possa finalmente diluir-se na democracia” (LÉVY-LEBLOND, 2006, p. 43).

Para além das óbvias disputas políticas por trás da construção da política pública educacional, se há um distanciamento entre os conhecimentos da universidade e os conhecimentos e ações de governos, isto é, se no âmbito da política educacional reproduz-se o falso binômio teoria *versus* prática, então o trabalho de divulgação científica das universidades deve ser estratégico, objetivando a presença delas no debate público sobre os temas em pauta, e não se limitar à publicização de resultados pontuais de pesquisas e artigos científicos. Especialmente na área da educação, sua função deve ser informar tanto o público geral quanto os formadores de opinião e os *decision makers* para a tomada de decisões e a avaliação a respeito de políticas.

Essa breve discussão apresentada aqui abre caminhos para algumas questões que não podem ser ignoradas no debate sobre a divulgação científica na área da educação. Quem informa o formador de opinião e o formulador de políticas públicas? Quais atores detêm, hoje, o conhecimento especializado sobre educação no Brasil? Quem são, de fato, os especialistas considerados pela imprensa e, em especial, pelos formuladores de políticas? Se a universidade perde seu espaço nessa nova dinâmica do debate público educacional, qual seu papel enquanto produtora de conhecimento?

4. Referências

BATISTA FILHO, O. N. **Escolas estaduais com uma única etapa de atendimento e seus reflexos no desempenho dos alunos**. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (CIMA), 2015.

CARVALHO, T. De olho na mídia: ocupações das escolas em SP. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)**, 2016. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/de-olho-na-midia-ocupacoes-das-escolas-em-sp>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

LÉVY-LEBLOND, J. Cultura científica: impossível e necessária. In: VOGT, C. (Org.). **Cultura científica: desafios**. São Paulo: EDUSP, Fapesp, 2006, p. 28-43.

MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOÇÃO de repúdio à reorganização das escolas estaduais de São Paulo. Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, 21 out. 2015.

ORLANDI, E. P. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004

PÓ, M. V.; YAMADA, E. M. K.; XIMENES, S.; LOTTA, G. S.; ALMEIDA, W. M. **Análise da política pública de Reorganização Escolar proposta pelo Governo do Estado de São Paulo**. São Bernardo do Campo, 2015.

REORGANIZAÇÃO escolar em SP carece de dados que provem eficácia, aponta análise. **Portal UOL**, São Paulo, 1º dez. 2015. Notícias.

SCHMITZ, A. A. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SOUZA, M. Secretário diz que reorganização escolar será publicada nos próximos dias. **Portal UOL**, São Paulo, 25 nov. 2015. Educação.

O fim do scriptLattes? Uma análise de suas funcionalidades, alternativas para o presente e perspectivas para o futuro

TIAGO SILVA CORRÊA ¹

MANUELLA BARBOSA SUZUKI ²

PAULO ROBERTO CINTRA ³

LUZIA SIGOLI FERNANDES COSTA ⁴

RESUMO

A Plataforma Lattes, desenvolvida pelo CNPq, ofereceu acesso e padronização de registros acadêmicos e profissionais dos pesquisadores atuantes em território brasileiro. É uma ferramenta na qual os usuários podem se conectar de maneira simples, com a possibilidade de recuperar dados. Existem restrições para se analisar, quantificar e compilar a pesquisa científica nacional como um todo, e os currículos lattes podem ser utilizados para essas análises, visto que os cientistas buscam manter seus currículos atualizados na plataforma. Este trabalho buscou apresentar e discutir as vantagens em se utilizar a ferramenta scriptLattes para extração e visualização dos dados obtidos a partir dos currículos. Entre essas vantagens estão facilidade e diminuição de tempo para a análise de uma grande quantidade de currículos, geração de indicadores bibliométricos e verificação das redes de interação entre autores e coautores. O trabalho também abordou os recentes mecanismos de segurança implantados pelo CNPq que evitam a extração de informações e sua publicação indevida por sites não autorizados, o que consequentemente prejudica o funcionamento do scriptLattes.

Palavras-chave: Plataforma Lattes; scriptLattes; Plataforma Sucupira; bibliometria; extração de dados.

ABSTRACT

Lattes Platform, developed by CNPq, offered access and standardization of academic and professionals records about active researchers in Brazil. It is a tool in which users can connect simply and whose data recovery is possible. There are restrictions to analyze, quantify and compile the national scientific research as a whole, so Resumes Lattes can be used for these analysis as scientists seek to update their resumes on the Platform. This study aimed to present and discuss the advantages of using the scriptLattes tool for extraction and visualization of data

¹ Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Brasil. Mestrando.
E-mail: tscorrea@ufscar.br.

² Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Brasil. Mestranda.
E-mail: manuh_suzuki@hotmail.com.

³ Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Brasil. Mestrando.
E-mail: paulocintra89@gmail.com.

⁴ Universidade Federal de São Carlo, Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Brasil. Docente.
E-mail: luziasigoli@gmail.com.

obtained from the curriculum; among these benefits are the ease and decrease time to analyze a lot of resumes, generation of bibliometric indicators and verification of interaction networks between the authors and co-authors. The work also addressed the recent security mechanisms implemented by CNPq to avoid the extraction of information and its improper publication by unauthorized sites, which consequently impairs the operation of scriptLattes.

Keywords: *Lattes Platform, scriptLattes, Sucupira Platform, Bibliometrics, Data Extraction.*

1. Introdução

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) criou a Plataforma Lattes, o maior banco de dados curriculares de estudantes e pesquisadores do País. O foco deste artigo é a ferramenta de extração de dados scriptLattes, de autoria de J. P. Mena-Chalco e R. M. Cesar Junior, que utiliza os dados cadastrados nos currículos lattes. O objetivo do artigo é apresentar as vantagens de se utilizar o scriptLattes para extração dos dados obtidos dos currículos lattes.

O presente trabalho é um estudo descritivo e de análise do scriptLattes. Para compilação de currículos lattes, foram extraídos os currículos lattes dos docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no ano de 2014. Foi realizada também a extração manual dos currículos via Plataforma Lattes e Plataforma Sucupira (PS), para comparação da eficiência no tempo de extração e compilação do scriptLattes, que se mostrou o método mais eficiente. O texto também aborda os recentes mecanismos de segurança implantados pelo CNPq. Neste novo e atual panorama, são apresentadas alternativas para o presente, e perspectivas para o futuro.

2. A Plataforma Lattes

A criação da plataforma padronizou os currículos dos acadêmicos e estudantes brasileiros, e atualmente ela é utilizada por diversas instituições, como: o próprio CNPq, Ministério da Ciência e Tecnologia, Universidades, grupos de pesquisa etc. Além disso, a plataforma tornou-se estratégica não só para as atividades de planejamento e gestão, mas também para a formulação das políticas do Ministério de Ciência e Tecnologia e de outros órgãos governamentais da área de ciência, tecnologia e inovação (PLATAFORMA LATTES, 2015).

Os dados cadastrados na Plataforma também são utilizados para a avaliação da competência de candidatos à obtenção de bolsas e auxílios, seleção de consultores, membros de comitês e de grupos assessores, além de dar subsídio à avaliação da pesquisa e da pós-graduação brasileiras (AMORIN, 2003).

Atualmente estão cadastrados 3.098.215 currículos na plataforma, separados por nível acadêmico, o que confirma a sua importância e abrangência territorial nacional.

Em relação à compilação de dados e estatística, a plataforma oferece o serviço Lattestats, que fornece informações qualificadas e atualizadas sobre a produção em ciência, tecnologia e inovação (CTI) cadastrada por intermédio do currículo. Cabe ressaltar que os dados são separados por região, instituição, sexo e idade (PLATAFORMA LATTES, 2015). Ademais, também é possível extrair dados dos currículos, os quais são disponibilizados em duas modalidades: espelhamento e extração de CV; e grupos da instituição. Em ambas as modalidades, é necessário

enviar um formulário para a presidência do CNPq, exceto quando a instituição já possui o protocolo de cooperação técnica firmada com eles (CNPq), sendo necessário, nesse caso, apenas o envio de e-mail à presidência do conselho.

3. ScriptLattes e a bibliometria

Conforme indicam Alves, Yanasse e Soma (2010) e Farias, Vargas e Borges (2012), há grande dificuldade em se analisar a pesquisa científica como um todo, pois existem trabalhos desenvolvidos pelos cientistas que não estão indexados em bases bibliográficas como Web of Science, Scopus, SciELO e Google Scholar. Além do mais, em alguns casos, podem existir dados duplicados acerca de uma mesma publicação, seja por erros de digitação não corrigidos, seja por homônimos não diferenciados, que acabam causando distorções no resultado final da análise. Por esses motivos, os autores julgam a Plataforma Lattes, do CNPq, como uma fonte apropriada para análise da produção científica brasileira, haja vista que os pesquisadores buscam manter seus currículos sempre atualizados; pois, conforme discutido anteriormente, é por meio desse sistema que algumas agências de fomento fazem a classificação para avaliar as propostas de pesquisa.

De acordo com Gläser e Laudel (2007), as análises bibliométricas tornaram-se um método válido e confiável de se legitimar a tomada de decisão acerca das políticas científicas e tecnológicas, pois elas auxiliam no delineamento da produção científica. Assim, para os autores, a coleta, a análise e a construção de indicadores bibliométricos podem contribuir na avaliação da qualidade das pesquisas realizadas por um pesquisador ou por uma instituição. Nesse contexto, o scriptLattes aparece como uma importante ferramenta, uma vez que facilita a prospecção de informações contidas sobre os pesquisadores que estão cadastrados na Plataforma Lattes. Entre os usos para os dados compilados pelo scriptLattes, Mena-Chalco e Cesar Junior (2011) citam:

- Criação de relatórios de produção acadêmica: os dados obtidos podem ser utilizados para determinação do estado da arte de um campo de pesquisa específico ou explorado em conjunto com indicadores de produção como o Qualis e Fator de Impacto dos periódicos.
- Criação de grafos de colaboração acadêmica: por meio dos relatórios gerados pelo scriptLattes, é possível verificar a existência de redes de colaboração entre os pesquisadores e suas características, como densidade, grau de aproximação e índice de centralização.
- Criação de árvores de genealogia acadêmica: como os currículos lattes contêm informações acerca das orientações recebidas e realizadas por um profissional, é possível verificar a ascendência e descendência da orientação acadêmica.
- Análise da distribuição geográfica de pesquisadores: nesse tipo de análise, busca-se identificar o impacto que a localização geográfica exerce na formação acadêmica de um grupo. Por

FIGURA 1

Resultados obtidos e análises disponíveis no scriptLattes



Fonte: Elaboração dos autores via scripLattes.

fim, Mena-Chalco e Cesar Junior (2011) salientam que os estudos não precisam seguir essas orientações estritas, mas elas podem ser modificadas e utilizadas conjuntamente, a fim de serem estabelecidas as relações que caracterizem a produção científica brasileira.

3.1 – INSTALAÇÃO, EXECUÇÃO E TESTES DO SCRIPTLATTES

O scriptLattes está disponível para download em <http://scriptlattes.sourceforge.net/>, e, conforme exposto no site, é um projeto de software livre que está sendo desenvolvido no CMC-C-UFABC (Centro de Matemática, Computação e Cognição da Universidade Federal do ABC) e no CCSL-Ime/USP (Centro de Competência em Software Livre - Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo) por Jesús P. Mena-Chalco e Roberto M. Cesar Junior. O site oferece diversos tutoriais, além de links, um FAQ (perguntas frequentes), e também opções para instalação nos ambientes Windows, Linux e MacOS.

O script oferece dois exemplos de execução: o teste-01, que apresenta extração e compilação automáticas de: (a) produções bibliográficas, (b) produções técnicas, (c) produções artísticas, (d) orientações, (e) projetos de pesquisa, (f) prêmios e títulos, (g) grafo de colaborações, (h) mapa de geolocalização e (i) coautoria e internacionalização; e o teste-02, que oferece as mesmas informações, mas com o arranjo da produção pela classificação Qualis. Caso o usuário domine a linguagem de programação Python, as possibilidades são infinitas, pois é possível aprimorar e personalizar o script. Neste caso, configuramos o período para 2014 e delimitamos o grupo escolhido para docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade / UFSCar. Na Figura 1 temos os resultados obtidos para o teste-01.

FIGURA 2

Artigos completos publicados em periódicos (teste 02)



Fonte: scriptLattes.

Na figura 1, observamos todos os campos que foram extraídos e analisados. Cada nome em azul traz ao seu lado a quantidade total, e clicando-se nesses nomes abrirá uma aba com a análise completa.

Na execução do teste-02 do scriptLattes, destacamos principalmente a distribuição da produção pela Qualis. O Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tec-

nologia e Sociedade é abrangido pela área Interdisciplinar, e a Figura 2 (inserimos apenas a 1ª página) mostra a análise dos artigos completos publicados em periódicos no ano de 2014 (49 artigos) pela distribuição na Qualis. Assim temos: (A1: 1, A2: 4, B1: 15, B2: 13, B3: 7, B4: 0, B5: 0, C: 0, Qualis não identificado: 9).

3.2 – PROBLEMAS NA EXECUÇÃO DO SCRIPTLATTES

Em maio de 2015, o CNPq implantou um mecanismo de segurança (captcha) que evita a extração em lotes de informação e sua publicação indevida por sites não autorizados. O mecanismo funciona, basicamente, exigindo a digitação de um código apresentado para cada acesso a um determinado currículo. Tal fato impossibilitou o funcionamento do scriptLattes por um período. Após algumas semanas, entretanto, foi possível rodar o script novamente, mas a extração não era mais automática: foi necessário acessar cada currículo e baixar uma cópia em html. É verdade que inúmeras pesquisas foram produzidas utilizando-se a ferramenta scriptLattes, como mostrado no início do artigo, e que o não funcionamento do script paralisa outras tantas ferramentas. Neste contexto, abordamos algumas alternativas não tão eficientes e práticas para o presente, como a Plataforma Sucupira, além de extração e análise manuais dos dados.

3.3 – PLATAFORMA SUCUPIRA

Lançada em 23 de março de 2014, a Plataforma Sucupira é uma nova ferramenta com a qual o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) realiza a coleta de informações e executa análises e avaliações acerca dos cursos de pós-graduação brasileiros. Foi desenvolvida pela

parceria da CAPES com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e recebeu esse nome em homenagem ao professor Newton Sucupira, que em 1965 normatizou o modelo-base da pós-graduação atual, através do conhecido “Parecer Sucupira”. Ademais, a proposta do sistema é integrar em um único banco de dados informações provenientes de outros sistemas internos e externos, como o GeoCapes, o Banco de Teses, a Receita Federal, o ISSN Register, entre outros (ARCANJO, 2014).

Paralelamente, entre os objetivos da Plataforma Sucupira estão: disponibilizar em tempo real e com clareza os dados do SNPG; facilitar e reduzir a inexatidão nos processos de acompanhamento de avaliação dos cursos; e permitir melhor controle de gestão, confiabilidade, segurança e transparência acerca das informações. A ferramenta também possibilita maior colaboração dos coordenadores e das pró-reitorias dos programas de pós-graduação, e permite o envio ininterrupto de dados ao longo do ano ao mesmo tempo em que fornece as informações armazenadas da instituição. Com isso, os cursos de pós-graduação têm à disposição os dados necessários para elaborar metas futuras, políticas institucionais e ações que visem contribuir para os planos de desenvolvimento (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2014).

As produções intelectuais são importadas automaticamente da Plataforma Lattes. Entretanto, o usuário pode excluir, editar e acrescentar artigos manualmente. Somente são importadas publicações dos docentes credenciados no programa. Interessou-nos a consulta de Artigo em Periódico pela Plataforma Sucupira. O Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade tem 42 artigos publicados em periódicos. Como a plataforma não oferece a classificação dos artigos pela Qualis, os resultados foram transferidos para uma planilha de Excel para análise.

4. Comparativo entre os resultados obtidos pelo scriptLattes, Plataforma Sucupira e análise manual

A análise manual consistiu em entrar nos currículos lattes (CL) dos docentes credenciados no programa. Para visualizar cada um dos CL, foi necessário digitar um *captcha* diferente a cada nova consulta, e copiar em uma planilha de Excel os artigos publicados no ano de 2014. Em seguida, os artigos foram distribuídos manualmente pela Qualis da área Interdisciplinar. O método para a análise via Plataforma Sucupira foi muito semelhante, a única diferença se deu pelo fato de que a lista de artigos já estava disponível. Observamos que o tempo gasto para organizar e analisar as informações é enorme e, além disso, a tarefa demanda grande atenção e domínio de uma planilha de texto.

Resultados obtidos: a Plataforma Sucupira retornou 42 artigos, o scriptLattes 49 e a análise manual 50. Coincidiram, ou seja, apareceram nas três análises, 39 artigos. A Plataforma

Sucupira mostrou três artigos que não foram identificados pelos outros dois métodos; o scriptLattes retornou 10 artigos que não constam na Plataforma Sucupira, mas como 2 foram eliminados por não pertencerem à Qualis Interdisciplinar, concluímos que 8 artigos não constaram na Plataforma; a análise manual identificou 12 artigos que não constam na Plataforma Sucupira, e destes eliminamos 2 por não pertencerem à Qualis Interdisciplinar. Portanto, são 10 artigos que não constam na Plataforma. É importante ressaltar que os artigos excluídos têm uma excelente classificação pela Qualis.

A partir dessas informações, observamos que a falta de alguns artigos na Plataforma Sucupira pode ter ocorrido por diversos motivos, como: erro do sistema na extração dos dados da Plataforma Lattes, não atualização dos currículos dos docentes ou atualização posterior à data em que os dados foram baixados etc. A falta desses artigos tem grande impacto na produção e, posteriormente, na avaliação dos programas, pois há classificações Qualis que variam de B4 até A2.

Nesse sentido, o scripLattes seria a ferramenta ideal, pois gera relatórios automáticos e em pouco tempo. Entretanto, os problemas atuais na utilização desse recurso são preocupantes, pois tornam necessária a análise manual que, como já indicado neste artigo, demanda muito tempo e esforço, inviabilizando um avanço já conquistado. A seguir, temos duas tabelas comparativas entre as três formas de verificar os artigos em periódicos em relação à Qualis.

Tabela 1

Comparativo entre a Plataforma Sucupira x scriptLattes x análise manual

Comparativo	Plataforma Sucupira	ScriptLattes	Análise manual
Tempo de geração dos dados	1 minuto	5 minutos	4 horas
Tempo de análise dos dados	4 horas	5 minutos	2 horas
Gera compilação automática dos dados	Não	Sim	Não
Permite escolha de qualquer membro?	Não (só mostra docentes credenciados em um PPG)	Sim	Sim
É possível verificar qualquer intervalo de tempo?	Não (só mostra individualmente os anos de 2013 e 2014)	Sim	Sim
Quantidade de artigos em periódicos localizados	42	49	50
Artigos coincidentes	39	39	39
Conflitos	3 artigos constam somente na Plataforma Sucupira,	10 artigos não constam na Plataforma Sucupira. Destes, eliminamos 2 artigos por não pertencerem à Qualis Interdisciplinar. Assim, não constam 8.	12 artigos não constam na Plataforma Sucupira. Destes, eliminamos 2 artigos por não pertencerem à Qualis Interdisciplinar. Assim, não constam 10.
Fonte: Elaboração dos autores.			

4.1 – ALTERNATIVAS PARA O PRESENTE E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Além da possibilidade da demorada análise manual, a própria Plataforma Lattes trata da extração de dados e oferece algumas possibilidades para extração de dados dos currículos, já descritas: espelhamento e extração de CV; e grupos da instituição. Essas modalidades são restritas a poucos grupos, pois dependem de autorização.

A própria Plataforma Sucupira pode ser uma alternativa no futuro para a geração automática de informações. Em 2015, os arquivos de Qualis puderam ser visualizados na Plataforma Sucupira (anteriormente eram disponibilizados no site da Capes), o que sugere que futuramente os artigos sejam distribuídos automaticamente pelas respectivas Qualis, porém essa análise ficará restrita a docentes credenciados em programas de mestrado e doutorado.

5. Considerações finais

O uso do scriptLattes pode ter grande utilidade em pesquisa científica, bibliometria e nos cursos de pós-graduação no Brasil, considerando o modelo de avaliação anual dos cursos implantado pela Capes, e denominado Coleta Capes: os responsáveis pelos cursos devem preencher a Plataforma Sucupira durante todo o ano com dados de discentes, docentes, disciplinas, e concluir inserindo diversos dados qualitativos e quantitativos referentes à proposta do programa. O uso do scriptLattes pode servir como ferramenta de conferência para esse processo, já que com ela é possível ter uma completa análise da produção do corpo docente do programa e sua distribuição conforme as Qualis existentes para a área acadêmica (que também podem ser inseridas na proposta do programa).

Outra possível forma de aplicação do scriptLattes em programas de pós-graduação ou outros órgãos educacionais e institucionais é utilizá-lo no levantamento da produção de determinado docente para fins de admissão, credenciamento, recredenciamento e análise de sua produção. Cabe salientar que não pretendemos discutir se tal forma de avaliação é justa ou não; nós apenas identificamos uma alternativa com o uso de uma ferramenta que minimizaria o tempo para tal análise. Além disso, o script também retorna dados referentes ao relacionamento da produção entre determinados docentes (grafos de colaboração), tornando possível a verificação de quais grupos de pesquisadores apresentam maior produção, e quais seus pontos fortes e fracos. O script tem também potencial para ser utilizado na identificação de relações acadêmicas entre candidatos de processos seletivos de docentes, mestrado ou doutorado com o corpo docente de determinado programa – considerem-se os recorrentes problemas jurídicos em tais processos, principalmente em relação à neutralidade da banca e aos recursos que os candidatos impetram.

Por fim, destaca-se que o scriptLattes pode ter grande aplicabilidade em diversos campos de pesquisa que utilizam os dados cadastrados na Plataforma Lattes. Ressaltamos também que

o recente impedimento da utilização eficiente do scriptLattes é um retrocesso enorme e prejudicial para diversas pesquisas e ações que vinham utilizando a ferramenta, cuja solução acordada entre os autores seria o próprio CNPq disponibilizar métodos eficazes de consulta, pois os dados e estatísticas oferecidos no site para consulta pública são de pouca utilidade no presente.

6. Referências

ALVES, A. D.; YANASSE, H. H.; SOMA, N. H. Especificação e implementação de uma linguagem de domínio específico para análise de redes sociais acadêmicas. In: Workshop de Computação Aplicada, 10º, São José dos Campos, 2010. **Anais...** São José dos Campos: INPE, 2010.

AMORIN, C. V. Organização do currículo: plataforma Lattes. **Pesqui. Odontol. Bras.**, São Paulo, v. 17, supl. 1, p. 18-22, maio 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pob/v17s1/a04v17s1.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

ARCANJO, P. Capes lança Plataforma Sucupira para gestão da pós-graduação. **Coordenação de Comunicação Social da Capes**, Brasília, 27 mar. 2014.

FARIAS, L. R. de; VARGAS, A. P.; BORGES, E. N. **Um sistema para análise de redes e pesquisa, baseado na Plataforma Lattes**. 2012. Disponível em: <<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/erbd/2012/003.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

GLÄSER, J.; LAUDEL, G. The social construction of bibliometric evaluation. In: WHITLEY, R.; GLÄSER, J. **The changing governance of the sciences: the advent of research evaluation systems**. Dordrecht, Springer, 2007. p. 101-126.

FRANCISCO, L. G. **Manual ScriptLattes (UFSCAR)**. 2015. Disponível em: <<http://scriptlattes.sourceforge.net/tutorial-para-o-uso-do-scriptLattes.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MENA-CHALCO, J. P.; CESAR JUNIOR, R. M. **Prospecção de dados acadêmicos de currículos Lattes através de ScriptLattes**. 2011. Disponível em: <<http://professor.ufabc.edu.br/~jesus.MENA/publications/pdf/scriptLattes-2011-bibliometria.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

MENA-CHALCO, J. P.; CESAR JUNIOR, R. M. ScriptLattes: an open-source knowledge extraction from the Lattes platform. **Journal of the Brazilian Computer Society**, v. 15, n. 4, p. 31-39, dez. 2009.

MENA-CHALCO, J. P.; CESAR JUNIOR, R. M. Prospecção de dados acadêmicos de currículos Lattes através de scriptLattes. In: HAYASHI, M. C. P. I.; MUGNAINI, R.; HAYASHI, C. R. M. (Org.). **Bibliometria e Cientometria: reflexões teóricas e interfaces**. São Carlos: Pedro & João, p. 109-128, 2013.

MOREIRA, M. L.; VELHO, L. Pós-graduação no Brasil: da concepção “ofertista linear” para “novos modos de produção do conhecimento” - implicações para avaliação. **Avaliação** (Campinas) [online], v. 13, n. 3, p. 625-645. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772008000300002>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

PLATAFORMA LATTES. **Sobre a plataforma Lattes**. 2015. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

PLATAFORMA SUCUPIRA. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira>>. Acesso em: 7 out. 2015.

SCRIPTLATTES. Disponível em: <<http://scriptlattes.sourceforge.net/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SILVA, F. M.; SMIT, J. W. Organização da informação em sistemas eletrônicos abertos de Informação Científica & Tecnológica: Análise da Plataforma Lattes. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 14, n. 1, p. 77-98, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://portal-deperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/720>>. Acesso em: 19 jun. 2015.